

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES
DO JEQUITINHONHA E MUCURI

CAMPUS JK MINAS GERAIS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
FACULDADE INTERDISCIPLINAR EM
HUMANIDADES

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS
PÚBLICAS E GESTÃO SOCIAL

BACHARELADO
MODALIDADE PRESENCIAL
VIGÊNCIA A PARTIR DE



Reitor

Heron Laiber Bonadiman

Vice Reitor

Flaviana Tavares Vieira

Diretor da FIH

Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale

Coordenador do Curso de Humanidades - Bacharelado

Beni Trojbciz

NDE responsável pela elaboração do PPC

Aline Faé Stocco

Adriana Gomes de Paiva

André Luís Lopes Borges de Mattos

Atanásio Mykonios

Beni Trojbciz

Conforme Portaria FIH**Secretária do Curso**

Andreia Eunice Teixeira Alecrim

SUMÁRIO

1. Caracterização do Curso.....	5
2. Base Legal de Referência	6
3. Apresentação	9
3.1 – Histórico e desenvolvimento	10
3.2 – Missão, valores e princípios	11
3.3 – Histórico do Reuni	11
3.4 – Histórico e Consolidação do BHU	12
3.5 – Contextualização dos Cursos de Políticas Públicas no Brasil	17
4. Justificativa de reestruturação do PPC	18
4.1 – O Vale do Jequitinhonha: Panorama Regional.....	19
4.2 – Diagnóstico sobre o Vale do Jequitinhonha e seus desafios	21
5. Objetivos Gerais e Específicos.....	27
5.1 – Objetivo Geral	27
5.2 – Objetivos Específicos.....	27
6. Metas	28
7. Perfil do Egresso	28
8. Competências e Habilidades	30
9. Campo de atuação do Profissional	31
10. Proposta pedagógica.....	32
11. Organização curricular	45
11.1 Matriz Curricular.....	46
11.2 Fluxograma da matriz curricular	58
11.3 Estágio Curricular Supervisionado	60
11.4 Atividades Complementares – AC.....	62
11.5 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	65
11.6 Atividades de Extensão	65
11.7. Ementário e Bibliografias.....	66
12 Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem.....	113
13 Acompanhamento e Avaliação do Curso	115
14 Administração Acadêmica do Curso.....	115
14.1 Coordenação do Curso	116
14.2 Núcleo Docente Estruturante - NDE.....	116
14.3. Colegiado do Curso.....	117
15 Transição Curricular.....	117
16 Referências	120
17. Anexos.....	123
17.1 – Infraestrutura	123
17.2 – Corpo Docente.....	123

17.3 – Corpo Técnico Administrativo.....	124
17.4 Regulamentos.....	124
17.5 Referendo NDE.....	10
17.6 Acordos de Cooperação	10
17.7 Modelo de REQUERIMENTO DE MIGRAÇÃO CURRICULAR	13

1. Caracterização do Curso

DADOS DA INSTITUIÇÃO		
Instituição	UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	
Endereço	<i>Campus JK</i> - Rod. MGT 367, KM 583, Nº 5000 – Alto da Jacuba	
CEP/Cidade	39.100-000 / Diamantina (MG)	
Código da IES no INEP	596	
DADOS DO CURSO		
Curso de Graduação	Políticas Públicas e Gestão Social	
Área de conhecimento	Interdisciplinar	
Grau	Bacharelado	
Habilitação		
Modalidade	Presencial	
Regime de matrícula	Semestral	
Formas de ingresso	Processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada– SISu/ENEM e Processo Seletivo por Avaliação Seriada – SASi. Processos seletivos internos nas formas do Regulamento dos Cursos de Graduação da UFVJM.	
Número de vagas oferecidas	30	
Turno de oferta	Noturno	
Carga horária total	2400	
Tempo de integralização	Mínimo	3,5 anos (7 semestres)
	Máximo	5 anos (10 semestres)
Local da oferta	Campus Diamantina/UFVJM	
Ano de início do Curso	2009	
Atos legais de Criação/Reconhecimento e Renovação de reconhecimento do curso	Ato de Criação do Bacharelado em Humanidades: Resolução nº 29-CONSU, de 07 de novembro de 2008. Ato de Reconhecimento do Curso - Portaria SERES/MEC, nº 664 de 12/12/2013, publicada no D.O.U. de 13/12/2013.	

2. Base Legal de Referência

Esse projeto político pedagógico foi construído com base nas legislações e documentos que seguem listados abaixo:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº. 435, de 09 de julho de 2020. Relator: Antonio Carbonari Netto. Consulta sobre os referenciais orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 18 set. 2020. Seção 1, p. 37. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=37&data=18/09/2020>. Acesso em 20/11/2023

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº. 184, de 07 de julho de 2006. Relatores: Edson de Oliveira Nunes e Antônio Carlos Caruso Ronca. Retificação do Parecer CNE/CES nº 329/2004, referente à carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces0184_06.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº. 266, de 06 de julho de 2011. Relator: Paschoal Laércio Armonia. Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares das Universidades Federais. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 14 out. 2011. Seção 1, p. 16.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº. 29, de 01 de fevereiro de 2007. Relatora: Marília Ancona-Lopez. Consulta relativa às Diretrizes Curriculares Nacionais e à duração mínima e máxima dos cursos de graduação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 maio 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces029_07.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº. 329, de 11 de novembro de 2004. Relatores: Edson de Oliveira Nunes e Antônio Carlos Caruso Ronca. Carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2004/pces329_04.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº. 583, de 04 de abril de 2001. Relator: Éfrem de Aguiar Maranhão. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 outubro 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0583.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº. 67, de 11 de março de 2003. Relatores: José Carlos Almeida da Silva e Lauro Ribas Zimmer. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 junho 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2003/pces067_03.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº. 776, de 03 de dezembro de 1997. Relatores: Carlos Alberto Serpa de Oliveira, Éfrem de Aguiar Maranhão, Eunice Durham, Jacques Velloso e Yugo Okida. Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer77697.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder legislativo. Brasília, DF, 26 jun. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.¹

BRASIL. Decreto Nº 5.296, de 22 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder legislativo. Brasília, DF, 03 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**. Poder legislativo. Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Decreto Nº 6.049, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**. Poder legislativo. Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder legislativo. Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder legislativo. Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder legislativo. Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.²

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**. Poder legislativo. Brasília, DF, 07 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Poder legislativo. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder legislativo. Brasília, DF, 24 abr. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.³

¹ Especialmente apresenta no Artigo 1º A Política Nacional de Educação Ambiental, que passaria a ser executada pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, pelas instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, pelos órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, envolvendo entidades não governamentais, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade.

² Meta 12 – Estratégia: 12.7: Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

³ Especialmente Artigos 1º, 2º, 3º e respectivos incisos.

BRASIL. Secretaria de Educação Superior. Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e similares. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria SESu/MEC Nº. 383, de 12 de abril de 2010. Brasília, DF. Ministério da Educação. Novembro de 2010. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/novo%20-%20bacharelados%20interdisciplinares%20-%20referenciais%20orientadores%20%20novembro_2010%20brasil.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 setembro 2007. Seção 1, p. 23. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Resolução CONAES nº 01, de 17 junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Resolucao_1_2010.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 junho 2004. Seção 1, p. 11. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 maio 2012. Seção 1, p. 48. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 junho 2012. Seção 1, p. 70. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução no 07, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta a meta 12.7 do PNE;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº. 1134, de 10 de outubro de 2016. Revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para o tema. Disponível em: <<http://www.faal.com.br/arquivos/portariaAVA.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº. 3.284, de 07 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 novembro de 2003. Seção 1, p. 12. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE nº 04, de 10 de março de 2016. Institui o Núcleo Docente Estruturante-NDE nos Cursos de Graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM e revoga a Resolução CONSEPE nº 16, de 18 de junho de 2010. Diamantina, 10 março 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE nº 05, de 23 de abril de 2010. Estabelece a equivalência em horas

das Atividades Complementares-AC e das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais-AACC, conforme previsto no Regulamento dos Cursos de Graduação da UFVJM. Diamantina, 23 abril 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE nº 05, de 20 de maio de 2011. Estabelece o Regulamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM. Diamantina, 20 maio 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE nº 22, de 16 de março de 2017. Estabelece as normas para o Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Diamantina, 16 março 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE nº 23, de 27 de agosto de 2008. Regulamenta o Bacharelado Interdisciplinar da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Diamantina, 27 agosto 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE nº 06, de 20 de maio de 2024. Regulamenta o Estágio Obrigatório e não obrigatório dos estudantes dos cursos de graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Diamantina, 20 de maio de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFVJM. Diamantina, MG. S/D.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Projeto Pedagógico Institucional (PPI) 2017-2021 da UFVJM. Diamantina, MG. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Resolução no 2, de 18 de janeiro de 2021, do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (Consepe) da UFVJM, que regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da UFVJM.

3. Apresentação

O Bacharelado em Políticas Públicas e Gestão Social (BPP) foi idealizado no âmbito do REUNI, que desde 2009 vem permitindo à UFVJM ampliar o acesso ao Ensino Superior e, assim, protagonizar a democratização do conhecimento no Vale do Jequitinhonha, região historicamente marcada por altos índices de desigualdade. A criação do Bacharelado em Humanidades (BHu) em 2009 e suas reestruturações em 2012 e 2019 foi parte importante desse processo. Neste sentido, o BPP cumpre um importante papel institucional e social ao permitir suprir necessidades regionais e locais do ambiente em que estamos inseridos, bem como auxiliar na consecução de alguns dos objetivos originais pretendidos com a criação da UFVJM.

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Políticas Públicas e Gestão Social (BPP) obedece e atende a todas as orientações dispostas nos pareceres CNE/CES e nas Resoluções pertinentes elencadas no início deste PPC.

O PDI preconiza, sobretudo, a ampliação da atuação regional da Universidade, não se restringindo aos conteúdos acadêmicos. Nesse sentido, o BPP reafirma o alinhamento com as diretrizes estratégicas da UFVJM ao ofertar uma formação em Políticas Públicas associada a uma abordagem interdisciplinar. Com isso, propicia a formação de agentes multiplicadores inseridos na realidade social, econômica, política e cultural do entorno. O presente PPC busca contemplar a diversidade das áreas de conhecimento relacionadas às Políticas Públicas numa perspectiva interdisciplinar garantindo a “capacidade de ajustamento às novas exigências geradas pelo avanço científico e tecnológico e às exigências conjunturais em permanente evolução”⁴.

3.1 – Histórico e desenvolvimento

Em 1953 a Faculdade de Odontologia de Diamantina foi fundada por Juscelino Kubitschek de Oliveira. Esta viria a ser a semente da qual germinaria a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, a UFVJM. No dia 17 de dezembro de 1960, foi transformada em Faculdade Federal de Odontologia (FAFEOD) e, no dia 4 de outubro de 2002, foi transformada em Faculdades Federais Integradas de Diamantina (FAFEID). Passou a oferecer, além de Odontologia, os cursos de Enfermagem, Farmácia, Nutrição e Fisioterapia, na área de Ciências da Saúde, e de Agronomia, Engenharia Florestal e Zootecnia, nas Ciências Agrárias.

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) localiza-se no Nordeste Mineiro e foi criada em função do primeiro programa de expansão estabelecido pelo governo Lula, eleito em 2002. Em 8 de setembro de 2005 foi publicada a Lei 11.173 no Diário Oficial da União, que transformou as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. A implantação da universidade nos referidos Vales passou a representar a interiorização do ensino público superior no estado de Minas Gerais, notadamente com o propósito de atender a demanda por formação advinda do norte do Estado de Minas Gerais. Além disso, a Instituição destaca-se por sua importância para o desenvolvimento econômico e sociocultural da região, através da geração de emprego e renda e da redução da desigualdade social existente no país.

Em 2012, a UFVJM iniciou um processo de expansão robusto, acolhendo dois novos campi nas cidades de Janaúba e Unaí. Assim, a Universidade reforçou seu caráter multicampi e sua inserção em quatro (04) mesorregiões da porção setentrional do Estado de Minas Gerais: Jequitinhonha, Mucuri, Norte e Noroeste.

Em 2014, a UFVJM implementou dois novos BIs: o BC&T Janaúba e o Bacharelado em Ciências Agrárias, na cidade de Unaí. Além disso, novos cursos foram criados nos campi já existentes, como o curso de graduação em Educação no Campo e Engenharia Geológica (Campus Diamantina), e dois cursos de graduação em Medicina, sendo um no Campus Diamantina e outro no Campus Mucuri.

Além dos cursos presenciais, a UFVJM, por meio da Diretoria de Educação Aberta e a Distância (DEAD), oferece cursos de graduação à distância.

⁴ Documento PDI da UFVJM.

3.2 – Missão, valores e princípios

A UFVJM objetiva ampliar e alcançar cada vez mais pessoas e trazer desenvolvimento por meio da educação. Sua visão é estar entre as melhores Instituições de Ensino Superior do Brasil, reconhecida e respeitada pela excelência do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para o desenvolvimento nacional, em especial as regiões a que atende. Sua missão é produzir e disseminar o conhecimento e a inovação integrando o ensino, a pesquisa e a extensão como propulsores do desenvolvimento regional e nacional. Seus valores são a ética, a responsabilidade socioambiental, a democracia, a liberdade e a solidariedade.

3.3 – Histórico do Reuni

A instituição do BI ou do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades na UFVJM se deve a adesão desta ao REUNI, através do Decreto 6.096/2007. O REUNI foi criado para reverter a evasão escolar, pela mudança estrutural do modelo universitário. Assumiu o princípio da democratização da educação pública superior federal e a crítica ao modelo disciplinar, que garantia a profissionalização através das graduações específicas, tendo o vestibular como única forma de inserção na educação pública federal. Assim, o REUNI visou ampliar o acesso à universidade, a oferta de outros cursos, num novo modelo, adotando a proposta da Universidade Nova (Filho, p. 257, 2007). Esta visa garantir acessibilidade, a criação e a produção crítica do conhecimento humano à parcela da população brasileira historicamente excluída do processo educacional, na tentativa de romper com o elitismo⁵ que marca o ensino universitário no país.

Cabe lembrar que somente em 1988, face à aprovação da constituição, o direito à educação foi legalmente reconhecido como direito social. Além disso, é importante ressaltar que, a partir de um diagnóstico feito pelo governo federal, percebeu-se a necessidade de adequar as universidades à nova legislação (LDB), criada na década de 1990. O REUNI é uma proposta governamental de incentivo às universidades públicas federais, com a interiorização do ensino público superior, garantindo recursos para sua expansão, obedecendo princípios legais não implementados até então. A preocupação principal era a garantia da flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade como premissas dos cursos universitários.

Ao interiorizar e ampliar o ensino público superior, o REUNI concretizou o que era previsto na LDB (Lei 9394/1996), qual seja, "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; do pluralismo de ideias; da valorização da experiência extra-escolar; da vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; e da diversidade étnico-racial". Também "estimular o

⁵ “O país tem um dos menores índices de matrículas na educação superior na América Latina (7,7% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos). Nos últimos oito anos, a matrícula nas instituições públicas foi de apenas 28%, enquanto nas particulares foi de 86% (...)” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2009, p. 214). Para além disso, é amplamente estudado e divulgado que a maior parcela dos alunos universitários brasileiros no ensino superior público sempre foi das classes alta e média. E dentro das grandes áreas da educação a maior parcela de alunos das classes piramidalmente inferiores encontravam-se e encontram-se nos cursos de humanas. Para mais informações, veja: Machado, Costa, Mauritti, Martins, Casanova e Almeida (2003). Somente após a implementação do Reuni foi possível perceber a inversão deste quadro. Segundo a Andifes, entre os anos de 2010 e 2014, ocorreu um aumento das classes D e F nas universidades federais brasileiras, chegando à proporção de 2 em 3 alunos pertencentes a estas classes. (disponível em <http://www.andifes.org.br/politicas-de-expansao-e-inclusao-contribuem-para-que-as-classes-d-e-e-sejam-a-maioria-dos-estudantes-das-universidades-federais/>)

pensamento reflexivo; colaborar no desenvolvimento da sociedade brasileira; além de prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade".

No modelo REUNI, a proposta dos Bacharelados Interdisciplinares buscou retardar as escolhas formativas dos estudantes, organizando os saberes por grandes campos formativos. Embora inovadora no Brasil, tal proposta já está consolidada na Europa. Segundo Filho (2007), a

Declaração de Bolonha (1999), ratificada em sucessivas reuniões de consolidação em Praga (2001), Berlim (2003) e Bergen (2005) - compreende programas de incentivo à mobilidade acadêmica internacional, um sistema de avaliação e credenciamento de instituições de ensino; a padronização e o compartilhamento de créditos acadêmicos; e, fundamentalmente, a adoção de uma arquitetura curricular comum. (FILHO, 2007, p. 234).

Pelo REUNI, o Brasil promoveu uma reforma da universidade, ampliando o acesso da população a esta, mas, sobretudo: criando outra arquitetura curricular, ao propor os ciclos formativos de grandes áreas de conhecimento; garantindo um diploma de bacharel e posteriormente, sendo desejo do estudante, o segundo ciclo profissionalizante. Nesta perspectiva, os modelos BI(s) inverteram a lógica do vestibular, ao possibilitar ao estudante a escolha da formação profissional dentro do espaço universitário. A transposição do anterior sistema de entrada (por meio do vestibular) para o atual modelo de ingresso (ENEM, SASI e SISU) tornou-se parte importante da reforma universitária brasileira.

Não obstante ao já exposto, vale ressaltar que a reforma universitária via BI(s) além de ser uma estratégia de ampliação da educação pública como direito social, visa dar aos discentes uma base humanística ampla. Além disso, a reforma universitária, segundo Filho (2007), era necessária, pois somente o Brasil mantinha uma arquitetura de universidade do século XIX. Conforme o autor,

se, nesse momento crucial da globalização, não aproveitarmos a chance de criar um novo sistema de educação universitária e articulá-lo com o dominante no mundo, o Brasil vai ficar isolado no que se refere à formação profissional, científica e cultural. Se não transformarmos radicalmente nosso modelo de educação superior, seremos, em 2010, o único país com algum grau de desenvolvimento industrial ainda com um sistema de educação universitária do século XIX. Como todos os outros já se encontram no século XXI, isso será insuportável para a manutenção do desenvolvimento do país. (FILHO, 2007, p. 242)

Assim, no cenário da UFVJM de 2009, o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU), instituído pelo REUNI, foi organizado em 3 anos, garantindo uma formação humanística diversificada, com terminalidade própria (diplomação no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades), e como segundo ciclo formativo, opcional ao estudante, a possibilidade de ingresso em uma das 5 licenciaturas: Geografia, História, Letras Português/Inglês e Letras Português/Espanhol e Pedagogia. A justificativa para tal estruturação foi a demanda reprimida no Vale do Jequitinhonha de cursos de formação de professores. Portanto, em sua organização, todos os docentes concursados para compor o BHU atuariam no ciclo de formação humanística e no segundo ciclo de formação profissional.

3.4 – Histórico e Consolidação do BHU

Impossível, portanto, que os sapateiros façam apenas calçados – que não sejam também, à sua maneira, gramáticos, moralistas e físicos. Este é o primeiro problema: enquanto os artesãos e os camponeses formarem essas noções de moral, de cálculo e de física, segundo a rotina de seu meio ou o acaso de seus encontros, a marcha racional do progresso será duplamente contrariada: retardada pelos rotineiros e supersticiosos, ou perturbada pelo açoitamento dos violentos. Faz-se, portanto, necessário que um mínimo de instrução, retirado dos princípios da razão, da ciência e do interesse geral, imbua de noções sadias cabeças que, sem isso, as formarão falhas. (RANCIÈRE, 2015, p. 58)

Ao trazermos a citação de Rancière (2015), o fazemos por entender que na trajetória do BPP o diálogo entre os saberes da ciência e os saberes populares foram uma marca identitária do curso. Os que chegam ao novo curso trazem como bagagem social conhecimentos do mundo do trabalho: seja ele urbano, rural ou doméstico. Não obstante, no contexto social do Vale do Jequitinhonha esses saberes nem sempre são reconhecidos e valorizados, sendo a partir da acessibilidade proporcionada pelo BCH aos conhecimentos interdisciplinares que se promove a ressignificação dos acadêmicos desse conjunto de saberes. Com isso, podem compreender que todo o conhecimento e toda ciência é produção humana, sendo a espécie humana herdeira de sua própria transformação.

No decorrer do curso, percebem ainda, que o progresso material e simbólico da humanidade é um conjunto de saberes que formam a sua totalidade social. A perspectiva interdisciplinar possibilita a apreensão de que a fragmentação dos saberes e suas hierarquizações fazem parte de um processo regressivo e positivista que cumpre a função ideológica de alienação dos sujeitos sociais de sua própria produção⁶. Assim, para além dos processos e métodos de aprendizagem, o conhecimento é, sobretudo, social e não apenas um punhado de fragmentos estruturados conforme a ordenação científica com propósitos de reprodução social. A interdisciplinaridade é uma experiência concreta nas fronteiras dos conhecimentos compartimentados.

O Bacharelado em Humanidades, que integra a característica conceitual e estrutural como Bacharelado Interdisciplinar, foi um curso que exigiu, desde a sua constituição e sua institucionalização, diversas reflexões e inúmeros escritos acerca da sua condição formativa interdisciplinar. Em vários aspectos, sua concepção e execução interpelam docentes, discentes e a comunidade acadêmica para uma reflexão e uma prática desafiadora no contexto pedagógico em que está inserido. A contar pela realidade local, notável por uma cultura historicamente relevante e pela diversidade com que se apresenta, bem como no que tange aos elementos sociais e econômicos, de uma região marcada por dificuldades estruturais, sociais e políticas, determinantes do cenário do Vale do Jequitinhonha. O BHU foi e tem sido um imenso arcabouço de questionamentos quanto à sua função como curso de formação interdisciplinar a atender, cada vez mais, a um público predominantemente oriundo das realidades locais, tanto no que concerne à Diamantina quanto aos municípios vizinhos, embora sua proposta diferenciada tenha também atraído muitos discentes provenientes de outras regiões do país.

Os BIs foram, inicialmente, pensados na consideração de uma formação acadêmica mais ampliada, que não tivesse apenas a prioridade da formação *stricto sensu* profissional encarada como escolha inicial na trajetória acadêmica. Cabe destacar que a motivação da expansão do ensino superior, a partir da primeira década deste milênio, levou em conta os parâmetros estipulados na LDB 9394/1996, como mencionado anteriormente,

⁶ Arruda, (1989, p. 32) “a divisão e a hierarquia instauradas na sociedade justificam a priorização das ideias sobre a prática (ao contrário da concepção de práxis, que estabelece uma relação dialética entre elas). Daí decorre a aceitação de que a classe que “sabe pensar” controla as decisões e manda, enquanto a outra “não sabe pensar” e, portanto, executa e obedece”.

em que marca de forma contundente o papel do ensino superior como um elemento da conjugação de saberes estruturados no âmbito do diálogo pedagógico e formativo.

A qualidade almejada para este nível de ensino tende a se concretizar a partir da adesão dessas instituições ao programa e às suas diretrizes, com o consequente redesenho curricular dos seus cursos, valorizando a flexibilização e a interdisciplinaridade, diversificando as modalidades de graduação e articulando-a com a pós-graduação, além do estabelecimento da necessária e inadiável interface da educação superior com a educação básica - orientações já consagradas na LDB/96 e referendadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, definidas pelo CNE. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, p. 5, 2007)

A experiência do BI, materializada na UFVJM na forma do BHU e do Bacharelado de Ciência e Tecnologia (BCeT), ainda não se esgotou. Em sentido amplo, nenhum Bacharelado Interdisciplinar pode esgotar todas as suas possibilidades pedagógicas, é um curso em constante processo de articulação das formas de conhecimentos, do ensino e aprendizagem. Não se pode esgotar, também pelo fato de que as condições em que o conhecimento se realiza, na atualidade, implicam posturas dialéticas, uma vez que as estruturas cognitivas são transformadas continuamente. As transformações ocorrem pelo alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, a ciência e a sua expressão pragmática – a tecnologia – são alvos de constantes mudanças.

Considerando a complexidade do processo produtivo que nos leva a um universo de concatenações no âmbito do conhecimento, onde a sociedade da imagem é refletida no cotidiano dos sujeitos sociais por meio de mecanismos e acessos a conhecimentos que, aparentemente, são de fácil assimilação e que, no entanto, requerem ainda mais esforço para compreender de modo orgânico a totalidade social. Assim, em 2018, foi proposta a reorganização do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades focando as Ciências Humanas em sua relação com as Políticas Públicas e, no segundo semestre de 2022, aprovada, pelo Colegiado de Curso, uma reestruturação, para sua transformação em Bacharelado Interdisciplinar em Políticas Públicas e Gestão Social.

Para a atual reestruturação, partimos da análise da sociedade contemporânea, considerando inicialmente o contexto macrossocial caracterizado pelos fenômenos da globalização, da revolução tecnológica e científica e da flexibilização produtiva que exige um conjunto de saberes e habilidades que possibilitem a leitura, a crítica e a atuação dos sujeitos na totalidade social. Na realidade brasileira, esses fenômenos, que se desenvolvem a partir da década de 1990, apresentam especificidades decorrentes das contradições criadas pelo processo de redemocratização da sociedade e do Estado (Constituição Federal de 1988). A redemocratização exigiu a implantação e implementação de Políticas Públicas promotoras de equidade social (Políticas de saúde, educação, habitação, seguridade social etc), no entanto o modelo de inserção do país no contexto internacional deu-se, entre outros aspectos, pela configuração de um estado mínimo/estado gerencial⁷. Como resultado se intensifica o binômio inclusão-exclusão social no processo de globalização (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2009, p. 78). Ao destacarmos esses fatores históricos objetivamos fundamentar tanto a manutenção do caráter interdisciplinar como a escolha da linha formativa deste bacharelado. Ao enfatizarmos a função das Políticas Públicas no cenário social brasileiro e globalizado buscaremos promover um outro senso comum capaz de edificar uma sociedade, de fato e de direito, democrática.

Ainda no intuito de diagnosticar e articular a reorganização do curso com as transformações do mundo do trabalho e da sociedade contemporânea, destacamos o crescimento das atividades produtivas relativas ao setor de serviços, em especial, aqueles ofertados no âmbito do estado. No Brasil, mais de 85% dos trabalhadores estão fora da indústria de transformação e extração. Segundo os dados apresentados pela RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, no ano de 2016 existiam no Brasil 46.060.198 empregados, sendo que destes 57,32% estavam vinculados a estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços, e apenas 16% em estabelecimentos industriais. A partir de 2003, mais de 50% dos trabalhadores formais no Brasil passaram a estar vinculados ao setor de comércio e serviços, sendo que esse percentual vem se ampliando ao longo do tempo. Em contraposição, o percentual de trabalhadores empregados no setor industrial apresenta uma tendência de redução para o mesmo período de análise (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2017).

Portanto, a realidade globalizada no que concerne à formação da força de trabalho exige das comunidades educacionais um olhar mais abrangente, uma vez que a tendência estrutural é a de aumento da força de trabalho em setores que exigem múltiplos conhecimentos, assim como a capacidade de articulá-los na atuação profissional dos sujeitos sociais, contribuindo ainda para vivência cidadã. Nesse sentido, torna-se cada vez mais necessário o diálogo entre os conhecimentos das ciências e os saberes culturalmente acumulados⁸; uma vez que as tendências tanto produtivas quanto econômicas indicam um aumento gradativo de setores que exigem como já dito conhecimentos articulados.

Por essa razão, é possível se debruçar sobre a experiência do BHU e do BCH, como um processo social formativo, no sentido de encarar o processo de aprendizagem da pessoa, na atualidade, levando em consideração os fatores sociais que nos indicam grandes e profundas transformações no interior do sistema social de produção. A experiência interdisciplinar é um dado da realidade contemporânea, em que os conhecimentos sociais não se processam tão-somente nos bancos escolares - estes são um elemento dentre tantos. O conhecimento social é articulado e desenvolvido em diversos processos cognitivos, a experiência do conhecimento se dá em relações difusas e diversas, por serem múltiplas.

Desde a sua implantação, em 2009, quando foram dados os primeiros passos para que a experiência interdisciplinar ganhasse fôlego, o BHU se tornou um celeiro de possibilidades formativas e pedagógicas e com forte caráter didático entre os campos que abrigam os vários saberes das humanidades.

Cabe ressaltar que algumas experiências se tornaram referência para a implantação do BHU, uma vez que a perspectiva de adesão ao projeto de expansão da universidade pública, teve como base as universidades que contemplaram a iniciativa tanto teórica quanto prática, no contexto da interdisciplinaridade. Assim, dentre as propostas utilizadas como referência, encontram-se os projetos da Federal do ABC, da UFBA, da UFJF, bem como artigos sobre a Universidade Nova (UFVJM, 2008, p. 5).

Vale destacar

Com base nos termos do Decreto 6.096/2007 e na Chamada Pública MEC/SESU Nº 08/2007, o Conselho Universitário da UFVJM (CONSU/UFVJM) instituiu uma Comissão para discutir e apresentar uma

⁸ A crítica à universidade e as narrativas universalistas se traduzem em novas epistemologias, para mais saber sugerimos ver: SANTOS, 2003.

proposta destinada à execução do plano de reestruturação e expansão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (REUNI/UFVJM). O trabalho desta comissão, que ocorreu durante os meses de novembro e dezembro de 2007, concentrou-se em avaliar as propostas apresentadas pela comunidade e na elaboração de uma proposta geral para a universidade. A seleção dos novos cursos foi feita com base nos seguintes critérios: contribuição dos cursos para que seja atingida a relação de 18 alunos por professor, considerando todos os cursos existentes na UFVJM e os cursos a serem criados; diversificação de áreas do conhecimento; criação de cursos com núcleo básico comum; e orçamento de custeio suficiente para contratação de docentes e de técnicos administrativos para os cursos a serem criados. (UFVJM, 2011, p. 11)

Em 2012, o curso passou pela primeira grande reestruturação, mantendo, no entanto, a sua concepção formativa inicial, privilegiando as condições em que o acadêmico pode compor sua formação em três grandes eixos – Eixo de Formação de Base, Eixo Interdisciplinar e Área de Concentração. A saber:

Na presente proposta de reestruturação a ideia que inspirou o Bacharelado em Humanidades é mantida. O curso tem como um de seus pressupostos atender a uma formação sequencial que servirá de base para as licenciaturas e a sua estrutura compreende três grandes eixos, a saber, os Fundamentos, a Interdisciplinaridade e a Formação Específica. Este ordenamento será mantido em nova configuração: Eixo da formação de base e complementar, Eixo interdisciplinar e Eixo das áreas de concentração. Os três eixos que nortearão o Bacharelado em Humanidades garantem as determinações relativas às diretrizes dos Bacharelados, bem como atendem substancialmente à política pedagógico-estrutural da UFVJM, consagradas em seus documentos e resoluções que ordenam o Projeto do Bacharelado Interdisciplinar, sem com isto, trazer prejuízos à formação pertinente às Licenciaturas. (UFVJM, 2011, p. 4)

Já se passaram dezesseis anos desde a implantação do projeto interdisciplinar na UFVJM e, dadas as condições atuais, impostas, sobretudo, pelas mudanças preconizadas pela Resolução No. 2 do CNE, 1 de julho de 2015, nas quais os Cursos das Licenciaturas que até então compunham o macroprojeto de formação continuada entre Bacharelado e as Licenciaturas e suas especificidades, deverão dar lugar a um novo desenho, no qual os Cursos de Licenciaturas terão entradas independentes, ou seja, por meio de ingresso via SISU e SASI e outras formas regulamentadas pela UFVJM. Com isso, a proposta de criação do Bacharelado em Políticas Públicas e Gestão Social reitera o modelo formativo interdisciplinar do BHU e do BCH.

Os Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares apontam para a necessária atenção sobre os BIs, como forma de desenvolvimento de suas próprias propostas estruturais. Indicam, também, as possibilidades de constantes análises e revisões do processo de instituição do BI.

Os referenciais aqui propostos não devem ser entendidos como proposta de diretrizes curriculares nacionais. Dados o caráter inovador e a implantação recente dos BIs, entende-se que são requeridos mecanismos sistemáticos de acompanhamento e avaliação ao longo dos próximos dez anos, para que se alcance a consolidação necessária à definição de diretrizes curriculares nacionais. Ao longo desses anos, sugere-se que sejam realizadas avaliações dirigidas ao acompanhamento da evolução acadêmica de discentes e egressos, bem como da inserção destes no mundo do trabalho. (MEC, 2010, p. 8)

Além desses referenciais, segundo o parecer CNE/CES 776/1997, as universidades devem promover uma maior flexibilidade na organização de cursos e carreiras com qualidade. Esta flexibilidade pressupõe "ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos", assim como na "especificação das unidades de estudos a serem ministradas". Também aborda sobre a "necessidade de uma profunda revisão de toda a tradição que burocratiza os cursos e se revela incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a boa formação no nível de graduação como uma etapa inicial

da formação continuada", como já mencionado. Todo este esforço visa promover no estudante capacidades de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente; criatividade e análise crítica; dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo, pois, valores orientados para a cidadania.

Sendo o parecer CNE/CES 776/1997, um dos mais citados nos demais pareceres e resoluções do CNE, ele aponta para a redução da duração da formação no nível de graduação, evitando o prolongamento desnecessário dos cursos nessa modalidade. Sugere que os cursos devem "orientar-se para oferecer uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional"(grifos nossos). Nesse sentido, os elementos que fundamentam a reformulação aqui proposta alinham-se às proposições deste parecer.

Talvez o ponto mais importante do referencial está relacionado com a indicação dos "tópicos ou campos de estudo e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, as quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos" (grifos nossos). Igualmente relevante, é a afirmação da necessidade de "estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno". E, por fim, "a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão" (grifos nossos). É nessa base legal que a proposta do PPC- BPP se ampara (Parecer CNE/CES nº 776/1997).

Considerando pois a construção de uma sociedade democrática com equidade social é necessário colocar no debate público e acadêmico as questões que problematizam não apenas as particularidades brasileiras, mas a sociedade contemporânea que visam a inclusão social:

a conservação do meio ambiente, qualidade de vida e sustentabilidade; educação ambiental; o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais. [Bem como,] a articulação das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais no reconhecimento e no respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (*lei 9795/1999*).

Reforça-se ainda os dispositivos legais que versam sobre as relações étnico-raciais e sobre a cultura afro-brasileira e africana. Todas são questões constantes e que perpassam transversalmente a maior parte dos conteúdos do BCH.

3.5 – Contextualização dos Cursos de Políticas Públicas no Brasil

O curso de Políticas Públicas e Gestão Social configura-se numa experiência pioneira no Brasil, construído a partir de um currículo inovador, fortemente embasado nas concepções de interdisciplinaridade e flexibilização, inclusive com eliminação do currículo mínimo.

O campo de estudo das Políticas Públicas, conhecido como Campo das Públicas, congrega os cursos de graduação em diversas áreas, tais como: Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social. Atualmente, existem 25 cursos de graduação do campo das públicas na modalidade presencial, eles são os seguintes:

Tabela 1 – Cursos de graduação do campo das públicas

Bacharelado		
Curso	Inst. de Ensino	Município/UF
Administração Pública	UNESP	Araraquara/SP
Administração Pública	FJP/MG	Belo Horizonte/MG
Administração Pública	UDESC	Florianópolis/SC e Bal. Camboriú/SC
Administração Pública	FGV-SP	São Paulo/SP
Administração Pública	UFLA	Lavras/MG
Administração Pública	UNICAMP	Limeira/SP
Administração Pública	UFRRJ	Seropédica/RJ
Administração Pública	UNILAB	Redenção/SP
Administração Pública	UENF	Campos/RJ
Administração Pública	UNEAL	Arapiraca/AL
Administração Pública	UNIFAL	Varginha/MG
Administração Pública e Gestão Social	UFRGS	Porto Alegre/SP
Administração Pública: Gestão Pública e Social	UFCA	Juazeiro do Norte/CE
Gestão de Políticas Públicas	USP	São Paulo/SP
Gestão de Políticas Públicas	UnB	Brasília/DF
Gestão de Políticas Públicas	UFRN	Natal/RN
Gestão Pública	UFMG	Belo Horizonte/MG
Gestão Pública	UFPR	Matinhos/PR
Gestão Pública para o Desen. Econ. Social	UFRJ	Rio de Janeiro/MG
Políticas Públicas	UFABC	São Bernardo do Campo/SP
Políticas Públicas	UFRGS	Porto Alegre/RS
Graduação Tecnológica		
Curso	Inst. de Ensino	Município/UF
Gestão Pública	UFPB	João Pessoa/PB
Gestão Pública	UFRB	Cachoeira/BA
Gestão Pública	UFCE	Sumé/PB
Gestão Social	UFBA	Salvador/BA

Fonte: Pires, et. al. (2014).

Os bacharelados da área de Políticas Públicas se orientam pela Resolução nº 1 de 2014 que homologa as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de Administração Pública. Todavia, é importante ressaltar que o Bacharelado em Políticas Públicas e Gestão Social se pauta pela regulamentação dos Bacharelados Interdisciplinares.

Trata-se de um campo de estudos ainda em formação e em constante movimento. Dessa forma, um curso interdisciplinar que conjugue a discussão das políticas públicas com uma perspectiva interdisciplinar em ciências humanas pode contribuir muito para o crescimento do pensamento no campo das públicas e desenvolvimento da atuação estatal no Vale do Jequitinhonha e no semiárido mineiro.

4. Justificativa de reestruturação do PPC

4.1 – O Vale do Jequitinhonha: Panorama Regional

De acordo com os resultados do Censo de 2010, Diamantina possui uma população de 45.884 pessoas. Em 2000 eram 44.259. A cidade que em décadas anteriores experimentou elevados fluxos migratórios, parece se firmar, do ponto de vista do tamanho demográfico, como capital do Vale do Jequitinhonha. Ressalta-se que esse título se deve não apenas ao tamanho do município, mas também, à sua capacidade de ser referência do ponto de vista funcional e econômico em um universo de municípios tradicionalmente pobres e carentes.

Deve-se destacar a importância do Alto Jequitinhonha e, especificamente, o município de Diamantina, na difusão e na formação de profissionais por meio da UFVJM. A universidade atende não apenas alunos nascidos no Alto Jequitinhonha, mas também pessoas advindas de várias partes do Brasil, sobretudo após a implantação e consolidação do ENEM/SISU.

A presença de instituições de ensino superior em qualquer região, especialmente as instituições de natureza estatal-pública, constitui elemento fundamental para o desenvolvimento social, em primeira instância. A presença de uma universidade é, por si, um acontecimento social e histórico de grande relevância e envergadura para qualquer ambiente, para qualquer condição social. O ambiente acadêmico revela um sem-número de possibilidades, com a pluralidade de pensamento, na construção de processos de conhecimento, nas perspectivas que a diversidade nos apresenta, como contribuição de uma sociedade rica e diversa que deve se manifestar nos quadrantes da universidade e para além de seus muros. A presença da UFVJM revela sua importância histórica para o Vale do Jequitinhonha e além de suas fronteiras e influências, possibilita e propicia o fomento dos conhecimentos e a sua transformação conforme as realidades locais.

Dentre as duas únicas IFES (UFVJM e IFNMG), a UFVJM se destaca pela sua abrangência no que diz respeito à área territorial. O Vale do Jequitinhonha, bem como o norte do estado de Minas Gerais, tem um déficit na oferta de serviços públicos, tanto na área da saúde quanto na educação, da cultura, da gestão, da inovação, da assistência social, para citar algumas. O potencial de abrangência de um Bacharelado com a linha formativa em Políticas Públicas é importantíssimo para o provimento de mão de obra qualificada de formação generalista e interdisciplinar para atender Diamantina e os municípios do entorno.

Tabela 2: População estimada em 2016 e IDHM de Municípios do entorno de Diamantina e Belo Horizonte

	População estimada em 2016	IDHM ⁹
Diamantina	48095	0,716
Datas	5457	0,616
Gouveia	12056	0,681
Couto de Magalhães de Minas	4428	0,659
Felício do Santos	5046	0,606
Senador Modestino Gonçalves	4446	0,620
São Gonçalo do Rio Preto	3197	0,640

⁹ IDHM. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

Serro	21431	0,656
Itamarandiba	34462	0,646
Buenópolis	10592	0,699
Belo Horizonte	2.513.451	0,810

Fonte: IBGE: Cidades@ (<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>)

É de se destacar que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, em comparação com a cidade de Belo Horizonte é mais baixo em todos os municípios elencados na tabela acima, para o estudo e apresentação de alguns índices socioeconômicos. Abaixo podemos verificar dados referentes ao PIB de municípios que integram a região do Alto Jequitinhonha e do entorno diamantinense.

Tabela 3: Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)¹⁰

Variáveis	Diamantina	Datas	Gouveia	Couto	Felício dos Santos	Minas Gerais	Brasil
Agropecuária	25.697	11.381	5.901	4.047	4.645	15.568.048	105.163.000
Indústria	48.684	1.504	30.003	3.346	1.181	54.306.183	539.315.998
Serviços	343.998	12.678	45.645	17.556	10.451	97.398.820	1.197.774.001

Atualizado em 28/08/2015, às 16:15h. Os valores estavam 100 vezes menores em função de erro no formato de exibição.

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 4: Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)

Variáveis	Senador Modestino	São Gonçalo	Serro	Buenópolis	Minas Gerais	Brasil
Agropecuária	46.839	2.189	18.455	19.792	15.568.048	105.163.000
Indústria	5.366	1.534	17.913	4.796	54.306.183	539.315.998
Serviços	10.515	7.427	80.169	37.974	97.398.820	1.197.774.001

Atualizado em 28/08/2015, às 16:15h. Os valores estavam 100 vezes menores em função de erro no formato de exibição.

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Observa-se ao fazer a comparação entre o PIB dos diversos municípios ao redor de Diamantina, que a maior fatia do Produto Interno Bruto está no campo dos Serviços. Dos três componentes do PIB de cada município, o da Indústria é o que contribui com a menor fatia. Isto, em grande medida, corrobora o que foi apresentado no Tópico 1 em que a Região segue a tendência estrutural voltada especificamente para o comércio e serviços. No que se refere ao município de Diamantina, 82,20% do PIB concentram-se na área de Serviços, o setor industrial representa 11,64% do PIB e a Agropecuária representa 6,14%. O município do Serro apresenta a seguinte proporcionalidade: Serviços 68,79%, Indústria 15,37% e a Agropecuária corresponde a 15,84%.

Os dados apresentados acima mostram a tendência de ampliação do setor de serviços no conjunto das atividades econômicas, sendo responsável pela absorção de grande parte dos trabalhadores. O setor de serviços é aquele que poderá absorver a mão de obra qualificada de formação generalista e interdisciplinar,

¹⁰ Na tabela foram introduzidos os dados do PIB de Minas Gerais e do Brasil, de modo a ilustrar as diferenças, que evidenciam aspectos da desigualdade regional, que serão analisados mais adiante neste PPC.

graduada pelo BPP. Cabe ainda ressaltar, que esse setor exige trabalhadores com múltiplos conhecimentos, capazes de desenvolver diferentes atividades e empreender ações que valorizem o patrimônio histórico, cultural, natural e social no qual encontram-se inseridos. Como afirma Martins (2014, p. 409), o desafio da região que também se confunde com o de Diamantina é “o de se reinventar como economia, sociedade e cultura pós-mineração do diamante para além das catas de pedras preciosas e ouro. Encontrar outras fontes de dinamismo diferentes do garimpo, que possuam maior capacidade de gerar encadeamentos e distribuir renda”.

Ainda no setor de serviços, destaca-se a ampliação dos serviços públicos vinculados à administração pública como fonte empregadora, fato que está relacionado ao processo de descentralização das políticas públicas previstas pela Constituição de 1988 em que os municípios foram assumindo a gestão e implementação das mesmas, ora como fonte direta de empregos, ora terceirizando e ou estabelecendo parcerias público-privado. Assim, tem-se o crescimento da demanda por estabelecimentos prestadores de serviços e profissionais qualificados que tenham conhecimentos sobre a temática das Políticas Públicas, sendo capazes de propor projetos, programas junto às agências de fomento, não apenas públicas, mas também ligadas à iniciativa privada, que possam assim, concretizá-las.

O PPC do Bacharelado em Políticas Públicas e Gestão Social tem por foco dialogar com a realidade regional, identificando suas carências e demandas, seja no campo da saúde, da cultura, da educação, da assistência social e outros, sem perder de vista as demandas regionais e/ou nacionais. Assim, a proposta do BPP oferece condições de maior aproximação entre a UFVJM e seu entorno e, também, dialoga com o contexto nacional de modo a problematizar o papel do Estado e trazer contribuições para a construção da equidade social, sobretudo, em uma economia globalizada.

4.2 – Diagnóstico sobre o Vale do Jequitinhonha e seus desafios¹¹

No levantamento de literatura e coleta de dados que pudessem subsidiar este projeto, nos apropriamos da síntese do Diagnóstico Propositivo¹² que originou o Plano de Desenvolvimento para os territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha (PDVJ) elaborado pela Fundação João Pinheiro. O plano levou em consideração os 17 territórios de desenvolvimento estabelecidos pelo governo estadual no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2016-2027. Dessa forma, organizamos os dados relevantes para este projeto¹³, considerando os seguintes tópicos: informações gerais sobre o Vale, dados demográficos, divisão político-administrativa da região e características econômicas e sociais.

¹¹ Agradecemos a equipe da Fundação João Pinheiro, responsável pela elaboração do PDVJ, que disponibilizou o documento, antes mesmo da sua publicação, se mostrando interessada em contribuir para a criação deste curso, subsidiando-nos nos fundamentos deste PPC.

¹² O Diagnóstico Propositivo do PDVJ é composto por mais três volumes, além da síntese usada neste projeto. O volume 2 aborda a estrutura produtiva e o meio ambiente, o volume 3 trata da dimensão social e o volume 4 da infraestrutura e logística, bem como da capacidade estatal da administração municipal. Cabe ainda acrescentar que o PDVJ teve como objetivo propor programas, projetos e ações de promoção da equidade social e elevação das condições de vida da população.

¹³ A abrangência do relatório da FJP inclui diversas temáticas que poderiam subsidiar, ainda mais, a discussão sobre a criação de um curso voltado para a formação em políticas públicas. No entanto, para não estender em demasia este documento, optou-se pelas áreas aqui dadas como relevantes.

O Vale do Jequitinhonha é uma região marcada pela heterogeneidade em que os municípios do Alto Jequitinhonha, historicamente ligados à exploração do ouro e do diamante, são relativamente mais desenvolvidos economicamente. Após o declínio da atividade mineradora, a região apresentou uma estagnação econômica em que as atividades produtivas mais relevantes passaram a ser a pecuária organizada a partir de grandes latifúndios.

A partir da segunda metade do século XX, para estimular a economia, introduziu-se na região o algodão e o eucalipto. Dentro das iniciativas para se desenvolver a região, criou-se a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE) em 1964 com resultados muito abaixo do esperado. A partir da década de 1970 deu-se a adoção de um conjunto de incentivos visando à atração de investimentos para as regiões mais pobres. Partindo do princípio de que a criação de polos de desenvolvimento geraria efeitos multiplicadores de estímulo da atividade econômica, mais uma vez com resultados insuficientes. Um dos motivos para tal insuficiência se deve ao excesso de centralização na elaboração do planejamento e a baixa ou inexistente participação social, que ocasionou no equívoco na escolha dos objetivos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016).

Na década seguinte, 1980, o debate sobre as formas de desenvolver a região, buscou inserir os movimentos ligados à Igreja Católica e à sociedade civil, incluindo os trabalhadores rurais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016). Nesse sentido, ao longo dos anos de 1980 e 1990, diversas iniciativas do Governo Estadual buscaram o desenvolvimento da região, a partir de planos que reuniam diferentes instâncias governamentais e da sociedade civil. Porém, não se consolidou um arranjo institucional consistente em função de uma série de questões tais como: insuficiência dos recursos financeiros para a sua implementação; falta de competência administrativa por parte do Estado para suprir os gargalos físicos, econômicos e institucionais; falta de estabelecimento de metas qualitativas e ações de monitoramento; falta de participação efetiva da sociedade civil nos planejamentos propostos e executados pelo Estado (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016).

Considerando o cenário acima descrito, o curso de Políticas Públicas e Gestão Social visa contribuir para a reflexão e o desafio de superação dos problemas e impasses histórico-sociais e territoriais que envolvem as políticas públicas e as relações entre o Estado e a Sociedade. Ressalta-se que os aspectos identificados perpassam, não apenas as experiências de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, mas estão presentes no planejamento e execução de políticas públicas em âmbito nacional (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016). Este Projeto Pedagógico de Curso ancora-se na expectativa de que a efetivação de tal curso possa contribuir para a região, uma vez que pretende capacitar seus egressos para atuarem nos setores necessários para o avanço social.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha elaborado pela Fundação João Pinheiro (2016), a região apresenta as seguintes características naturais e demográficas:

- O Alto Jequitinhonha possui 24 municípios, com 305.616 habitantes (2013); 2 microterritórios: Diamantina e Capelinha.
- O Médio/Baixo Jequitinhonha possui 35 municípios, com 437.805 habitantes (2013); 5 microterritórios: Araçuaí, Pedra Azul, Almenara, Felisburgo e Jacinto.

Chama a atenção o fato do Vale apresentar uma população rural significativa (38%), muito maior que a porcentagem da população rural do Estado de Minas Gerais (15%). Pode-se afirmar que em apenas dez municípios do Vale do Jequitinhonha prevalecem características predominantemente urbanas, com taxas de urbanização acima de 75%. Um fator a ser ressaltado é a tendência da queda populacional em função de dois fenômenos combinados: a queda na taxa de fecundidade e os saldos migratórios negativos. O Relatório do PDVJ destaca que 21, dos 59 municípios da região tiveram taxa de crescimento demográfico negativa.

Entretanto, o crescimento vegetativo mostrou-se ainda positivo e considerável, com isso não houve perda absoluta no total da população. Os fatores que contribuíram para a manutenção do crescimento vegetativo positivo foram os valores baixos da taxa bruta de mortalidade (em função da queda da mortalidade infantil e do aumento da expectativa de vida da população).

No que tange a natalidade, apesar da queda geral, elas ainda podem ser consideradas altas e são superiores às observadas em outras regiões do Estado de Minas Gerais. No entanto, alguns municípios sofrem com a perda de população. Em Felício Santos, no Alto Jequitinhonha, e Palmópolis e Comercinho, no Médio/Baixo Jequitinhonha, por exemplo, todos os componentes da dinâmica demográfica (crescimento vegetativo e taxa líquida migratória) mostraram-se negativos. Em apenas sete municípios, a taxa líquida migratória foi positiva" (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016, p. 27).

a) Características econômicas da região do Vale do Jequitinhonha

Do ponto de vista econômico, cabe destacar que historicamente a região tem forte relação com as atividades econômicas relacionadas à mineração, mas atualmente é o setor de serviços que apresenta maior participação na composição do PIB dos municípios, sendo a administração pública responsável por 37,8% do PIB regional (em âmbito estadual essa participação é de 13,4%). Na segunda posição aparecem as atividades relacionadas à agricultura, pecuária e silvicultura (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016, p. 34 e 35).

Dentro disso, nos últimos anos observou-se na região um fortalecimento da cultura do café e do eucalipto e das atividades de extração mineral, assim como uma ampliação da rede viária e dos serviços públicos. O fortalecimento das políticas sociais contribuiu para melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano e outros indicadores sociais. Isso, combinado a uma série de políticas conduzidas a partir de instâncias nacionais, produziu efeitos na região resultando em uma elevação do poder de compra, em um fortalecimento do comércio e em uma ampliação dos serviços, avanços para os quais, certamente, muito contribuiu a implantação da UFVJM na região (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016).

Porém, cabe destacar que a participação da região no total do PIB estadual é ainda muito pequena, tendo sido de apenas 1,3% no ano de 2013 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016, p. 35). Esse desempenho econômico tem sido associado a uma postura tímida no âmbito das políticas públicas direcionadas à superação das dificuldades estruturais da região ao que se ressalta uma baixa capacidade do poder público municipal em atuar sobre os gargalos que impedem o avanço das atividades econômicas. Com isso, a região ainda registrou

uma aceleração do êxodo rural, com inchamento das cidades e uma sobrecarga na demanda por serviços públicos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016).

Esses aspectos evidenciam que as atividades econômicas sobre as quais se assenta a produção de riqueza da região apresentam grandes dificuldades para absorver a população local e criar as condições de produção e distribuição necessárias a uma elevação da qualidade de vida nesses municípios (PLANO MESO, 2005). Do ponto de vista das relações de trabalho, a região é composta por muitos microprodutores sem vínculos formal em contraposição à pequena oferta de empregos formais oferecidos por um reduzido número de unidades produtivas ligadas ao setor primário e caracterizados por uma baixa remuneração. Segundo os dados apurados para o ano 2010, o Médio/Baixo Jequitinhonha possui a menor proporção de empregados com carteira, com apenas 18% dos ocupados, enquanto no Alto Jequitinhonha o índice é de 26,9%, muito abaixo da média estadual calculada em 46,3%. Porém, essa região se destaca na produção para autoconsumo, apresentando as maiores taxas entre os territórios mineiros: Alto 14,4%; Médio/Baixo 15%; média do estado 3,2% (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016, p. 37).

Essa produção para o autoconsumo está relacionada, entre outras coisas, à própria estrutura do setor agropecuário na região, sendo 84,6% dos estabelecimentos do setor classificados como familiares, segundo o último Censo Agrícola realizado em 2006 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016, p. 40). Por seu turno, os estabelecimentos ligados à agricultura e pecuária classificados como não familiar representavam apenas 15,4% dos estabelecimentos dos territórios, ocupando 68,5% da área. Esse último número indica a concentração das terras por parte dos estabelecimento não familiares, que em média possuem uma área de 227,9 ha, frente a área média de 19,05 ha calculada para os estabelecimentos não familiares. A agricultura familiar, em 2006, era responsável pela ocupação de 131.118 pessoas, do total de 168.751 ocupados em estabelecimentos agropecuários (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016, p. 40).

Ainda em relação aos aspectos econômicos, cabe ressaltar que a indústria de extração mineral vem crescendo significativamente na região - 182% e 190% das ocupações do Alto e Médio/Baixo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016, p. 49). Embora tenha um peso reduzido no total da economia regional, ela se concentra em alguns municípios, sendo estruturada a partir de micro e pequenas empresas, com um elevado grau de informalidade. Além disso, a forma como a atividade vem sendo realizada tem produzido impactos negativos ao meio ambiente e aos trabalhadores envolvidos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016).

Em contraposição, a região se destaca pela oferta de atrativos turísticos de importância internacional, nacional e regional, sendo predominantemente de natureza cultural, sobretudo, em Diamantina e Serro.

b) Características sociais da região do Vale do Jequitinhonha

Nas duas últimas décadas, os indicadores sociais do Vale do Jequitinhonha apresentaram melhorias significativas, resultado de ações conduzidas pelas três esferas de governo. No entanto, a região ainda mantém grande desvantagem relativamente ao conjunto dos municípios de Minas Gerais. Cabe salientar ainda que a

situação do Médio/Baixo Jequitinhonha mostrou-se, em geral, pior relativamente à do Alto. Para ilustrar essa situação selecionou-se dos aspectos centrais no debate sobre desenvolvimento social, a saber, educação e saúde.

b.1) Educação

Constata-se que a região apresenta um enorme déficit na educação infantil, com um baixo atendimento escolar das crianças de 0 a 3 anos: 17,8% no alto (2014) e 13,5% no Médio/Baixo.

Essa situação vai melhorando progressivamente até a quase universalização do atendimento escolar para o Ensino Fundamental. Todavia, observa-se um significativo percentual de retenção entre os jovens de 15 a 17 anos que ainda estão no Ensino Fundamental (54,9% dos alunos no Alto e 45,8% no Médio/Baixo). O relatório produzido pela Fundação João Pinheiro elenca possíveis causas para esse fato:

1. Aprendizagem insuficiente nos anos iniciais do fundamental, o que resulta em adolescentes que acessam os anos finais com baixo domínio de leitura e matemática;
2. O processo de municipalização que resultou na precarização da oferta dos anos iniciais, fruto, principalmente, da formação pouco qualificada do corpo docente para a alfabetização;
3. O sistemático abandono escolar do jovem no período de colheita do café e do corte de cana, que faz com que não consiga terminar o Ensino Fundamental, evadindo posteriormente da escola por desmotivação e/ou necessidade de trabalhar. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016, p. 66).

O Vale do Jequitinhonha é caracterizado por uma população adulta com baixo nível de escolaridade e altos percentuais de analfabetismo. De acordo com a Fundação João Pinheiro, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade é de 17,5% (no Alto Jequitinhonha) e de 23,9% (no Médio e no Baixo).

Outro dado preocupante sobre a educação no Vale do Jequitinhonha é que mais de 70% das pessoas acima de 25 anos não possuem Ensino Fundamental completo. Comparativamente, o Estado do Minas Gerais, como um todo, o percentual de pessoas acima de 25 anos que não concluíram o ensino fundamental é de 54,6%. Um fator estrutural que explica a baixa escolaridade e o alto analfabetismo da região é a dificuldade de atendimento à população rural devido à precariedade da estrutura viária e do transporte escolar. Outra explicação pode ser buscada na “desmotivação” dos jovens e adultos em continuar os estudos, fenômeno também bastante recorrente no ensino médio.

Dentre as crianças que frequentam as escolas, constata-se um baixo nível de aprendizado, ainda de acordo com o Relatório da Fundação João Pinheiro. Os estudantes do terceiro ano do Ensino Fundamental, 15,2% no Alto e 22,5% no Médio/Baixo, não possuíam o nível recomendado de alfabetização. Situação que se agrava progressivamente até o nível médio. Várias razões contribuem para essa situação de baixa escolaridade da população total do Vale do Jequitinhonha e do insuficiente rendimento escolar dos que frequentam a escola, das quais destacamos:

1. Baixa escolaridade e falta de capacitação continuada para os professores.
2. Falta de infraestrutura (espaço físico adequado e transporte escolar).

No que tange ao ensino técnico e superior, constata-se a necessidade de implantação e expansão de cursos profissionalizantes. O Relatório da FJP apontou que as instituições de ensino superior localizadas no Vale do Jequitinhonha têm pouca inserção na região, desenvolvendo escassos projetos voltados para o Vale e oferecendo insuficientes cursos de capacitação continuada para os professores locais.

Esse último ponto é o principal foco da atual reformulação do curso, agora com linha formativa em Políticas Públicas. Pretende-se ampliar a inserção do curso na sociedade e na população local.

b.2) Saúde

No atendimento à saúde alguns avanços podem ser destacados como a diminuição de internações relacionadas ao saneamento ambiental inadequado; melhoria da cobertura das Unidades Básicas de Saúde - UBS - a Estratégia Saúde da Família - ESF e o Programa Mais Médicos.

Como problemas destacam-se a dificuldade de acesso aos serviços de saúde por parte da população rural, insuficiência da infraestrutura física, dificuldade de atrair e fixar médicos nesta região, falta de formação específica para trabalhar no ESF e gerenciamento inadequado do Sistema Único de Saúde - SUS.

A Fundação João Pinheiro constatou uma série de questões relacionadas à saúde que devem ser enfrentadas:

1. Baixa qualificação dos profissionais e sobrecarga de trabalho administrativo;
2. Insuficiência e fragilidade dos mecanismos de gestão;
 - a. Não implantação de protocolos de atenção à saúde;
 - b. A atenção orientada principalmente para o atendimento da demanda espontânea e não para o cumprimento de uma programação;
 - c. Não priorização do atendimento, resultando em um encaminhamento de pacientes de modo inadequado;
 - d. Dificuldade para fixar médicos, principalmente os especialistas;
 - e. Número insuficiente de procedimentos ofertados;
 - f. Ausência de classificação de prioridades para o encaminhamento dos pacientes.

Se a baixa complexidade atingiu um significativo grau de atendimento, mesmo com todos os problemas de gestão, o atendimento nos casos de média e a alta complexidade é ainda muito precário. Segundo relatório da Fundação João Pinheiro, faltam recursos humanos especializados, equipamentos e estrutura física, fazendo com que o Vale do Jequitinhonha “exporte” pacientes. Do total dos pacientes da região, 74% do Alto e 73% do Médio/Baixo têm encaminhadas suas internações de alta complexidade para outra macrorregião de saúde. O Relatório da FJP aponta como principais ações a formulação de uma política para os pequenos territórios da rede hospitalar; a capacitação dos profissionais de saúde, inclusive aos secretários de saúde; e a necessidade de construção de um hospital macrorregional.

No que tange às dificuldades de ordem administrativa e de gestão, o Bacharelado em Políticas Públicas e Gestão Social pode proporcionar a formação e qualificação de quadros técnicos e administrativos que contribua para a melhor estruturação dos Sistema Único de Saúde no Vale do Jequitinhonha.

Diante de todas essas demandas apresentadas nesse PPC e outras a serem diagnosticadas, foram feitas reuniões com diversas instituições públicas e setores da sociedade civil e, a partir destas, consolidou-se a necessidade de estruturação deste projeto. Atualmente, contamos com o apoio da Prefeitura Municipal de Diamantina, do Museu do Diamante e do IPHAN. Estes estão apenas no aguardo da aprovação deste PPC para firmarmos os convênios e as parcerias.

5. Objetivos Gerais e Específicos

5.1 – Objetivo Geral

- Propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como gestores públicos, em organizações do terceiro setor, empresas privadas, organizações multilaterais e academia.

5.2 – Objetivos Específicos

- Formar com conhecimentos multidisciplinares nos campos da ciência política, da sociologia, da filosofia, da psicologia, da administração pública, da economia, da antropologia, da história e da ciência e tecnologia;
- Reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas.
- Compreender as relações e conflitos entre os diversos setores da sociedade, incluindo instituições governamentais, organizações não-governamentais, sociedade civil organizada, empresas, sindicatos etc;
- Conhecer e capacitar para planejar, implantar, avaliar e subsidiar políticas públicas;
- Preparar para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública.
- Oferecer sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mundo do trabalho e das condições de exercício profissional;
- Estimular práticas de estudo independente, visando a uma progressiva autonomia profissional e intelectual do discente;

- Encorajar o reconhecimento de saberes, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente acadêmico, inclusive as que se referirem à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada;
- Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios, práticas e a participação em atividades de extensão;
- Estabelecer redes “intra” e “inter” institucionais no fortalecimento e diálogo com as políticas públicas.

6. Metas

- Formação de um corpo discente em condições de atuar no campo das políticas públicas em consonância com a área das Ciências Humanas;
- Estabelecer mecanismos de mediação com municípios e organizações da sociedade civil da Região do Vale do Jequitinhonha para estreitar laços de diálogo e colaboração em termos de convênios para o desenvolvimento de propostas;
- Estabelecimento de diretrizes de pesquisa nos campos de estudo interdisciplinar, articuladas com as amplas possibilidades de formação em Políticas Públicas;
- Ampliação da formação continuada em caráter extensionista e da pesquisa permanente;
- Proposição e desenvolvimento de projetos de pesquisa em constante diálogo e mediação com as realidades locais e regionais;
- Estimular a participação de discentes nos diversos Centros de Estudos, Grupos de Pesquisa e Projetos de Extensão.
- Estreitar laços de pesquisa e ensino com o Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas, Estudos Rurais, Educação, entre outros da UFVJM.

7. Perfil do Egresso

A velocidade com a qual o mundo contemporâneo vem se transformando obriga a formação de profissionais que devem possuir sensibilidade para apreender uma nova dinâmica de relações sociais, processos sócio-culturais e de pensamento, além de *aptidões* (saber-ser), *habilidades* (saber-fazer), *atitudes* (saber-agir) e *competências* (alcançar resultados através dos saberes). Assim, faz-se necessária a formação de indivíduos e profissionais com perspectiva holística, capazes de pensar globalmente e atuar localmente. No curso em questão, busca-se formar um sujeito crítico com sólida formação de base em significativas áreas de conhecimento das Ciências Humanas, particularmente a Filosofia, a Psicologia, a Ciência Política, a

Antropologia, a Sociologia e a Economia; e em menor presença, na História, Administração, Turismo, Geografia e Pedagogia.

O bacharel em Políticas Públicas e Gestão Social, formado na UFVJM, destaca-se por sua orientação interdisciplinar, sua competência em autogestão e seu caráter crítico. E atendendo ao Parecer nº 266/2011, o egresso do BPP terá as seguintes características:

- ter flexibilidade e competências gerais em políticas públicas;
- ser proativo e capaz de contribuir para a inovação, demonstrando criatividade;
- ser capaz de articular diferentes saberes e situações a fim de encontrar soluções para os desafios contemporâneos;
- ter sensibilidade social e aptidão para a comunicação;
- ser capaz de trabalhar em equipe;
- preparar-se para mundialização, familiarizando-se com culturas diferentes; e
- competência para atuar, de forma interdisciplinar, no campo das políticas públicas.

Para além disso, o egresso do BPP, a partir dos conhecimentos adquiridos na linha formativa, terá largo espectro de competências de modo a inserir-se e atuar:

- Nas equipes de avaliação, análise e proposição, com reflexões críticas, nos setores público, privado e terceiro setor, atento às desigualdades sociais e à diversidade dos saberes e das diferenças étnico-culturais;
- Na gestão de interesse público relativos às organizações e às políticas;
- Em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos;
- Nas assessorias e apoio a movimentos sociais e entidades do terceiro setor.

O egresso deste curso terá plenas condições de atuar nas áreas das políticas públicas, visto que ele terá grande cabedal curricular a partir da estrutura proposta neste PPC, adquirindo conhecimentos gerais e de base das ciências humanas, tais como, Cidadania, Estado e Sociedade, Dignidade Humana, Ética, Diversidade, Espaço Público, Direito e Deveres Públicos, Bioética, Planejamento, Orçamento, Burocracia, Empreendedorismo, entre outros.

Tendo em vista o tipo de formação proporcionada pelo Bacharelado em Políticas Públicas e Gestão Social, seus egressos poderão seguir cinco caminhos: 1) continuar sua formação acadêmica em cursos de pós-graduação (*latu sensu* ou *stricto sensu*); 2) atuar na gestão, consultoria e assessoramento de políticas públicas junto às diversas instâncias estatais; 3) atuar na gestão, consultoria e assessoria de entidades privadas, do terceiro setor e ainda movimentos sociais e organizações civis que atuem no campo das Políticas Públicas e em experiências de autogestão comunitária; 4) atuar no setor privado (empresas de consultorias, empresas prestadoras de serviços públicos, departamentos de responsabilidade social e de relações governamentais); e 5) atuar em organizações supranacionais e organismos multilaterais ligados à políticas públicas (ONU, OMS, OIT, Banco Mundial, entre outros).

8. Competências e Habilidades

- Articular, produzir, processar e analisar informação procedente de fontes diversas;
- Investigar, pesquisar organicamente e produzir conhecimento;
- Comunicar e argumentar em suas múltiplas formas o conhecimento construído;
- Trabalhar de forma autônoma, individual e coletiva;
- Desenvolver iniciativa, criatividade;
- Incentivar o aprendizado permanente e continuado;
- Desenvolver capacidades de abstração, análise e síntese;
- Estruturar o conhecimento a partir do entendimento, da explicação e da interpretação;
- Aplicar os conhecimentos na prática laboral;
- Saber organizar e planejar o uso do tempo;
- Identificar e resolver problemas, enfrentar desafios e responder a novas demandas da sociedade contemporânea;
- Atuar em áreas de fronteira e interfaces de diferentes unidades curriculares e campos de saber;
- Reconhecer especificidades regionais ou locais, contextualizando e relacionando com a situação global;
- Tomar decisões em cenários de imprecisões e incertezas;
- Desenvolver atitude ética nas esferas profissional, acadêmica e nas relações interpessoais;
- Comprometer-se com a sustentabilidade nas relações entre ciência, tecnologia, economia, sociedade e ambiente;
- Ter postura flexível em relação ao mundo do trabalho e às transformações sociais;
- Desenvolver capacidade de utilizar novas tecnologias que formam a base das atividades profissionais;
- Empreender ações nas esferas pública, privada e terceiro setor;
- Reconhecer as desigualdades sociais e a diversidade dos saberes e das diferenças étnico-culturais;
- Reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- Reconhecer as implicações éticas da sua atuação, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua conduta;
- Participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos;
- Desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre as esferas pública, privada e terceiro setor; e
- Operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais e políticos.

9. Campo de atuação do Profissional

O profissional formado pelo BPP pode se inserir em ocupações laborais que, embora requeiram educação superior, não estejam associadas a uma formação profissional específica. A formação em Políticas Públicas possibilita ao egresso uma inserção em funções relativas à gestão de políticas, sejam no setor público ou em organizações civis, movimentos sociais organizados, Organizações Sociais (OSs) e Organizações não Governamentais (ONGs).

O curso de graduação em Políticas Públicas e Gestão Social da UFVJM ainda propicia ao egresso uma formação humanista e crítica associada a um largo espectro de competências técnicas que permitem inserir-se e atuar como:

1. Gestores públicos na administração pública estatal em suas diversas instâncias;
2. Gestores não estatais em âmbito nacional e internacional;
3. Analistas e formuladores de políticas públicas;
4. Técnicos de avaliação, análise e proposição de políticas públicas atentos às desigualdades sociais, à diversidade dos saberes e às diferenças étnico-culturais;
5. Consultores no processo de tomada de decisão de políticas, programas, planos e projetos.

Destaca-se a ampliação dos serviços públicos vinculados à administração pública como fonte empregadora, fato que está relacionado ao processo de descentralização das políticas públicas previstas pela Constituição de 1988 em que os municípios foram assumindo a gestão e implementação das mesmas, ora como fonte direta de empregos, ora terceirizando e ou estabelecendo parcerias público-privado. Assim, tem-se o crescimento da demanda por estabelecimentos prestadores de serviços e profissionais qualificados que tenham conhecimentos sobre a temática das Políticas Públicas, sendo capazes de propor projetos, programas junto às agências de fomento, não apenas públicas, mas também ligadas à iniciativa privada e terceiro setor, que possam assim, concretizá-las.

O PPC do Bacharelado em Políticas Públicas e Gestão Social tem por foco dialogar com a realidade regional, identificando suas carências e demandas, seja no campo da saúde, da educação, da assistência social, da cultura, dos processos produtivos, do emprego e outros, sem perder de vista as demandas regionais e/ou nacionais. Assim, essa proposta oferece condições de maior aproximação entre a UFVJM e seu entorno e, também, dialoga com o contexto nacional de modo a problematizar o papel do Estado e trazer contribuições para a construção da equidade social, sobretudo, em uma economia globalizada.

10. Proposta pedagógica

Assumimos o caráter histórico e a concepção política do processo educacional como um instrumento de transformação social, objetivamos romper com a lógica instrumental e disciplinar que fragmenta e hierarquiza os saberes historicamente produzidos.

A proposta do BI em Políticas Públicas e Gestão Social radicaliza o compromisso com a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade como instrumento de inclusão social e de promoção de uma nova *episteme* capaz de trazer para o espaço público da universidade, as multiplicidades discursivas e de práticas sociais que nos constituem como sociedade. Nesse sentido, não apenas na organização curricular, como na denominação das Unidades Curriculares (UCs) que compõem o projeto pedagógico, priorizamos refletir temas e problemas sociais que pretendemos colocar em análise através da interação de saberes organizado em quatro eixos: base, linguagens, interdisciplinar e temático. De modo a garantir a dialética da produção do conhecimento e do fazer educacional, inserimos atividades extensionistas a serem creditadas, visando conhecer e analisar os impactos, os desafios e limites das políticas públicas em diferentes espaços sociais.

A organização pedagógica deste projeto é inovadora e busca colocar em prática um anseio pedagógico de formação generalista, com uma base forte em áreas significativas das Ciências Humanas, capacitando o egresso a articular, para além da técnica, a reflexão crítica em relação às Políticas Públicas. Como se observará com a leitura da matriz curricular, a interdisciplinaridade, aqui, não é só um anseio de formação, mas, sim, uma prática de ensino que se estrutura na base dos três pilares de uma instituição de ensino superior: ensino, pesquisa e extensão. Seguindo a mesma linha de capacitação ampla e generalista que o Tratado de Boulogne e os Colleges norte-americanos priorizam, a interdisciplinaridade será o foco central desta formação.

A reflexão que embasa essa reestruturação tem como fim a articulação entre a prática interdisciplinar e os objetivos apresentados, por exemplo, no que concerne à abordagem dos Temas Transversais, Diversidade, Ética, Saúde, Meio Ambiente, Diversidade de Gênero, Relações étnico-raciais, História da África, História Indígena, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo. A correlação entre a transversalidade e a interdisciplinaridade já está indicada no próprio parâmetro curricular: “A proposta de transversalidade pode acarretar algumas discussões do ponto de vista conceitual como, por exemplo, a da sua relação com a concepção de interdisciplinaridade, bastante difundida no campo da pedagogia” (PCN, 1998, p. 31). Assim sendo, o BPP, segundo a linha histórica que orientou a criação do BCH, garante uma formação continuada, em especial, no que diz respeito às especificidades das práticas inter-, pluri- e transdisciplinar.¹⁴

Tendo em vista essa proposta de articulação pautada na transversalidade e na interdisciplinaridade, o BPP, para além de sua configuração como BI, terá como particularidade uma orientação para o campo das Políticas Públicas e Gestão Social, que busca imprimir no PPC uma conjugação de aspectos teóricos e práticos, visando atender às demandas sociais locais, regionais e nacionais.

¹⁴ Para uma discussão detalhada sobre cada um dos termos, ver PPC do BCH (2019)

Para delinear a formação em políticas públicas, este PPC orienta-se pela articulação entre os Referenciais Orientadores dos Bacharelados Interdisciplinares e as Diretrizes Curriculares Nacionais de Administração Pública (2014), o que confere ao curso flexibilidade na formação, para atender às demandas do mundo contemporâneo e da realidade local. Em termos de conteúdo, esta proposta se traduz na oferta de:

- Conteúdos relacionados à característica multidisciplinar da área pública, articulando conteúdos de ciência política, economia e sociologia;
- Estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às tecnologias da comunicação e da informação; e
- Conteúdos relacionados à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado.

Diante do exposto acima, ressaltamos ainda que o processo ensino e aprendizagem que almejamos desenvolver sustenta-se na concepção da educação progressista, no qual assumimos a intencionalidade de promover outras formas de socialização humana, capazes de promover aprendizagens que rompam com a cultura escolar e o senso comum cultural hierarquizantes e disciplinares, que dicotomizam e fragmentam os conhecimentos socialmente produzidos, reproduzindo a concepção de saberes neutros, a-históricos e atemporais. Focando nas interações sociais, mediadas pelo conhecimento socialmente produzido, admitimos a complexidade do processo educacional, sobretudo em situação de democratização dos espaços educacionais a sujeitos sociais que historicamente foram alijados do direito à educação pública.

Dentre os espaços em que se buscaram desenvolver essa concepção de aprendizagem, é possível citar os grupos de pesquisa. Os referidos grupos acolherão os discentes e suas pesquisas em nível de Iniciação Científica, Trabalhos de Conclusão de Curso, Monitorias e os trabalhos executados no âmbito da Bolsa Permanência. O objetivo central das pesquisas realizadas nos grupos é formar pesquisadores que prezam pela articulação de seus objetos de pesquisa com as demandas sociais.

Ainda sobre a promoção da aprendizagem, às inovações tecnológicas materializadas nas ferramentas de tecnologia da informação e redes de computadores, estarão presentes em todo o processo formativo do BPP. Nesse sentido, cabe destacar o papel central que tem assumido a Internet como mecanismo de comunicação, difusão e troca de informação e acesso a documentos, tornando-se ferramenta fundamental no trabalho docente de ensino, pesquisa e extensão.

Esse aspecto não tem sido negligenciado no âmbito da universidade, tampouco pelos docentes do BPP que já possuem como prática recorrente o uso de equipamentos de áudio e vídeo e os ambientes virtuais para o desenvolvimento das disciplinas, assim como das ferramentas disponíveis para a gestão administrativa e acadêmica.

Com isso, o desenvolvimento do presente projeto será pautado por incorporar na dinâmica do curso práticas pedagógicas construídas a partir das TICs, que possibilitem a consolidação dos espaços virtuais dialógicos entre docentes e discentes; incentivem a autonomia e iniciativa dos alunos no processo educacional; e promovam a interdisciplinaridade. Assim, as TICs serão utilizadas nas formas disponíveis, como comunicação, acesso, divulgação de atividades, compartilhamento de literatura e bibliografia, publicações,

criação de sítios com caráter pedagógico, conforme as necessidades e demandas das unidades curriculares, pesquisas e extensão.

Da mesma maneira, os equipamentos disponíveis para a prática docente também serão utilizados para diversos fins, como tem sido até o momento: o Datashow, um instrumento muito eficiente para a aplicação de conteúdos programáticos; câmeras fotográficas e de vídeo são ferramentas importantes no registro de imagens para produção técnica e bibliográfica ao que cabe acrescentar o YouTube para organizar depoimentos, programas de divulgação, apresentação de pesquisas e fomento de novas fronteiras no âmbito da pesquisa e da extensão. Do ponto de vista das plataformas virtuais cabe destacar o desenvolvimento e aplicação de métodos de ensino e práticas profissionais, nos termos constitutivos de unidades curriculares como os diferentes Tópicos em Políticas Públicas. O Moodle e o Google Classroom são, assim como outras ferramentas disponíveis nas redes de computadores, mecanismos de comunicação entre os discentes, bem como entre estes e os docentes. Vale ainda ressaltar que é compromisso deste PPC, em consonância com a legislação federal e com os princípios norteadores desta instituição, garantir educação inclusiva, ambiental, direitos humanos e relações étnico-raciais. Essas se darão nos seguintes termos:

1. A **educação inclusiva**, conforme a Lei 12.764/2012 e a Lei 10.098/2000, aborda temáticas relevantes amplamente tratadas e encampadas pelo PDI da UFVJM. O acompanhamento de pessoas com deficiência ou necessidade especial, realizado pela equipe da Diretora de Acessibilidade e Inclusão (DACI), tem como objetivo o desenvolvimento, a articulação e coordenação de ações que contribuam para a eliminação de barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais, potencializando a entrada, permanência e usufruto dos espaços físicos e serviços oferecidos através do ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Em termos específicos, essa temática é desenvolvida de forma direta por diferentes disciplinas do programa, como exemplo: Sociologia da Educação, Políticas Educacionais, Psicologia da Educação, Psicologia e Compromisso Social, Língua Brasileira de Sinais – Libras e Tópicos em Políticas Públicas – Assistência Social.
2. A **educação para o empreendedorismo** não se fixa tão-somente no âmbito do mercado, como forma de preparação profissional. No caso do BPP, o empreender contempla uma série de ações que visam à preparação do discente para atuar em realidades e contextos sócio-econômico-administrativos, com espírito de iniciativa para proposição de políticas que promovam avanços e inovações no âmbito do serviço público, de organizações sociais, instituições, empresas de caráter público e privado. O currículo é concebido para favorecer elementos estruturais na formação específica e geral, na perspectiva pedagógica para a tomada de iniciativa, de decisões em condições adversas e promoção de propostas em conformidade com as novas realidades das relações sociais entre público e privado. Em termos específicos, essa temática é desenvolvida de forma direta por diferentes disciplinas do programa, como exemplo: Análise de Políticas Públicas, Economia e Políticas Públicas, Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas, Finanças Públicas, Planejamento e Políticas Públicas e Tópicos em Políticas Públicas – Trabalho e Empreendedorismo.

3. **Educação ambiental**, Lei 9.795/1999, Decreto 4.281/2002 - As grandes áreas de formação de base da nova matriz curricular do BPP têm, em suas propostas de conteúdo e forma, a preocupação com a abordagem dos vários aspectos relativos à educação ambiental. O corpo formativo do BPP revela, em sua estrutura, as condições necessárias para que o problema ambiental seja conduzido sob o ângulo das Ciências Sociais, da Filosofia, da Economia, da Psicologia, no que concerne a aspectos éticos, políticos, científicos, técnicos, econômicos, também sob o viés das estruturas governamentais e estatais, o papel dos Estados-nacionais e as estratégias relativas ao ambiente. Em termos específicos, essa temática é desenvolvida de forma direta por diferentes disciplinas do programa, como exemplo: Estado e Crítica ao (Des)Envolvimento, Meio Ambiente e Sociedade, Espaço e Poder, Planejamento Urbano e Regional, Seminários do Vale do Jequitinhonha e Tópicos em Políticas Públicas – Desenvolvimento.
4. **Educação das Relações Étnico Raciais para o ensino de História e cultura Afrobrasileira, Africana e indígena**, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004 - Dois aspectos devem ser considerados a respeito desta Educação, em especial. De um lado, a formação que as ciências humanas podem oferecer, em seu leque formativo e pedagógico. Do ponto de vista interdisciplinar, o BPP tem em sua estrutura curricular várias UCs que oferecem diversas possibilidades de abordagens dialógicas sobre relações raciais, desde aspectos antropológicos, sociológicos, econômicos, filosóficos e psicossociais. Por outro lado, a problemática no campo das políticas públicas é de grande importância especialmente no que se refere às políticas de reconhecimento, ou inclusão social, às estratégias de enfrentamento dos diversos aspectos do contexto das relações raciais, às relações de poder, à questão política no tocante aos modelos sociais e suas condicionantes raciais - migrações, mercado de trabalho, exploração infantil, prostituição, a inclusão nos campos econômico e social e estratégias. Aspectos históricos compõem a preocupação do quadro formativo do BPP nesta questão. O curso amplia, como foi observado, o leque de ações, o pensamento reflexivo, aliado a abordagens sociais, culturais e científicas, propicia as condições para que a educação das relações sociais seja apreendida como totalidade na forma e conteúdo interdisciplinares. Em termos específicos, essa temática é desenvolvida de forma direta por diferentes disciplinas do programa, como exemplo: Filosofia Política e Dignidade Humana, Estado e Comunidades Tradicionais, Políticas Públicas e Epistemologias do Sul, Socialização e Processos de Subjetivação, Comunidades e Altermundismo e Tópicos em Políticas Públicas – Ações Afirmativas.
5. **Educação para os Direitos Humanos**, Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012 - A educação em Direitos Humanos visa à formação para a vida e para a convivência no exercício cotidiano da Dignidade Humana, como forma de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regional, nacional e mundial. Este objetivo deverá orientar os sujeitos, as instituições e os sistemas de ensino no que se refere ao planejamento e ao desenvolvimento de ações de Educação

em Direitos Humanos adequadas às necessidades, às características biopsicossociais e culturais dos diferentes sujeitos e seus contextos. Destaca-se a importância quanto ao estudo sistemático sobre os Direitos Humanos em consonância com as estruturas de poder, o estatismo, as formas de organização política, as práticas dos agentes do Estado em geral, a dignidade da pessoa dentro e fora de qualquer estado, entre outras. No que tange à cultura brasileira, faz-se necessário colocar em análise os processos de hierarquização social e silenciamentos étnicos raciais e de gênero que edificaram nossa cultura. A construção de uma sociedade com equidade social implica a desnaturalização das relações de poder, dos modos de pensar e de agir, portanto, faz-se necessário a análise crítica e a revisão cultural. Todos esses elementos se configuram para o desenvolvimento de pesquisas neste campo do saber. Em termos específicos, essa temática é desenvolvida de forma direta por diferentes disciplinas do programa, como exemplo: Filosofia Políticas e Dignidade Humana, Direitos Humanos e Políticas Públicas, Teorias Democráticas, Ética e Justiça, Cidadania no Brasil e Tópicos em Políticas Públicas – Participação e Mobilização Popular

6. **Apoio ao Discente.** O apoio ao discente tem na UFVJM ampla cobertura. Este conta com a Pró-Reitoria de Acessibilidade e Assuntos Estudantis (PROAAE), que tem o objetivo de promover o bem-estar, a qualidade de vida e o desenvolvimento da comunidade acadêmica, por meio da proposição, planejamento e execução de ações de assistência estudantil e promoção/inclusão social; atenção pedagógica, atenção à saúde, segurança do trabalho e higiene ocupacional; acessibilidade, diversidade e esporte e lazer. A PROAAE é estruturada da seguinte forma: Conselho de Acessibilidade e Assuntos Estudantis e Conselho da Moradia Estudantil, Diretoria de Assistência Estudantil (DAE), que se subdivide em Seção de Moradia Estudantil, Seção de Benefícios, Seção de Restaurante Universitário e Diretoria de Acessibilidade e Inclusão (DACI), que conta com a Seção de Acolhimento e Inclusão. As atribuições específicas dos Conselhos, Pró-Reitoria, Diretoria, Divisões e Seções da PROAAE encontram-se detalhadas no Regimento Interno da PROAAE (PORTARIA Nº 1651, de 8 de agosto de 2023). Entre os serviços específicos desenvolvidos pela PROAAE, destacam-se as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NACI), voltado para o público com “necessidades especiais”, os serviços de acompanhamento pedagógico, o Programa de Assistência Estudantil (PAE), que tem como objetivo viabilizar a permanência de estudantes de baixa renda nos cursos da UFVJM, além dos diversos programas de bolsas e auxílios a discentes.

Educação Inclusiva

O Plano de Acessibilidade da UFVJM está detalhado no Plano de Desenvolvimento Institucional UFVJM, 2024-2028 (pp.109-114). A seguir reproduzimos as informações:

Os setores buscam viabilizar e eliminar as barreiras arquitetônicas e promover a acessibilidade física na UFVJM. Dessa forma, desenvolve ações que visam à permanência e diplomação dos estudantes com necessidades especiais, a saber: acompanhamento acadêmico, Programa de Tutoria Especial, parceria com a

Biblioteca Digital e Sonora (BDS), realização de cursos e palestras para as comunidades internas e externa. A acessibilidade, no entanto, não se restringe ao aspecto físico, mas inclui também as comunicações e as atitudes.

As ações para viabilizar a promoção de acessibilidade física na UFVJM se traduzem-se nas obras e reformas executadas no período. Todas as obras e reformas projetadas e executadas atendem à legislação de acessibilidade (sinalização implantada, sanitários adaptados e plataformas elevatórias).

Foram realizadas diversas intervenções pelo setor de manutenção da Diretoria de Serviços de Engenharia e Manutenção dos Bens Patrimoniais, incluindo a execução de rampas para acesso a calçadas, passagens elevadas (“quebra-molas”) e fixação de pisos táteis no prédio da Reitoria.

Cabe destacar que a UFVJM ainda não possui uma política de acessibilidade e inclusão instituída. Contudo, em consonância com programas, políticas governamentais e legislações que asseguram o direito da pessoa com deficiência à educação, a instituição vem realizando importantes ações, tais como:

- atendimento à legislação no que se refere tanto ao acesso da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos específicos de aprendizagem e altas habilidades/superdotação, quanto a processos seletivos dos cursos de graduação e pós-graduação e também a concursos públicos, analisando e dando os devidos encaminhamentos no sentido de atender às solicitações dos candidatos que relatam alguma “necessidade especial” no ato de inscrição;

- designação de comissões de avaliação da condição dos candidatos que concorrem à vaga PcD (Pessoa com Deficiência) nos cursos de graduação e pós-graduação, bem como nos concursos para cargos efetivos ou de substitutos;

- constituição do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (Naci) da UFVJM (Resolução nº 19 - Consu, de 04 de julho de 2008) e sua reestruturação (Resolução nº 11 - Consu, de 11 de abril 2014). O Naci é responsável pela articulação de ações entre pró-reitorias, coordenações de cursos, corpo docente e empresas externas que prestam serviços para a comunidade acadêmica, com o objetivo de garantir a acessibilidade e inclusão dos estudantes, servidores e colaboradores terceirizados com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos específicos de aprendizagem e com altas habilidades/superdotação;

- disponibilização de variados recursos de acessibilidade nas bibliotecas de todos os campi da universidade, como computadores com acessibilidade e respectivos periféricos, teclado com teclas ampliadas para facilitar a visualização da pessoa com baixa visão, lupa, mouse, mesa adaptada para estudante cadeirante, banheiros com acessibilidade, espaço adequado entre as estantes de livros, bebedouros com layouts adaptados (bica e torneira). Além disso, o acervo dessas bibliotecas possui alguns exemplares de audiolivros com descrição em Braille e textos com acessibilidade visual e áudio. A biblioteca digital Minha Biblioteca possui a função de leitor de texto para pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão).

Para o fortalecimento da acessibilidade e inclusão na UFVJM, vem sendo destinado recurso financeiro no Plano Orçamentário Programa Viver sem Limites - Incluir. Esse recurso, atualmente gerenciado pela equipe do Naci/Proace/UFVJM, possibilita o desenvolvimento de ações importantes para a promoção da acessibilidade na instituição. Como exemplo podem ser destacadas a aquisição de equipamentos de tecnologia assistiva e montagem de estúdio de Libras; visitas técnicas em Núcleos de Acessibilidade de outras instituições;

organização e realização de eventos (palestras, seminários, entre outros) para sensibilizar a comunidade acadêmica e a comunidade externa sobre a importância da acessibilidade e do respeito para com as diferenças, bem como para capacitar servidores sobre o uso de ferramentas relacionadas à inclusão; participação em eventos nacionais sobre a temática e capacitação dos servidores que atuam no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da universidade.

Ainda que essas ações sejam desenvolvidas institucionalmente, há necessidade de outras providências que possibilitem o fortalecimento da responsabilidade institucional em promover a acessibilidade e inclusão e minimizar e/ou eliminar as barreiras para o acesso, permanência e usufruto dos espaços físicos e serviços oferecidos à comunidade universitária com deficiência e mobilidade reduzida, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos específicos de aprendizagem e altas habilidades/superdotação no ensino superior.

Respalhada nos marcos legais, políticos e pedagógicos, a UFVJM quer inserir uma Política de Acessibilidade e Inclusão coesa e atuante, que assegure o direito à educação e promova a autonomia e a independência da comunidade universitária.

É imprescindível que se compreenda a necessidade de diálogo e ações conjuntas entre os diversos setores da instituição, para que se torne real a acessibilidade dos campi. Dessa maneira, acredita-se que a proposta de desenvolver esse plano possibilitará demais adequações e recursos destinados a demandas urgentes.

Cabe ressaltar que todas as ações em andamento objetivam minimizar as barreiras arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações, pedagógicas, digitais e atitudinais. Apesar de tais ações ainda caminharem de modo bastante acanhado, o objetivo-fim da UFVJM sempre será o de ofertar o ensino público superior gratuito e de qualidade para todas as pessoas, sem distinção.

1. Acessibilidade metodológica ou pedagógica

O documento denominado Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) descreve que é possível notar a acessibilidade metodológica ou pedagógica nas salas de aula quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência como, por exemplo, pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.

Para contribuir com a eliminação de barreiras relacionadas a esse tipo de acessibilidade, a universidade instituiu o citado Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - Naci/Proace/UFVJM e, em 2014, implantou subcomissões nos campi localizados fora da de sua sede.

Desde sua criação, a equipe do Naci vem desenvolvendo as seguintes ações relacionadas à acessibilidade metodológica ou pedagógica:

- elaboração do “Formulário de Demanda” para levantamento e atualização de demandas apresentadas pelo estudante que faz parte do público-alvo do Naci;
- mapeamento semestral da situação de matrícula dos alunos que ingressam em vaga PcD e dos que relatam “necessidade especial” no ato de matrícula no Proace;

- envio de e-mails a todos os estudantes ingressantes que declaram ter alguma “necessidade especial” no ato da matrícula e para os que entram em vaga PcD, bem como para os que foram acompanhados pela equipe do Naci nos semestres anteriores, para verificação ou atualização de demanda; e realização de reuniões com os alunos que responderam aos e-mails, para dar os devidos encaminhamentos;

- realização de reuniões com professores e coordenadores de cursos para repasse de orientações sobre adequações didático-pedagógicas, métodos e estratégias de estudo e encaminhamento por e-mail das referidas orientações, para formalizar o assunto discutido em reunião e dar ciência aos que não tiveram disponibilidade de participar;

- realização de reuniões com outros setores da instituição e empresas que prestam serviço para intermediação de demandas (por exemplo, empresas de ônibus);

- disponibilização do Serviço de Tradução/Interpretação de Libras para atendimento da comunidade surda que se comunica via Libras;

- contratação de intérpretes de Libras por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP);

- realização de reuniões multiprofissionais para discussão de casos, alinhamento de ações e encaminhamentos de alunos;

- participação em levantamentos de recursos financeiros, materiais, pedagógicos, de pessoal, equipamentos e estrutura necessários para a implementação da política pública para pessoas com deficiência, sempre que solicitado;

- aquisição e disponibilização de mobiliários adaptados (disponíveis nas salas de aula e bibliotecas) e equipamentos de tecnologia assistiva (disponíveis para empréstimo na sala do Naci e bibliotecas);

- organização e realização de eventos de sensibilização sobre a temática de inclusão;

- disponibilização e administração diária do canal de comunicação com a comunidade acadêmica (e-mail) para tratar de questões relativas à acessibilidade;

- divulgação das ações realizadas no portal institucional, no boletim informativo, na recepção de calouros, entre outros meios de comunicação e eventos.

Ainda em relação à acessibilidade metodológica ou pedagógica, a UFVJM realiza as seguintes ações:

- oferta da disciplina de Libras como componente curricular obrigatório nos cursos de licenciaturas e optativo nos cursos de bacharelados, bem como da disciplina de Português como Segunda Língua na Modalidade Escrita para Surdos, nos currículos dos cursos de graduação em Pedagogia e Letras, como unidade curricular obrigatória;

- abordagem da temática “Diversidade e Inclusão” em diversos cursos de graduação, por meio de disciplinas obrigatórias, optativas e/ou eletivas, e em eventos institucionais;

- desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa que abordam a temática da inclusão;

- disponibilização de variados dispositivos de acessibilidade nas bibliotecas de todos os campi da universidade, conforme informado no item anterior.

2. *Acessibilidade nas comunicações*

Promover acessibilidade nas comunicações significa oferecer recursos, atividades e bens culturais que promovam independência e autonomia aos indivíduos que necessitam de serviços específicos para acessar o conteúdo proposto. Audiodescrição, legendas, janela de Libras, impressões em Braille e dublagem são alguns dos exemplos existentes.

Para atender a esse tipo de acessibilidade, a UFVJM disponibiliza nas bibliotecas de todos os campi alguns exemplares de audiolivros com descrição em Braille e textos com acessibilidade audiovisual. Além disso, a instituição vem executando as seguintes ações:

- melhoria e ampliação de estratégias de atendimento às pessoas com deficiência na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), com aperfeiçoamento e entendimento dos recursos de audiodescrição e demais recursos de acessibilidade nas comunicações, que aumentam a compreensão de pessoas com deficiência visual, idosos e disléxicos, colaborando para a construção de uma sociedade mais inclusiva;

- esforço da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep) em entender a legitimação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a obrigatoriedade do poder público em adotar formas institucionalizadas de apoiar o uso e a difusão dessa língua como meio de comunicação, de acordo com a Lei nº 10.436/02, garantindo o atendimento e tratamento adequado às pessoas com deficiência auditiva;

- aprimoramento e ensino de habilidades e conhecimentos relativos a Libras aos servidores da instituição. A UFVJM já possui demanda de comunicação com os usuários surdos, mas é preciso ampliar as possibilidades comunicativas para desempenhar seu papel formativo de modo inclusivo.

3. *Acessibilidade digital*

Promover acessibilidade digital significa readequar a linguagem adotada na comunicação, tornando tangível o entendimento da informação, e implementar um conjunto de normas relacionadas aos padrões web de acessibilidade e de responsividade, com o intuito de oferecer recursos que promovam independência e autonomia às pessoas que necessitam de serviços específicos para acessar o conteúdo publicizado.

Para garantir a acessibilidade nos sistemas e veículos de comunicação institucionais da UFVJM, a Coordenadoria de Comunicação Social Social (CoordCS) e a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) têm implementado um portal digital e sistemas institucionais acessíveis de acordo com as recomendações descritas nas cartilhas de Padrões Web em Governo Eletrônico (ePWG) e diretrizes de acessibilidade presentes no World ContentAccessibilityGuide (WCAG), no World Wide Web Consortium (W3C) e no Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG).

Para fazer com que os usuários possam perceber, entender, navegar e interagir de maneira efetiva (com necessidades especiais ou não e independentemente da idade) com as aplicações institucionais da UFVJM, a CoordCS e a STI vêm desenvolvendo as seguintes ações:

- condução do desenvolvimento e adaptação dos sites, subsites, páginas e sistemas acadêmicos e administrativos, com ênfase na implementação da Acessibilidade Digital e viabilização do acesso por qualquer usuário;

- utilização das ferramentas Avaliador e Simulador de Acessibilidade de Sítios (ASES) e do Access Monitor para o processo de validação automática de acessibilidade;

- disponibilização de elementos padronizados de acessibilidade digital, tais como: primeira folha de contraste, barra de acessibilidade, mapa do site, links destacados, alteração do tamanho e espaçamento dos textos;

- integração dos sistemas e veículos de comunicação institucionais com o sistema de tradução para Língua Brasileira de Sinais (Libras) multiplataforma - VLibras 2.0;

- disponibilização de audiodescrição dos conteúdos midiáticos nos sites, subsites e páginas do novo portal institucional e nas mídias sociais oficiais gerenciadas pela CoordCS.

É importante destacar ainda que a UFVJM disponibiliza nas bibliotecas de todos os campi alguns exemplares de audiolivros com descrição em Braille e textos com acessibilidade audiovisual. A biblioteca digital Minha Biblioteca possui a função de leitor de texto para pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão).

4. *Acessibilidade atitudinal*

Acessibilidade atitudinal refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

De acordo com o documento “Referenciais de Acessibilidade”, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o desenvolvimento de ações que buscam eliminar barreiras atitudinais pode ser verificado quando existem, por parte dos gestores institucionais, o interesse em implementar ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda sua amplitude. A priorização de recursos para essas ações é um indicativo da existência de acessibilidade atitudinal.

Nesse contexto, para garantir a acessibilidade atitudinal, a UFVJM desenvolve as ações já descritas nos itens anteriores e ainda:

- disponibilização no orçamento anual de recursos financeiros por meio da rubrica Programa Viver Sem limites - Incluir, que favorecem a aquisição de tecnologias assistivas, equipamentos e mobiliários adaptados, realização de eventos de sensibilização e capacitação abordando a temática da inclusão, complementação de valores para ações relacionadas à adequação arquitetônica e prestação de serviços voltados a atender demandas apresentadas ao Naci, entre outros;

- consideração da condição de deficiência no ranqueamento final do Programa de Assistência Estudantil (PAE), em que o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVS) é o parâmetro utilizado para a classificação dos benefícios disponibilizados. Para isso, a condição mencionada deve ser comprovada, por meio de laudo médico atualizado, na etapa da entrega de documentação;

- prioridade no atendimento psicológico sempre que a deficiência é informada ao Serviço de Psicologia, em conformidade com o Art. 9º, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

5. *Acessibilidade nos transportes*

O transporte de passageiros na universidade é realizado atualmente de duas formas: por meio de veículos coletivos intermediados pelas prefeituras das cidades, no deslocamento de pessoas até os campi da universidade, e com veículos próprios, para deslocamentos internos e viagens institucionais.

Em relação aos veículos e pontos de transporte coletivo, é importante que a universidade, enquanto beneficiária no deslocamento de grande parte dos usuários (estudantes, servidores, colaboradores, comunidade em geral), realize parcerias e reuniões com o poder público municipal para discutir a contratação e fiscalização das empresas intermediárias que prestam os serviços de transporte público. O objetivo é garantir que essas empresas estejam de acordo com a legislação no que se refere às condições de uso de sua frota, que deve ser adaptada ao uso de todas as pessoas, sem distinção.

Sobre a frota própria da universidade, que atualmente conta com veículos de passeio e coletivos, há também a necessidade de atender aos normativos da Lei de Acessibilidade, sendo fundamental que, em cada campus, exista pelo menos um veículo de passeio e outro coletivo adaptados e disponíveis para a acessibilidade nas viagens institucionais.

Já dentro dos campi da UFVJM, o destaque vai para as vias, calçamento, locais de parada e estacionamento, que também devem ser acessíveis, sem barreiras ou obstruções que dificultem o deslocamento das pessoas, e devem incluir facilitadores a quem possua alguma dificuldade de locomoção. Exemplos desses facilitadores são as rampas, pisos podotáteis, vagas privativas nos estacionamentos, sinalizações, entre outras medidas, ainda bastante deficitárias em todos os campi da instituição

6. *Acessibilidade arquitetônica*

Tendo em vista o processo de execução de obras dos projetos arquitetônicos do Campus JK e do Campus do Mucuri, os membros do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFVJM (Naci), tomando como referência a NBR 9050/04 e o Decreto Federal nº 5.296/2004, desenvolveram, em 2009, um material para checagem dos itens indispensáveis para a acessibilidade das edificações da instituição. Para a elaboração desse Plano de Garantia de Acessibilidade da UFVJM, o material foi revisto e ampliado, uma vez que a NBR 9050 teve sua quarta edição publicada em agosto de 2020.

Em termos mais objetivos, as informações sobre os serviços de Educação Inclusiva oferecidos pela UFVJM:

A Diretoria de Acessibilidade e Inclusão - Daci é responsável pela articulação de ações entre Pró-reitorias, coordenações de cursos, corpo docente, empresas externas que prestam serviços para a comunidade acadêmica, com o objetivo de garantir a acessibilidade e inclusão dos estudantes, servidores e terceirizados com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos específicos de aprendizagem e com altas habilidades e superdotação.

A título de exemplificação continuamos ressaltando os referenciais políticos/pedagógicos educacionais e legislação abaixo:

- O Programa Incluir – acessibilidade na educação superior, criado em 2005, pelo Ministério da Educação - MEC, objetivando fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

- A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008), que define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tem como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

- O Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, que prevê no § 2º do art. 5º, inciso VII estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

§ 5ª Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência;

- A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência), que dispõe em seu Art. 27, a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Para atender às demandas deste público, a Daci/Proaae/UFVJM desenvolve as seguintes ações:

- Divulgação das ações desenvolvidas pela Diretoria de Acessibilidade e Inclusão (Daci/Proaae/UFVJM): Esta é uma ação permanente, realizada durante o período de recepção de calouros, pelo site institucional e pela Carta de Serviço da UFVJM onde se encontram informações sobre como solicitar acompanhamento para pessoas com deficiência ou necessidade especial, empréstimo de equipamentos de tecnologia assistiva e o serviço de Tradução ou de Interpretação em Línguas Brasileira de Sinais (Libras)/Português

- Espaço físico para atendimento e divulgação das ações do Daci/Proaae: Na sede da UFVJM, a Diretoria mantém um espaço físico, contudo nos demais Campi da UFVJM, ainda não foi disponibilizado espaço específico para o desenvolvimento das ações desta diretoria.

- Mapeamento e atualização sistemática do banco de dados sobre os alunos com necessidades especiais, matriculados na UFVJM: Com o objetivo de agilizar o acompanhamento aos alunos com deficiência, transtorno específico da aprendizagem, transtorno global do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação, a equipe da Daci, no início de cada semestre letivo, analisa a situação de matrícula destes alunos e estabelece contato com os que relataram alguma necessidade especial durante o ato de matrícula no E-campus, os que entraram em vaga PcD, bem como os que procuraram a Diretoria por demanda espontânea, e ainda, os que foram encaminhados pelas coordenações dos cursos, docentes e, ou setores da instituição.

Ações que promovem a acessibilidade e inclusão dos alunos:

- Envio de e-mails a todos os estudantes ingressantes que declararam ter alguma necessidade especial no ato da matrícula, bem como para os que entraram em vaga PcD, apresentando a Diretoria de Acessibilidade e Inclusão e solicitando que estabeleçam contato para verificação de demanda.

- Realização de reuniões da equipe da Daci com os alunos ingressantes que retornaram aos e-mails, com a finalidade de acolhê-los na Instituição, verificar demandas e dar os devidos encaminhamentos. Nesse contexto, cabe ressaltar que as estratégias e instrumentos utilizados em cada acompanhamento são norteados pelas especificidades apresentadas por cada aluno, bem como pelo respeito às experiências escolares e acadêmicas anteriores do mesmo, dentro das possibilidades da universidade.

- Envio de e-mails e realização de conversas com os alunos que foram acompanhados nos semestres anteriores, para atualização de demandas e revisão de orientações e encaminhamentos necessários, bem como a disponibilização de equipamentos de tecnologia assistiva, se necessário.

- Realização de reuniões com professores e coordenadores de curso e encaminhamento de orientações para as coordenações de cursos e professores dos alunos acompanhados pela DACI, formalizando o que foi discutido em reunião, como também dando ciência aos que não tiveram disponibilidade para se reunir com a equipe da DACI. Tais orientações contemplam informações sobre o ingresso e permanência dos alunos, sobre as demandas apresentadas e adequações necessárias para o atendimento dessas demandas.

- Reuniões multiprofissionais presenciais e online para discussão de casos e alinhamento de ações.

- Composição das comissões de avaliação de candidatos com deficiência nos cursos de graduação/pós.

Ações que promovem a acessibilidade e inclusão dos servidores: Intermediação de demandas de servidores com deficiência, quando encaminhadas à Daci/Proaae/UFVJM.

Adaptação e Adequação em colaboração com o processo de ensino:

- Manutenção da disponibilização de equipamentos de tecnologia assistiva e mobiliários adaptados nos campi desta instituição com o objetivo de atender as demandas apresentadas;

- Envio de orientações relacionadas à adaptações didáticas pedagógicas para os professores dos alunos acompanhados pela Daci;

- A Daci/Proaae ainda não funciona na estrutura de Atendimento Educacional Especializado, por falta de espaço físico e de profissionais especializados e destinados para atuarem no mesmo.

Oferta do Serviço de Tradução e Interpretação de Libras:

A equipe de tradutores/intérpretes de Libras da UFVJM é composta por 5 servidores, sendo 02 atuando no campus JK, 01 no campus Janaúba, 01 no campus de Unaí e 01 no campus do Mucuri. Para complementar a atuação o serviço de tradução/interpretação em Libras também é executado por profissionais contratados por empresa terceirizada para atendimento em sala de aula dos cursos de graduação.

Além da atuação direta com as demandas de tradução e interpretação, são atribuídos aos servidores técnicos administrativos tradutores / intérpretes de Libras efetivos, funções estabelecidas por portarias em: comissões, fiscalizações de contrato, coordenação de convênio, comitês. Esses servidores participam ainda de reuniões diversas e desenvolvem também atividades.

11. Organização curricular

O desenvolvimento de um currículo dinâmico e conectado com o contexto orienta a reestruturação do PPC. Ele leva em conta o fato de que o curso proposto e a instituição devem atender as diferentes realidades presentes na área que a UFVJM abrange. Assim como preparar seus profissionais para contexto mais abrangentes, como o nacional.

O curso, pensado organicamente, só será possível na sua realização à medida que as formas de engajamento dos agentes envolvidos não se situarem apenas na conformidade estanque entre/ou a partir de cada unidade curricular e sua realidade teórico-científica e a formação geral. Nesse sentido, torna-se mister compreender a dimensão estrutural da formação que o campo do conhecimento exige. A área das Políticas Públicas é caracterizada pela interdisciplinaridade. A formação não ocorrerá apenas e tão-somente no contexto intramuros do curso, pois o contato com a realidade regional e local fará com que o Bacharelado em Políticas Públicas e Gestão Social se realize de forma mais completa, motivo pelo qual garantimos no curso parte da carga horária realizada na forma de creditação de extensão e estágio.

O PPC do BPP é uma proposta institucional que abrange os aspectos aqui mencionados, a articulação tanto técnica quanto teórica e prática, os elementos didáticos formativos, a possibilidade de condensação da estrutura funcional, uma vez que o **número de vagas** para o ingresso será restringido a **30 (trinta)** discentes. Assim como os condicionamentos dialógicos constitutivos da aprendizagem e uma matriz curricular que estimulará as possibilidades de realização de um egresso apto a promover seus conhecimentos construídos socialmente.

A pesquisa será prática corrente entre docentes e discentes, na perspectiva do quadro oferecido pela Matriz Curricular, em primeira instância. Isto é, as unidades curriculares oferecidas têm, em sua estrutura pedagógica, condições de garantir a pesquisa visando, em primeiro lugar, ao desenvolvimento de Trabalhos de Conclusão de Curso - TCCs, além da possibilidade de aprofundar pesquisas nos centros e grupos de estudos a serem criados e já criados. Outro aspecto a ser considerado é a construção contínua de diálogos interdisciplinares para o fortalecimento de pesquisas inovadoras no campo das políticas públicas e das ciências humanas. O resultado é a formação consistente para o prosseguimento do percurso formativo nos programas de pós-graduação.

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: Plano Nacional de Educação 2014/2024 – na Meta 12 – Estratégia: 12.7, visa “Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”. Também é importante mencionar a Resolução CNE no 7, de 18 de dezembro de 2018 e a Resolução CONSEPE no 2, de 18 de janeiro de 2021.

Neste sentido, serão garantidos os 10% por meio de quatro modalidades fixas de ações extensionistas no BPP: semestralmente será realizada a Semana de Políticas Públicas; Diálogos com as

Comunidades I e II (visitas técnicas às comunidades do entorno de Diamantina); Comissão Permanente de Comunicação e Cultura do curso¹⁵.

Além dessas atividades fixas, outras ações ficam a critério dos docentes, com seus projetos individuais, garantindo assim a iniciativa e a autonomia de desenvolver ações que visem atender as coletividades locais em estreito diálogo com pesquisas e práticas de cunho pedagógico.

Todas as UCs apresentadas comporão o arcabouço do curso, garantindo a autonomia, flexibilidade, inovação e interdisciplinaridade. Também é compromisso do curso garantir um rodízio das UC(s) de livre escolha e opção limitada para que, no período de sua formação, o discente tenha acesso a maior parte das disciplinas previstas neste PPC. Tendo em vista as considerações acima, o currículo se organizará em três eixos: Eixo Base, Eixo Interdisciplinar e Eixo Temático. Além desses, o curso ofertará UCs específicas de Extensão e Estágio. Todos eles serão especificados a seguir.

11.1 Matriz Curricular

Eixo Básico (EB)

A área de base é composta pelo que se considera fundamental na formação. As UCs que compõem este eixo são obrigatórias e se constituem no primeiro e segundo períodos. Esta base é a premissa da orientação pedagógica, necessária para a trajetória do ingressante. Ela será feita inicialmente com a base formativa elencada na condição abrangente para que o discente siga seu percurso formativo. O Eixo Básico será composto por UCs de natureza obrigatória, que têm por objetivo apresentar ao discente as linhas gerais do curso, para que ele possa prosseguir na sua formação nos demais eixos. A Formação Obrigatória será composta de 600 horas, sendo 9 disciplinas oferecidas nos dois primeiros semestres e Projeto de Pesquisa, no quarto semestre.

Eixo Interdisciplinar (EI)

Em seguida, o discente terá à sua frente o EI, composto em uma situação de diálogo com o Eixo Temático (ET), explicado logo a seguir. O EI oferecerá a oportunidade para o discente desenvolver sua formação mediada entre as UCs oferecidas nas esferas interdisciplinares. Em outras palavras, o EI será composto por UCs interdisciplinares e tem por objetivo apresentar aos discentes grandes temas e problemas que perpassam a discussão das políticas públicas. Por exemplo, direitos humanos, orçamento público, cultura, territorialidade, relações de gênero e étnico-raciais etc.

O eixo interdisciplinar será composto por 780 horas de UCs de Livre Escolha com características interdisciplinares. As UCs Livre Escolha são aquelas que cumprem a função de garantir a interdisciplinaridade

¹⁵ Para detalhamento das atividades de extensão, ver o item 19.8 deste PPC.

no EI, em que serão abordados temas sob diversas perspectivas. O discente poderá cumprir o EI conforme seu próprio planejamento e disponibilidade do curso, **não havendo previsão de sequência formativa obrigatória.**

Eixo Temático (ET)

O Eixo Temático aborda os temas setoriais das políticas públicas. O ET será composto por seis UCs de Opção Limitada (OT), ofertadas como tópicos em políticas públicas em que o discente se aproximará daquilo que permeia uma política pública através de temas como: saúde, educação, cultura etc. Este eixo visa dialogar efetivamente com políticas públicas setoriais dando ao discente uma visão geral sobre sua importância, sentido e necessidade. As UCs desse Eixo terão carga horária teórica de 60 h e poderão ser escolhidas dentre um grupo de temas. Serão cumpridas 300 horas na ET, dentre UCs de Opção Limitada.

No que tange às linguagens, os discentes do BPP cumprirão os requisitos em todo o percurso formativo, transversalmente. Significa que todas as UCs trabalharão com linguagens. As UCs da linha formativa terão, por exemplo, além do grande domínio da língua portuguesa e, eventualmente estrangeira, o domínio da matemática e da informática, pois sem elas se torna impossível a avaliação de políticas públicas. Ainda assim, este PPC garante a complementação curricular das linguagens com UCs, conforme será apresentado no item 11.4. Havendo necessidade, conforme desempenho do coletivo de discentes, poderão ser ministrados minicursos de modo a sistematizar saberes necessários ao uso instrumental das linguagens, sendo estes aproveitados por meio das ACs. Conforme os Referenciais Orientadores para os BIs e Similares:

Os projetos pedagógicos deverão explicitar o modo como as linguagens (língua portuguesa, línguas estrangeiras, linguagem matemática, entre outras) são incorporadas à estrutura curricular como eixo formador fundamental. A estrutura curricular deve permitir aos estudantes e flexibilidade de escolhas e autonomia nas trajetórias de formação. (2010, p. 6 - grifos nossos).

Ou seja, ao longo de todo o curso do BPP serão tratadas as linguagens necessárias para a construção formativa do discente de forma a garantir uma leitura social da função da linguagem de um modo geral.

Soma-se a tudo isto, o enriquecimento do processo formativo com a criação de grupos de estudo e pesquisa em que os professores estarão incluídos de acordo com suas afinidades temáticas para pesquisa e extensão. Estes têm um importante papel no desenvolvimento de pesquisas e no retorno destas ao ensino e à extensão. Visam promover a troca de saberes permitindo que a pesquisa tenha resultados concretos para o ensino e para a extensão, garantindo a interdisciplinaridade pelas áreas ou temas.

Quadro 1 - Matriz Curricular

1º Período									
Código	Componente Curricular	Tipo	MOD	Carga horária				Pré-requisito *Correquisito	Equivalência BCH 2019
				CT	CP	CH T	CR		
	Filosofia Política e Dignidade Humana	O/EB	P	60	0	60	4		BCH066 - Filosofia Política e Dignidade Humana
	Psicologia e Políticas Públicas	O/EB	P	60	0	60	4		BCH005 - Fundamentos em Psicologia
	Estado e Teorias Sociais	O/EB	P	60	0	60	4		BCH001 - Fundamentos de Ciências Sociais
	Análise de Políticas Públicas	O/EB	P	60	0	60	4		BCH004 - Fundamentos em Políticas Públicas
	Economia e Políticas Públicas	O/EB	P	60	0	60	4		BCH002 - Fundamentos em Economia
Total				300	0	300	20		

2º Período									
Código	Componente Curricular	Tipo	MOD	Carga horária				Pré-requisito *Correquisito	Equivalência BCH 2019
				CT	CP	CH T	CR		
	Teoria Política	O/EB	P	60	0	60	4		
	Cidadania no Brasil	O/EB	P	60	0	60	4		BCH059 - Direitos Humanos e Cidadania
	Economia Política e Estado	O/EB	P	60	0	60	4		BCH061 - Economia Política

	Seminários do Vale do Jequitinhonha	O/EB	P/D	60	0	60	4		BCH079 - Seminários do Vale
	Estado e Comunidades Tradicionais	O/EB	P	60	0	60	4		
Total				300	0	300	20		

3º Período

Código	Componente Curricular	Tipo	MOD	Carga horária				Pré-requisito *Correquisito	Equivalência BCH 2019
				CT	CP	CH T	CR		
	Livre Escolha I	EI/LE	P	60	0	60	4		
	Livre Escolha II	EI/LE	P	60	0	60	4		
	Livre Escolha III	EI/LE	P	60	0	60	4		
	Opção Limitada I	ET/OL	P	60	0	60	4		
	Atividade de Extensão I	O/AE	E/O	60	0	60	4		
Total				300	0	300	20		

4º Período

Código	Componente Curricular	Tipo	MOD	Carga horária				Pré-requisito *Correquisito	Equivalência BCH 2019
--------	-----------------------	------	-----	---------------	--	--	--	--------------------------------	-----------------------

				CT	CP	CH T	CR		
	Projeto de Pesquisa	O/EB	P	60	0	60	4		BCH007 - Projeto de Pesquisa
	Livre Escolha IV	EI/LE	P	60	0	60	4		
	Livre Escolha V	EI/LE	P	60	0	60	4		
	Opção Limitada II	ET/OL	P	60	0	60	4		
	Atividade de Extensão II	O/AE	E/O	60	0	60	4		
Total				300	0	300	20		

5º Período

Código	Componente Curricular	Tipo	MOD	Carga horária				Pré-requisito *Correquisito	Equivalência BCH 2019
				CT	CP	CH T	CR		
	Livre Escolha VI	EI/LE	P	60	0	60	4		
	Livre Escolha VII	EI/LE	P	60	0	60	4		
	Opção Limitada III	ET/OL	P	60	0	60	4		
	Atividade de Extensão III	O/AE	E/O	60	0	60	4		
Total				240	0	240	16		

6º Período

Código	Componente Curricular	Tipo	MOD	Carga horária				Pré-requisito *Correquisito	Equivalência BCH 2019
				CT	CP	CH T	CR		
	Livre Escolha VIII	EI/LE	P	60	0	60	4		
	Livre Escolha IX	EI/LE	P	60	0	60	4		
	Opção Limitada IV	ET/OL	P	60	0	60	4		
	Atividade de Extensão IV	O/AE	E/O	60	0	60	4		
Total				240	0	240	16		

7º Período

Código	Componente Curricular	Tipo	MOD	Carga horária				Pré-requisito *Correquisito	Equivalência BCH 2019
				CT	CP	CH T	CR		
	Livre Escolha X	EI/LE	P	60	0	60	4		
	Livre Escolha XI	EI/LE	P	60	0	60	4		
	Livre Escolha XII	EI/LE	P	60	0	60	4		
	Opção Limitada V	ET/OL	E/O	60	0	60	4		
Total				240	0	240	16		

Componentes curriculares que ocorrerão ao longo do curso

Código	Componente Curricular	Tipo	MOD	Carga horária				Pré-requisito *Correquisito	Equivalência BCH 2019
				CT	CP	CH T	CR		
	Estágio Supervisionado I	EB/O	P/D			90	6		
	Estágio Supervisionado II	EB/O	P/D			90	6	Estágio Supervisionado I	
	Atividades Complementares	EB/O	P/D			100	6		
Total						340	22		

Legenda:

EB/O - Eixo Básico / Obrigatório

EI/LE - Eixo Interdisciplinar / Livre Escolha

ET/OL - Eixo Temático / Opção Limitada

AE/O – Atividade de Extensão / Obrigatório

Quadro 2 - Unidades curriculares de Livre Escolha – Eixo Interdisciplinar

Código	Componente Curricular	Tipo	MOD	Carga horária				Pré-requisito Corresquisito	Equivalência BCH 2019
				CT	CP	CH T	CR		
	Oficina de Leitura e Produção de Texto Acadêmico	LE	P	60	0	60	4		BCH006 - Oficina de texto acadêmico
	Sociologia da Educação	LE	P	60	0	60	4		CH051 - Sociologia da Educação
	Políticas Educacionais	LE	P	60	15	75	4		BCH052 - Políticas Educacionais
	Psicologia da Educação	LE	P	60	15	75	4		BCH053 - Psicologia da Educação
	Espaço e Poder	LE	P	60	0	60	4		GEO029 - Espaço e Poder
	Planejamento Urbano e Regional	LE	P	60	0	60	4		GEO065 - Planejamento Urbano e Regional
	Migração e Deslocamentos Populacionais	LE	P	60	0	60	4		BCH071 - Migração e Deslocamentos Populacionais
	Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	LE	P	60	0	60	4		BCH055 - Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas
	Finanças Públicas	LE	P	60	0	60	4		BCH056 - Ciclo Orçamentário Brasileiro e Teoria do Estado
	Políticas Públicas e Epistemologias do Sul	LE	P	60	0	60	4		
	Estado e Crítica ao (Des)envolvimento	LE	P	60	0	60	4		

Intérpretes do Brasil	LE	P	60	0	60	4		BCH068 - Intérpretes Clássicos e Contemporâneos do Brasil
Estado e Políticas Sociais	LE	P	60	0	60	4		BCH063 - Estado e Políticas Sociais
Economia Brasileira	LE	P	60	0	60	4		BCH060 - Economia Brasileira
Teorias Democráticas	LE	P	60	0	60	4		BCH082 - Teoria Democrática
Federalismo e Políticas Públicas	LE	P	60	0	60	4		BCH065 - Federalismo e Políticas Públicas
Sistema Político Brasileiro	LE	P	60	0	60	4		BCH080 - Sistema Político Brasileiro
Meio Ambiente e Sociedade	LE	P	60	0	60	4		
Ética e Justiça	LE	P	60	0	60	4		BCH064 - Ética e Justiça
Governança Pública e Democracia	LE	P	60	0	60	4		BCH067 - Governança Pública e Democracia
Pesquisa Qualitativa em Políticas Públicas	LE	P	60	0	60	4		BCH157 - Métodos Qualitativos
Pesquisa Quantitativa em Políticas Públicas	LE	P	60	0	60	4		GEO062 - Metodologia Quantitativa

	Estrutura de Classes, Estratificação e Desigualdade Social	LE	P	60	0	60	4		
	Sociologia das Organizações	LE	P	60	0	60	4		BCH081 - Sociologia das Organizações
	Teoria Social Contemporânea	LE	P	60	0	60	4		BCH083 - Teoria Social Contemporânea
	Planejamento e Políticas Públicas	LE	P	60	0	60	4		BCH075 - Planejamento Estratégico e Governamental
	Psicologia e Compromisso Social	LE	P	60	0	60	4		BCH077- Psicologia Social
	Estado e Pensamento Crítico	LE	P	60	0	60	4		BCH073 - Pensamento Crítico
	Conflitos e Movimentos Sociais Contemporâneos	LE	P	60	0	60	4		BCH072 - Participação e Movimentos Sociais
	Socialização e Processos de Subjetivação	LE	P	60	0	60	4		BCH057 - Cultura e Processos de Subjetivação
	Comunidades e Altermundismo	LE	P	60	0	60	4		

	Questões Urbanas	LE	P	60	0	60	4		BCH210 - Tópicos em Políticas Públicas – Política Urbana
	Desenvolvimento e Políticas Públicas	LE	P	60	0	60	4		BCH058 - Desenvolvime nto e sustentabilid ade
LIBR0 01	Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS	LE	P	60	0	60	4		LPI634 - Fundamentos de Libras 75h

Quadro 3 - Unidades Curriculares de Opção Limitada – Eixo Temático

Código	Componente Curricular	Tipo	MOD	Carga horária				Pré-requisito Corresquisito	Equivalência BCH 2019
				CT	CP	CHT	CR		
	Tópicos em Políticas Públicas – Trabalho e Empreendedorismo	OL	P	60	0	60	4		BCH213 - Tópicos em Políticas Públicas – Trabalho e Empreendedorismo
	Tópicos em Políticas Públicas – Saúde	OL	P	60	0	60	4		BCH212 - Tópicos em Políticas Públicas – Saúde
	Tópicos em Políticas Públicas – Assistência Social	OL	P	60	0	60	4		BCH202 - Tópicos em Políticas Públicas – Assistência Social
	Tópicos em Políticas Públicas – Cultura	OL	P	60	0	60	4		BCH204 - Tópicos em Políticas Públicas – Cultura
	Tópicos em Políticas Públicas – Desenvolvimento	OL	P	60	0	60	4		BCH205 - Tópicos em Políticas Públicas – Desenvolvimento
	Tópicos em Políticas Públicas – Ações Afirmativas	OL	P	60	0	60	4		
	Tópicos em Políticas Públicas – Participação e Mobilização Popular	OL	P	60	0	60	4		

	Tópicos em Políticas Públicas – Temas Contemporâneos I	OL	P	60	0	60	4		
	Tópicos em Políticas Públicas – Temas Contemporâneos II	OL	P	60	0	60	4		

Quadro 4 – Síntese para Integralização Curricular

Síntese para Integralização Curricular		
Eixo	Carga horaria	Crédito
Carga horária do Eixo Básico	660h	
Carga horária do Eixo Interdisciplinar	720h	
Carga horária do Eixo Temático	300h	
Trabalho de Conclusão de Curso-TCC	200h	
Atividades Complementares -AC	100h	
Atividades de Extensão	240h	
Estágio	180h	
Total	2400h	
Tempo para Integralização	Mínimo: 3,5 anos Máximo: 5 anos	

11.2 Fluxograma da matriz curricular

Período	Conteúdos curriculares
----------------	-------------------------------

1º Período	Filosofia Política e Dignidade Humana	Psicologia e Políticas Públicas	Estado e Teorias Sociais	Economia e Políticas Públicas	Análise de Políticas Públicas	300h – 20 c
2º Período	Seminários do Vale do Jequitinhonha	Teoria Política	Cidadania no Brasil	Economia Política e Estado	Estado e Comunidades Tradicionais	300h – 20 c
3º Período	LE I	LE II	LE III	OL I	AE I	240h + 60h de extensão – 20 c
4º Período	Projeto de Pesquisa	LE IV	LE V	OL II	AE II	240h + 60h de extensão – 20 c
5º Período	LE VI	LE VII		OLIII	AE III	180h + 60h de extensão – 16 c
6º Período	LE VIII	LE IX		OL IV	AE IV	180h + 60h de extensão – 16 c
7º período	LE X	LE XI	LE XII	OL V		240h – 16 c
Total de Carga Horária: 1.680 h + 240h de extensão + 100h AC + + 200h TCC +180 Estágio = 2.400h Formação BI;						

EB – Eixo Básico (UCs Obrigatórias - EB);

EI – Eixo Interdisciplinar (UCs Livre Escolha - LE);

ET – Eixo Temático (UCs Opção Limitada - OL);

AE – Atividades de Extensão.

11.3 Estágio Curricular Supervisionado

O Bacharelado em Políticas Públicas e Gestão Social ofertará a atividade de estágio curricular supervisionado obrigatório como parte da formação dos discentes, portanto, como requisito para a conclusão do curso, com carga horária específica

A carga horária do Estágio será de 180h e será cumprida dentro de 2 Unidades Curriculares (Estágio I e Estágio II) de 90 horas cada uma, com a possibilidade de ser cumprida remotamente. Os alunos poderão se matricular nas UCs de Estágio a partir do segundo período. Estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação dos estudantes de graduação para o trabalho, integrando teoria e prática, de modo a consolidar os conhecimentos adquiridos na Universidade e desenvolver as competências e habilidades necessárias para a atuação profissional.

As atividades de estágio seguirão a regulamentação da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e da Resolução CONSEPE nº 06 de 20 de maio de 2024. O Bacharelado em Políticas Públicas e Gestão Social não possui regulamentação específica para Estágio.

As partes envolvidas no estágio são as listadas abaixo e suas respectivas competências estão definidas pela Resolução CONSEPE 06/2024:

1. A Concedente de Estágio;
2. A Supervisão de Estágio da Concedente;
3. A Direção da Unidade Acadêmica;
4. A Coordenação de Estágio do curso;
5. O Professor Orientador de Estágio;
6. O Estagiário;
7. A PROGRAD;

A realização do estágio obrigatório não acarreta vínculo empregatício de qualquer natureza, devendo ser observados os seguintes requisitos:

I. comprovação da efetivação da matrícula e frequência regular do estudante em curso de graduação da UFVJM;

II. celebração do Termo de Compromisso de Estágio entre o estudante, a parte concedente do estágio e a UFVJM; e

III. compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso de Estágio e no Plano de Atividades de Estágio.

Os estágios devem ser formalizados pelos seguintes instrumentos jurídicos:

I. Convênio de Concessão de Estágio, quando exigido pela parte concedente do estágio - é um instrumento jurídico não obrigatório para a UFVJM, que regulamenta as condições e responsabilidades das partes quanto à execução do estágio de estudantes, de acordo com a legislação vigente.

II. Termo de Compromisso de Estágio - estabelecerá a relação entre o estudante e a concedente, com interveniência da UFVJM, sendo formalizado pela coordenação de estágio à qual se vincula o estudante.

III. Plano de Atividades de Estágio - é um documento que contém o planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário, possibilitando verificar seu desempenho e contribuir para sua formação, devendo ser aprovado pelo orientador e pelo supervisor do estágio. Ele deverá ser assinado pelo professor orientador, estudante e supervisor, podendo ser aprimorado e retificado a qualquer momento ao longo do estágio, mediante a formalização de Termo Aditivo.

Ao final do estágio, o discente deverá elaborar um Relatório Final da Atividade de Estágio para avaliação pelo professor-orientador. Adicionalmente, o Colegiado de Curso, juntamente com a coordenação do estágio, elaborará uma ficha de Avaliação do Estágio, a ser preenchida pelo supervisor de estágio da Instituição Concedente.

Os estágios devem ser cumpridos nos períodos letivos regulares e, excepcionalmente, em períodos extemporâneos, mediante análise e aprovação da coordenação do curso. A jornada de atividades de estágio não deverá ultrapassar seis horas diárias e trinta horas semanais. O estudante poderá, excepcionalmente, cumprir jornada de estágio superior a 30 horas semanais, não mais que 40 horas, resguardados os limites e os requisitos legais, desde que não esteja cursando componentes presenciais obrigatórios e/ou optativos nos horários dedicados ao estágio.

A jornada de atividade semanal de estágio deverá ser distribuída nos horários de funcionamento da instituição concedente e ser compatível com o horário escolar do estagiário, quando for realizada durante o período letivo. Ressaltando que, a duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário com deficiência.

O estagiário poderá ser desligado do estágio nos seguintes casos:

- I. automaticamente, ao término do estágio;
- II. a pedido, devidamente justificado;
- III. decorrida a terça parte do tempo previsto para a duração do estágio, se comprovada a insuficiência na avaliação de desempenho no órgão, na entidade ou na instituição de ensino;
- IV. em decorrência do descumprimento de qualquer obrigação assumida no Termo de Compromisso de Estágio - TCE;
- V. pelo não comparecimento, sem motivo justificado, por mais de cinco dias consecutivos ou não, no período de um mês, ou 15 (quinze) dias durante todo o período de estágio;
- VI. pela interrupção do curso na instituição de ensino a que pertença o estagiário; e
- VII. por conduta incompatível com a exigida pela concedente de estágio.

As atividades de extensão, de monitoria, de iniciação científica e de iniciação à docência na educação básica, desenvolvidas pelo estudante, poderão ser equiparadas ao estágio, respeitadas as exigências previstas em lei e na Resolução CONSEPE nº 06 de 20 de maio de 2024.

É importante destacar que o estágio não é um componente obrigatório nos Bacharelados Interdisciplinares. Entretanto, o Relatório de Avaliação para renovação do reconhecimento do curso apontou a necessidade de se implementar estágios, como uma forma de ampliar a relação entre teoria e prática na formação dos alunos.

É de fundamental importância para um curso de Políticas Públicas oportunizar aos discentes estágios que os introduzam na intermediação de diálogos com o poder público, empresas privadas, movimento sociais e entidades do terceiro setor da região, aprofundando a relação entre o ensino e a aprendizagem, na perspectiva profissional prevista no PPC.

Para o cômputo de atividades acadêmicas para os docentes, será utilizada a Resolução CONSU N°01, de 17 de janeiro de 2023. De acordo com esta Resolução, cada hora de estágio do discente corresponderá a 0,3 horas de supervisão/orientação/coordenação da turma de estágio curricular obrigatório no modelo semipresencial.

11.4 Atividades Complementares – AC

O desenvolvimento das ACs obedecerá à Resolução N°. 033 - CONSEPE, de 20 de dezembro de 2021, que “regulamenta as Atividades Complementares (ACs) e as Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais (AACCs) no âmbito da UFVJM”.

As Atividades Complementares são de caráter obrigatório e perfazem 100 horas para a integralização do curso. Terão caráter de formação cultural mais abrangente e poderão ser cumpridas pelo discente na própria instituição e/ou outros espaços extracadêmicos.

Poderão incluir: a iniciação científica; a iniciação à docência/monitoria; a participação em projetos de extensão; a bolsa atividade; o Programa de Educação Tutorial (PET); o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid); o Programa Residência Pedagógica (RP) e demais projetos institucionais; os eventos oficiais de natureza acadêmica, científica ou tecnológica; participação em órgãos colegiados da UFVJM; as atividades desportivas e culturais; a participação em comissões, designada por portaria; a participação em entidades de representação estudantil; entre outros, desde que avalizados por professor orientador ou pelo colegiado do BPP e excluindo as práticas já tratadas neste PPC.

Caberá ao colegiado, observadas as normas regimentais internas, regulamentar os instrumentos de registro e acompanhamento das atividades acima descritas. A participação em toda e qualquer atividade a ser computada como AC deverá ser comprovada mediante apresentação de declaração ou certificação emitida pelo órgão/entidade promotora do evento em que conste a condição de participação do discente, a carga horária e a data. Cada hora comprovada corresponderá a uma hora de registro de AC.

No anexo segue formulário estabelecido pelo Colegiado de Curso de BPP para o registro oficial no E-Campus da UFVJM.

Formulário - Equivalência em horas das ACs



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

BACHARELADO EM CIÊNCIAS HUMANAS (BCH)

FORMULÁRIO - Equivalência em horas das Atividades Acadêmico Científico Culturais – AACCC

ALUNO(A): _____ MATRÍCULA: _____

	MÁXIMO DE HORAS	ATIVIDADES	NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO	HORA ATIVIDADE	HORA AACCC	Nº DE CERTIFICADOS	TOTAL DE HORAS NOS CERTIFICADOS	SOMA APÓS ANÁLISE
PESQUISA	01 HORA	Iniciação científica, Bolsa Atividade, PET, PIBID, PRODOCÊNCIA e demais Projetos Institucionais.	Pesquisador Bolsista					
			Pesquisador Voluntário					
		Participação em grupos de Pesquisa/Ensino sob orientação docente	Participante					
		Publicação de artigo científico em periódicos ou eventos de natureza científica	Autor	1 publicação	20 horas			
			Coautor	1 publicação	15 horas			
		Apresentação de trabalho em eventos de natureza científica	Apresentador		4 horas			
		Congressos, seminários, conferências, palestras, mostras e outras atividades assistidas de caráter científico	Colaborador sem carga horária especificada	Cada dia	4 horas			
Participante com apresentação de trabalho e sem carga horária			4 horas					
Participante sem apresentação de trabalho e sem carga horária			2 horas					
Participante com carga horária especificada								

	MINÍMO DE HORAS	ATIVIDADES	NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO	HORA ATIVIDADE	HORA AACCC	Nº DE CERTIFICADOS	TOTAL DE HORAS NOS CERTIFICADOS	SOMA APÓS ANÁLISE
EXTENSÃO	01 hora	Cursos de Extensão	Participante					
		Projeto de extensão	Participante Bolsista					
			Participante Voluntário					
		Eventos, mostras, exposições assistidas, com caráter cultural ou social;	Colaborador sem carga horária especificada	Cada dia	4 horas			
			Participante com apresentação de trabalho e sem carga horária		4 horas			
			Participante sem apresentação de trabalho e sem carga horária		2 horas			
			Participante com carga horária especificada					
Artigos publicados em revistas indexadas, relacionados à extensão;	Autor	1 publicação	20 horas					
	Coautor	1 publicação	15 horas					
		Atividades Desportivas e Culturais	Participante					

	MINÍMO DE HORAS	ATIVIDADES	NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO	HORA ATIVIDADE	HORA AACC	Nº DE CERTIFICADOS	TOTAL DE HORAS NOS CERTIFICADOS	SOMA APOS ANÁLISE	
ENSINO	01 hora	Iniciação científica, Estágio Não Obrigatório, Bolsa Atividade, PIBID, PRODOCÊNCIA e demais Projetos Institucionais.	Pesquisador Bolsista						
			Pesquisador Voluntário						
		MONITORIA	MONITOR BOLSISTA						
			MONITOR VOLUNTÁRIO						
		Projeto de Ensino	Participante Bolsista						
			Participante Voluntário						
		Curso Extracurricular realizado em Instituição de Ensino Superior	Participante						
		Visitas técnicas (extra carga horária regular) a centros educacionais / espaço de educação não formal (Museus, Centros de Ciência)	Participante com carga horária						
			Participante sem carga horária especificada			4 horas			
		Participação em grupos de estudos temáticos sob orientação docente	participante						
		Minicursos sobre temáticas correlatas ao Curso	Participante						
		Programas de intercâmbio institucional, nacional e/ou internacional	Participante Bolsista	Cada 1 mês	15 horas				
			Participante Voluntário	Cada 1 mês	20 horas				
Estágios extracurriculares desempenhando atividades relacionadas ao curso	Remunerado								
	Voluntário								
		Disciplina cursada "fora da grade" realizada em Instituição de Ensino Superior	Aluno						

	MINÍMO DE HORAS	ATIVIDADES	NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO	HORA ATIVIDADE	HORA AACC	Nº DE CERTIFICADOS	TOTAL DE HORAS NOS CERTIFICADOS	SOMA APOS ANÁLISE
GRUPO IV	01 HORA							
		Representação em órgãos Colegiados e Conselhos da UFVJM	Titular	Cada ciclo de participação	15 horas			
		Representação em Comissões Transitórias	Titular	participação	5 horas			
		Participação em entidades de representação estudantil	Titular	Cada ciclo de gestão	20 horas			

	MINÍMO DE HORAS	ATIVIDADES	NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO	HORA ATIVIDADE	HORA AACC	Nº DE CERTIFICADOS	TOTAL DE HORAS NOS CERTIFICADOS	SOMA APOS ANÁLISE
GRUPO V		Cursos de idiomas	Participante					
		Cursos de Informática	Participante					
		Outros cursos de capacitação						
		Participação em projetos sociais	Participante Bolsista					
Participante Voluntário								

SOMA TOTAL NOS GRUPOS I, II, III, IV: _____ HORAS

Diamantina, _____, de _____ de 202.....

DAVIDSON AFONSO DE RAMOS
 Coordenador do Curso de Bacharelado em Ciências Humanas - BCH

É obrigatória a participação nos grupos Pesquisa, Extensão e Ensino, sendo exigido o mínimo de 01 hora em cada um desses grupos. Para o Grupo IV que inclui as: atividades desportivas; representações em órgãos colegiados e Conselhos da UFVJM, Representação em Comissões transitórias e; Participação em entidades de representação estudantil, o limite de horas será de 30 horas.

11.5 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Entende-se por Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) o trabalho correlacionado às áreas que envolvam Ciências Humanas e Políticas Públicas no qual o discente demonstrará a sua competência para desenvolver pesquisa, aplicar metodologia apropriada, identificar variáveis e correlacioná-las e, no final, elaborar o texto de conclusão da pesquisa.

O TCC é orientado pela Resolução N.º. 22 - CONSEPE, de 16 de março de 2017, que “Estabelece normas para o Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM”, além das “Normas Complementares para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)” do então BHU que foram atualizadas pelo Colegiado de Curso do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas com linha de formação em Políticas Públicas (anexo). É de caráter obrigatório e perfaz 140 horas para a integralização do curso.

Neste trabalho, o discente deverá demonstrar as competências e habilidades desenvolvidas ao longo do curso no que diz respeito à elaboração de uma pesquisa com caráter científico, aplicando metodologia e a discussão apropriada ao tema escolhido. Para auxiliar o discente nesse processo, ele deverá realizar a disciplina de Projeto de Pesquisa disponibilizada no 4º período do curso.

As regras e detalhes relativos à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), se encontram no Anexo II deste Projeto.

11.6 Atividades de Extensão

A carga horária de Creditação de Extensão será de 240h divididas em 4 UCs de 60h a serem cumpridas a partir do terceiro período. Importante destacar que essas Unidades Curriculares (UCs) são de natureza obrigatória, ou seja, se o aluno não cursar as referidas UCs, não alcançará o mínimo de 10% do total da carga horária do curso em atividades de extensão (conforme Art. 4o da Resolução Consepe no 2, de 18/01/2021).

11.7. Ementário e Bibliografias

EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS DAS UCs CURRÍCULO BPP-2024

DISCIPLINAS DO EIXO BÁSICO

1º Período	
COMPONENTE CURRICULAR: ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
CH: 60h	CR: 4
Ementa: Expansão do papel de Estado no pós Guerra; Conceito de Políticas Públicas; Implicações metodológicas; Ciclo de Políticas Públicas. Atores e Instituições. Questões, problemas e Agendas. Modelos analíticos: Múltiplos Fluxos, Equilíbrio Pontuado, Coalizões de Defesa. Tomada de decisão: racionalidade e incrementalismo. Implementação: as perspectivas top- down e bottom-up; Burocracia de nível de rua. Avaliação e monitoramento de Políticas Públicas.	
Bibliografia Básica	
CAPELLA, Ana Claudia. Formulação de Políticas Públicas . Brasília: ENAP, 2018	
HAM, Christopher; HILL, Michael. O processo de elaboração de políticas no estado capitalista moderno . 1993.	
JANNUZZI, Paulo. Monitoramento e avaliação de políticas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas . Campinas: Editora Alínea, 2016.	
LOTTA, Gabriela. Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil . Brasília: ENAP, 2019.	
ROSA, Júlia Gabriele Lima da; LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa de. Políticas públicas: introdução . Porto Alegre: Jacarta, 2021.	
Bibliografia Complementar	
DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio. Dicionário de Políticas Públicas . São Paulo: Editora Unesp. 2018.	
HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. Políticas Públicas e Desenvolvimento . Editora UnB: Brasília, 2010. p. 161-180.	
HOCHMAN, Gilberto; ARRETICHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). Políticas públicas no Brasil . Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.	
HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, A. Política pública . Seus ciclos e subsistemas – uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.	
LIPSKY, Michael. Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo no serviço público . Brasília: ENAP, 2019.	
RICO, Elizabeth Melo (org.). Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em Debate . São Paulo: Cortez, 1998.	
SABATIER, Paul A. Theories of the Policy Process . Boulder: Westview Press, 2007.	
SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos . São Paulo: Cengage Learning, 2011.	
WU, Xun; Ramesh, M; HOWLETT, Michael; FRITZEN Scott. Guia de Políticas Públicas: Gerenciando Processos . Brasília: ENAP, 2014.	
Referência aberta	

COMPONENTE CURRICULAR: FILOSOFIA POLÍTICA E DIGNIDADE HUMANA	
CH: 60	CR: 4
<p>Ementa: Ética, ethos, polis, poder, liberdade/igualdade teorias da justiça, teorias da práxis, Pensamento kantiano. Herança hegeliana. Investigações marxianas. Dignidade humana e condição humana; forma e materialidade da lei e das políticas públicas; banalidade do mal; filosofias políticas africanas e afrodiaspóricas; universalização/generalização e particularidades/territorialidades; democracia liberal/democracia participativa; triplo contratualismo moçambicano; democracia apartidária ganesa; meio ambiente e sociedade; crise climática; quilombismo e movimentos sociais.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p> <p>ARENDDT, Hannah. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo, São Paulo: Ed. Universidade São Paulo, 1981.</p> <p>ARISTÓTELES. Política. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.</p> <p>ASANTE, M. “Afrocentricidade como crítica do paradigma hegemônico ocidental: introdução a uma ideia”. Ensaios Filosóficos, Vol. XIV – Dezembro/2016, p. 9-18.</p> <p>KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.</p> <p>STRAUSS, Leo. “O que é filosofia política”. Leviathan – Cadernos de Pesquisa Política, nº. 2, p. 167-193, 2011.</p> <p>KOUVOUAMA, Abel. “Penser la politique en Afrique”. Politique africaine, nº 77, mars-2000, p. 5-15.</p> <p>WIREDU, Kwasi. Democracy and Consensus in African Traditional Politics. A Plea for a Non-party Polity. Polylog: Forum for Intercultural Philosophy. 2 (2000).</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>BOBBIO, Norberto, BOVERO, Michelangelo. Sociedade e estado na filosofia política moderna. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.</p> <p>DOMINGUES, Petrônio. “Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos”. Tempo [online]. 2007, v. 12, n. 23, pp. 100-122.</p> <p>FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues. “Análise filosófica sobre o princípio da dignidade humana como uma nova teoria da justiça”. Revista Jurídica Cesumar, set./dez. 2016, v. 16, nº. 3, p. 877-896.</p> <p>GYEKYE, Kwame. « Person and Community in African thought ». In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). The African Philosophy Reader. Trad. Thiago Augusto de Araújo Faria. New York: Routledge, 2002, p. 297-312.</p> <p>HABERMAS, Jürgen. A inclusão do outro: estudos de teoria política. Tradução de George Speder e Paulo Astor Soethe (UFPR). São Paulo: Edições Loyola, 2002.</p> <p>HAMP TÉ B, Amadou. “A noção de pessoa na África Negra”. Trad. Luiz Silva Porto Ramos e Kelvin Ferreira Medeiros. In: DIETERLEN, Germaine (ed.). La notion de personne en Afrique Noire. Paris: CNRS, 1981, p. 181-192.</p> <p>KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Tradução de Paulo Quintela - Lisboa: Edições 70, 2007.</p> <p>KANT, Immanuel. Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita. São Paulo: Martins Fontes, 2011.</p>	

<p>OLIVEIRA, Lorena Silva. “A filosofia africana como projeto do futuro”. In: AZEREDO, Jéferson Luís de; DECOTHÉ JR., Joel; COSTA, William. Filosofia(s) sobre múltiplos olhares: filosofia(s) para tempos presentes. p. 117-134. Criciúma: UNESC, 2019.</p> <p>LEITE, Fábio. “Valores civilizatórios em sociedade negro-africanas”. África- Revista do Centro de Estudos Africanos, USP, São Paulo, 18-19(1): p. 103-118, ano 1995/1996.</p> <p>MACINTYRE, Alasdair. Justiça de quem? Qual racionalidade? São Paulo: Edições Loyola, 1991.</p> <p>MORAES, Marcelo José Derzi. “Filosofia, ética e política de origem africana egípcia”. Volutas – Revista Internacional de Filosofia, vol. 10. Ed. Especial: Interfaces da Filosofia Africana. Santa Maria, 2019.</p> <p>PIRES, Maria José Morais. “Carta africana dos direitos humanos e dos povos”. Documentação e Direito Comparado, nº. 79/80, Lisboa: Procuradoria-Geral da República, 1999, p. 335-350.</p> <p>RAWLS, John. Justiça como equidade: uma reformulação. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p> <p>RAWLS, John. Justiça e democracia. Tradução de Irene A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Justiça e direito)</p>	
Referência aberta	
COMPONENTE CURRICULAR: PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	
CH: 60h	CR: 4
<p>Ementa: Psicologia enquanto campo do saber e sua instituição como ciência e profissão. As abordagens em Psicologia e suas contribuições para as Políticas Públicas no cenário social brasileiro, sobretudo, após a Constituição Federal de 1988, e o processo de redemocratização social.</p>	
Bibliografia Básica	
<p>BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2002.</p> <p>GONCALVES, M. G. M. Psicologia, subjetividade e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção construindo o compromisso social da psicologia/ coordenadora Ana Mercês Bahia Bock).</p> <p>PATTO, M. H. S.; FRAYZE-PEREIRA, J. A. (Orgs). Pensamento cruel, humanidades e ciências humanas: há lugar para a psicologia? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>AMATUZZI, M. M. Por uma psicologia humana. Campinas: Alínea, 2001.</p> <p>BASTOS, A. V. B.; ROCHA, N. M. D. (Orgs). Psicologia. Novas direções no diálogo com outros campos de saber. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.</p> <p>CARPIGANI, B. Lugares da Psicologia. São Paulo: Vetor, 2008.</p> <p>PENNA, A. G. Introdução à psicologia do Séc. XX. Porto Alegre: Imago Editora, 2004.</p> <p>ROSENFELD, A. O pensamento psicológico. São Paulo: Perspectiva, 2006.</p>	
Referência aberta	
COMPONENTE CURRICULAR: ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	
CH: 60h	CR: 4
<p>Ementa: O estudo da economia e os problemas econômicos. As formações sociais e as relações econômicas. O Estado, as políticas públicas e o funcionamento da economia.</p>	

Bibliografia Básica

KEYNES, J. M. **A teoria geral do juro, do emprego e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, Tomos I e II. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os economistas, 1982.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 2 vls, Coleção Os economistas, 1983 [1776].

Bibliografia Complementar

CANO, W. **Introdução à Economia**. Uma abordagem crítica. 3ª ed., São Paulo: Editora Unesp. 2013.

CHANG, H. J. **Economia**: modo de usar. 1ª ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015.

OLIVEIRA, F. A. **Economia e política das finanças públicas no Brasil**: um guia de leitura. 1ª ed. São Paulo: Hucitec. 2012.

GUERRERO, D. **Economía básica**: un manual de economía política. 1ª ed. Madrid: Maia ediciones. 2016.

KRUGMAN, P.; WELLS, R. **Introdução à Economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MENDES, C. M. et al. **Introdução à Economia**. 3ª ed. Florianópolis: UFSC/CAPES/UAB, 2015.

Referência aberta

COMPONENTE CURRICULAR: ESTADO E TEORIAS SOCIAIS

CH: 60

CR: 4

Ementa: Estado e ciências sociais. Teorias de Estado. Estado, democracia e cidadania. Perspectivas críticas sobre o Estado.

Bibliografia Básica

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005

QUINTANEIRO, Tania.; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2009.

MACHIAVELLI, Niccolo. **O príncipe**; Escritos políticos. 4. ed. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1987. xxi, 237 p. (Os Pensadores).

Bibliografia Complementar

ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92) São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 18. ed. São Paulo, SP: Graal, 2003.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo, SP: Martin Claret, 2004.

2º Período

COMPONENTE CURRICULAR: CIDADANIA NO BRASIL

CH: 60h

CR: 4

Ementa: Conceitos e questões relacionadas aos Direitos Humanos que possibilitem a compreensão dos direitos reconhecidos a todos, e sistematizados nos tratados e demais documentos nacionais e internacionais focados na busca da conquista da cidadania e respeito à pessoa na vida social. Conceituação e contextualização da cidadania moderna. A formação da cidadania no Brasil Imperial: ordem constitucional e critérios de inclusão. Lutas pela ampliação da cidadania e emergência da sociedade civil entre os séculos XIX e XX. Continuidades e rupturas na ordem política e jurídica e na prática social no Brasil republicano. Leituras do déficit democrático no Brasil. O processo constituinte de 1988 e os debates sobre a cidadania hoje.

Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 15-47.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. SP: Brasiliense. 1994.

DORNELLES, Joao Ricardo. **O que são direitos humanos?** São Paulo: Brasiliense, 1989.

LIMA JUNIOR, Jayme Benvenuto. **Os direitos humanos econômicos, sociais e culturais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo liberal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PIOVESAN, Flavia. **Direitos humanos e justiça internacional**. Sao Paulo: Saraiva, 2006.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo, Ed. Contexto, 2003.

SYMONIDES, J. **Direitos humanos: novas dimensões e desafios**. Brasília: Edições UNESCO, 2003. (www.dominiopublico.gov.br. acessado em 11/06/2014).

VENTURI, G. **Direitos Humanos percepções da opinião pública: análise de pesquisa nacional**. Brasília, Secretaria de Direitos humanos - Presidência da República do Brasil, 2010, 1a ed. (http://portal.mj.gov.br/sedh/biblioteca/livro_percepcoes/percepcoes.pdf, acessado em 11/06/2014).

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Fernando Barcellos de. **Teoria Geral dos Direitos Humanos**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1996.

ALBUQUERQUE MELO, Celso. **Curso de Direito Internacional Público**. 13a Edição. Rio de Janeiro: Reno

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

<p>PIOVESAN, Flávia; IKAWA, Daniela Ribeiro. O Tribunal Penal Internacional e Direito Brasileiro. In: PIOVESAN, Flavia. Temas de Direitos Humanos. Sao Paulo: Max Limonad, 2003.</p> <p>RAMOS, André de Carvalho. Direitos humanos em juízo. Sao Paulo: Max Limonad, 2001.</p>	
Referência aberta	
COMPONENTE CURRICULAR: ESTADO E COMUNIDADES TRADICIONAIS	
CH: 60	CR: 4
Ementa: Formação do Estado no Brasil. Estado, políticas públicas e comunidades tradicionais. Direitos étnicos.	
Bibliografia Básica	
<p>ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombolas e novas etnias. Manaus: UEA, Edições 2011. Disponível em: http://novacartografiasocial.com.br/download/quilombos-e-as-novas-etnias-alfredo-wagner-berno-de-almeida/</p> <p>ALMEIDA, Ellen Cristina de; MÜLLER, Cíntia Beatriz (orgs).. Diálogos entre antropologia, direito e políticas públicas: o caso dos indígenas no sul de Mato Grosso do Sul. Dourados: Ed. UFGD, 2012. Disponível em: http://omp.ufgd.edu.br/omp/index.php/livrosabertos/catalog/view/83/90/336-1</p> <p>DUPRAT, Deborah (org.). Convenção 169 OIT e os Estados Nacionais. Brasília: ESMPU, 2015. Disponível em: < https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs_artigos/convencao-169-da-oit_web.pdf>.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.</p> <p>ARRUTI, José Maurício. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: EdUSC; São Paulo, SP: ANPOCS, 2006</p> <p>BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92) São Paulo: Companhia das Letras, 2014</p> <p>CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017</p> <p>SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (orgs.) Tutela. Formação de Estado e tradições de gestão no Brasil. Rio de Janeiro: E-papers, 2014</p> <p>RAMOS, Alcida. Constituições nacionais e povos indígenas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.</p>	
Referência aberta	
COMPONENTE CURRICULAR: TEORIA POLÍTICA	
CH: 60H	
Ementa: Modelos de pensamento política moderno. Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Montesquieu, Federalistas, Burke, Kant, J.S.Mill, Tocqueville, Hegel, Marx, Weber.	
Bibliografia Básica	
<p>WEFFORT, Francisco. Os Clássicos da Política. São Paulo: Ática, 1991.</p> <p>BOBBIO, Norberto. Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1985.</p>	

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Ed. UNB. 1992.

Bibliografia Complementar

HAMILTON, JAY e MADISON. **Os artigos Federalistas**. Editora Avis Rara, 2021.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**, ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

KANT, Immanuel. **Idéia de Uma História Universal sob um Ponto de Vista Cosmopolita**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo**. Ensaio Relativo à Verdadeira Origem, Extensão e Objetivo do Governo Civil. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MAQUIAVEL, Niccolo. **O Príncipe**. (várias edições).

MONTESQUIEU, Charles Louis. **Do Espírito das Leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

QUIRINO, Célia (org.). **Os Clássicos do Pensamento Político**. São Paulo: Edusp, 1998.

QUIRINO, Célia; SADEK, Maria T. **O Pensamento Político Clássico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Contrato Social**. São Paulo: Hemus, 1981.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. Editora Martins Fontes, 2014.

Referência aberta

COMPONENTE CURRICULAR: ECONOMIA POLÍTICA E ESTADO

CH: 60h

CR: 4

Ementa: A constituição da Economia política no interior das ciências sociais – princípios conceituais, contexto histórico, conflitos políticos e sociais. As formas históricas de produção da riqueza capitalista. O liberalismo como ciência do Capital. Relação intrínseca entre Capital e Estado. Economia do Capital e as estruturas sociais. A economia nacional e mundial. A institucionalização do Capital: O Estado

Bibliografia Básica

FAUSTO, Ruy. **Marx: Lógica e política**: investigações para uma reconstituição do sentido da dialética. Tomo II, Capítulo IV. São Paulo Editora Brasiliense, 1987.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. Tradução Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Clássicos)

KRUGMAN, P.; WELLS, R. **Introdução à Economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed., São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria geral do direito e marxismo**. Tradução de Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo Editora, 2017.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os economistas, 1982.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 2 vls, Coleção Os Economistas, 1983 [1776].

Bibliografia Complementar

CANO, W. **Introdução à Economia**. Uma abordagem crítica. 3ª ed., São Paulo: Editora Unesp, 2013.

CHANG, H-J. **23 Coisas que não nos Contaram sobre o Capitalismo**. São Paulo: Cultrix, 2013.

GONTIJO, C. **Introdução à Economia**: uma abordagem lógico-histórica. 1ª ed., Curitiba: Editora CRV, 2013.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do juro, do emprego e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MANKIOW, G. **Introdução à Economia**. São Paulo: Cengage Learning (tradução da 6ª ed.), 2013.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**: esboços de uma crítica da economia política. Tradução Mário Duayer, Nélio Shineider. São Paulo: Boitempo: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro: o processo de produção do Capital. Volume I. 33ª ed., Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Manuscrito de 1861 a 1863. cadernos I a V. Terceiro Capítulo – O capital em geral. Tradução Leonardo de Deus. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 53. (Economia Política e Sociedade, v. 1)

PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. **A Nova Contabilidade Social**: uma introdução à macroeconomia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. A. S.; TONETO Jr., R. (orgs.). **Manual de Economia**. Equipe de professores da USP. São Paulo: Saraiva, 7ª ed., 2017.

PINSKY, Jaime. **Modos de produção na antiguidade**. 2ª. ed, São Paulo: Global, 1984.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1997, (Coleção os Economistas)

WALRAS, L. **Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura**. São Paulo: Abril Cultural, coleção Os Economistas, 1983.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

Referência aberta

COMPONENTE CURRICULAR: SEMINÁRIOS DO VALE DO JEQUITINHONHA

CH: 60h

CR:
4

Ementa: Construção do conhecimento por meio de discussão holística e abrangente de fatos e fenômenos históricos, sociais, culturais, econômicos e ambientais do Vale do Jequitinhonha.

Bibliografia Básica

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). **Vale do Jequitinhonha**: cultura e desenvolvimento. Belo Horizonte UFMG/PROEX, 2012.

SOUZA, João Valdir Alves de; HENRIQUES, Márcio Simeone (orgs.). **Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos.** Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.

SOUZA, João Valdir Alves de; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (orgs.). **Vale do Jequitinhonha: desenvolvimento e sustentabilidade.** Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

Bibliografia Complementar

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **O campesinato no vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista.** Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). **Pólo Jequitinhonha 10 anos (1996-2006): a consolidação de uma experiência de desenvolvimento regional.** Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2008. 68 p.

PEREIRA, V. L. F. **O artesanato da memória no Vale do Jequitinhonha.** Belo Horizonte: UFMG, 1996

SERVILHA, Mateus de Moraes. **Quem precisa de região?: o espaço (dividido) em disputa.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SOUZA, João Valdir Alves de. Fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha. **UNIMONTES CIENTÍFICA.** Montes Claros, v.5, n.2, jul./dez. 2003.

4º Período

COMPONENTE CURRICULAR: PROJETO DE PESQUISA

CH: 60h

CR: 4

Ementa: Bases da pesquisa científica e os principais métodos e técnicas de pesquisa para as ciências humanas, como história oral, pesquisa de campo, entrevista, survey, pesquisa documental, bibliográfica e outros. Nortear a redação do projeto de pesquisa para o TCC, pré-requisito básico para a formação do bacharel.

Bibliografia Básica

POPPER, K. S. **A lógica da pesquisa científica.** 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

RAMON Y CAJAL, S. **Regras e conselhos sobre a investigação científica.** 3.ed.

RUDIO, V. V. **Introdução a projetos de pesquisa.** Petrópolis: Vozes, 1980.

Bibliografia Complementar

BOTH, S. J.; SIQUEIRA, C. J. de S. **Metodologia científica faça fácil sua pesquisa.** Tangará da Serra, MT: Editora São Francisco, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006. 207p.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica.** SP: Atlas, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 373 p.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas, 4a. ed., São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. São Paulo: Pioneira, 1997.

SAMPIERI, Roberto Hernández. **Metodologia da Pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, J. A.; PARRA FILHO, D. **Metodologia científica**. São Paulo: Futura, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016. 317 p.

REA, L. M., PARKER, R. A. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: Pioneira, 2000.

REY, L. **Planejar e redigir trabalhos científicos**. 2a. ed., São Paulo: Edgard Blücher, 1993.

Referência aberta

EIXO INTERDISCIPLINAR

3º ao 7º Período	
COMPONENTE CURRICULAR: ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS	
CH: 60h	CR: 4
<p>Ementa: O Estado na sua forma social. O público, o estatal e o privado. Políticas econômicas e políticas sociais. As estratégias políticas para o desenvolvimento social. Organizações sociais e mobilização política. A institucionalização das políticas públicas e sociais e sua destinação. O conflito político pelo domínio do Estado e das políticas sociais. Os sentidos da democracia na questão social. Igualdade e desigualdade, o paradoxo econômico e social. O protagonismo do Estado.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p> <p>COIMBRA, Marcos. Abordagens teóricas ao estudo das políticas sociais. In: ABRANCHES, S. et al. Política social e combate à pobreza. Rio de Janeiro: Zahar, 1987, p. 65-104.</p> <p>DELGADO, G.; THEODORO, M. Desenvolvimento e política social. In: JACCOUD, L. (Org.). Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: Ipea, 2005.</p> <p>ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. Lua Nova, São Paulo, n. 24, set. 1991.</p> <p>MASCARO, Alysson Leandro. Estado e forma política. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.</p> <p>PASTORINI, Alejandra. A categoria questão social em debate. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>PEREIRA, P. A. P. Política Social: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>ROSANVALLON, Pierre. A Nova questão social. Brasília: Instituto Teotonio Vilela, 1998.</p> <p>OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (orgs.). Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global. Petrópolis, RJ/Brasília: Vozes/Nedic, 1999.</p>	
Bibliografia Complementar	

ABRUCIO, F. L. “A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do Governo Lula”. **Revista de Sociologia e Política**. nº 24/ junho 2005.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “**Federalismo democracia e governo no Brasil: idéias, hipóteses e evidências**”. BIB, 2001.

ARRETCHE, M. “Financiamento federal e gestão local de políticas sociais: o difícil equilíbrio entre regulação, responsabilidade e autonomia”. **Ciência e Saúde Coletiva**, Vol. 8, nº 2; 2002.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos; GRAU, Nuria Cunill. Entre o Estado e o mercado: o público não estatal. In: BRESSER PEREIRA, Luis Carlos; GRAU, Nuria Cunill (orgs.). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BUCCI, M. P. D. **Direito Administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAGAS et al. **A política da assistência e a participação social: o caso do Conselho Nacional de Assistência Social** (Texto para discussão, n. 1005).

DELGADO, G. et al. **A participação social na gestão pública: avaliação da experiência do Conselho Nacional de Previdência Social (1991-2000)**. Brasília: Ipea, 2002 (Texto para discussão, n. 909).

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 61).

DEMO, Pedro. **Cidadania pequena: fragilidade e desafios do associativismo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 80).

DEMO, Pedro. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2002. (Coleção Prospectiva, v. 6).

DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Dicionário de Políticas Públicas**. São Paulo: Editora Unesp. 2018.

FLEURY, S. **O Estado sem cidadão: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

MELO, Marcus André. “O Sucesso Inesperado das Reformas de Segunda Geração: Federalismo, Reformas Constitucionais e Política Social”. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, n. 4, 2005, pp. 845-889.

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. **Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público**. Brasília: MH Comunicação, 1994.

STEPAN, Alfred. “Para uma Nova Análise Comparativa do Federalismo e da Democracia: Federações que Restringem ou Ampliam o Poder do Demos”. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, vol. 42, nº 2, 1999, pp. 197-251.

THEODORO, Mário. **Participação social em políticas públicas: os conselhos federais de política social – o caso Codefat**. Brasília: Ipea, 2002 (Texto para discussão, n. 931).

Referência aberta

COMPONENTE CURRICULAR: AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

CH: 60h

CR: 4

Ementa: Definição de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas. Conceitos básicos: Eficácia, Efetividade e Eficiência. Avaliação de Políticas Públicas em contexto Democrático. Políticas Públicas baseadas em evidência. Avaliação e Monitoramento no Ciclo de Políticas Públicas. Tipologia e etapas da Avaliação. Avaliação: Executiva, Diagnóstico de problema, Desenho, Implementação, Resultado, Impacto, Eficiência. Estudos de caso. Indicadores e fontes de dados.

Bibliografia Básica

IPEA. **Avaliação de políticas públicas:** Guia prático de análise ex post. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.

JANNUZZI, P. **Monitoramento e avaliação de programas sociais:** uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas: Atomo e Alínea, 2016.

KOGA, Natália Massaco; PALOTTI, Pedro Lucas de Moura; MELLO, Janine; PINHEIRO, Maurício Mota Saboya (orgs.). **Políticas públicas e usos de evidências no Brasil:** conceitos, métodos, contextos e práticas. Brasília: IPEA, 2022.

RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de Políticas Sociais:** uma questão em debate. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia Complementar

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A Política da Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: Um quadro de referência teórica. **Análise & Conjuntura**. Belo Horizonte, 1 (3), set./dez. 1986, pp. 107-127.

IPEA. **Avaliação de Políticas Públicas:** Guia Prático de Análise ex ante. vol.1. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.

JANNUZZI, P. **Indicadores Sociais no Brasil:** conceitos, fontes de dados e aplicações. 6a ed. Campinas: Editora Alínea, 2017

SPINK, Peter. **Avaliação democrática:** propostas e práticas. Coleção ABIA, Fundamentos de Avaliação, 3, 2001.

Referência aberta

COMPONENTE CURRICULAR: FINANÇAS PÚBLICAS

CH: 60h

CR: 4

Ementa: O papel do setor público e do orçamento na teoria econômica e no Brasil. Os gastos públicos e as receitas públicas: conceito, classificação contábil e determinantes. O sistema tributário no Brasil. A dívida pública brasileira e os desafios atuais das finanças públicas.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Economia e Política das Finanças Públicas no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009.

MUSGRAVE, Richard. **Teoria das finanças públicas:** um estudo de economia governamental. São Paulo: Atlas; Brasília; INL, 1973. Volume 1.

GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. 16ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar

SICSÚ, J. (org.). **Arrecadação e gastos públicos**. De onde vêm? Para onde vão? Rio de Janeiro: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, F. A. **Crise, reforma e desordem do sistema tributário nacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

REZENDE, F. **Finanças Públicas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças Públicas**. 4a. ed. A Teoria e Prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

Referência aberta

COMPONENTE CURRICULAR: POLÍTICAS PÚBLICAS E EPISTEMOLOGIAS DO SUL	
CH: 60h	CR: 4
Ementa: Epistemologias que ampliam as possibilidades de repensar o mundo e as políticas públicas, bem como a forma-Estado, a partir de saberes e práticas do Sul Global.	
Bibliografia Básica	
BAUMGARTEN, M. (org). Sociedade, Conhecimentos e Colonialidade. Olhares sobre a América Latina. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2016.	
CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramon. El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del hombre editores, 2007.	
LANDER, Edgardo (org). “ A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas ”. Colección Sur Sur. CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.	
SANTOS, B de S. A gramática do tempo. Para uma nova cultura política. Porto: Edições Afrontamento, 2006.	
Bibliografia Complementar	
OLIVEIRA, Wagner Vinicius de; SOUSA, Jaqueline Aparecida Fernandes. Epistemologias do sul aplicada ao controle concentrado de constitucionalidade brasileiro. In: BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. et al. (Coord.). Anais do III Congresso de Direito Constitucional e Filosofia Política: a desigualdade e a reconstrução da democracia social. [Caderno de resumos]. Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 177-179.	
PAZELLO, Ricardo Prestes. Pensamiento descolonial, crítica al derecho, movimientos populares: la problemática de los derechos humanos. Revista de Derechos Humanos y Estudios Sociales - REDHES , México, n. 15, año VIII, ene./jun. 2016, p. 195-218.	
SANTOS, B. de S. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. Revista Crítica de Ciências Sociais , v. 78, p. 3-6, 2007.	
SANTOS, B. de S.; ARAÚJO, S.; BAUMGARTEN, M. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. Sociologias , [S. l.], v. 18, n. 43, 2016.	
SOUSA, Sandra I.; LEWIS, Tom Lewis. “Para além da divisão Norte/Sul em epistemologia e política emancipatória”, Configurações , 12 2013, 29-45.	
RESTREPO, Ricardo; ROJAS, Axel. Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán: Universidad del Cauca, 2010. (Políticas de la alteridad)	
Referência aberta	
COMPONENTE CURRICULAR: ESTADO E CRÍTICA AO (DES)ENVOLVIMENTO	
CH: 60h	CR: 4
Ementa: História e perspectivas do desenvolvimento. Desenvolvimento na América Latina. Teoria da dependência. Novas roupagens do desenvolvimento. Pós-desenvolvimento.	
Bibliografia Básica	
SACHS, Ignacy. Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.	
FURTADO, Celso. Raízes do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.	
OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.	
Bibliografia Complementar	
FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Paz e Terra, 1973.	

<p>ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.</p> <p>ESCOBAR, Arturo. La invención del Tercer Mundo. Construcción y desconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007</p> <p>HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2010.</p> <p>OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz & Terra, 1993.</p> <p>PRADO, Fernando Corrêa. A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Lutas Anticapital. 2020.</p>	
Referência aberta	
COMPONENTE CURRICULAR: DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS	
CH: 60h	CR: 4
<p>Ementa: A Perspectiva Histórica: O capitalismo originário. Os países de desenvolvimento tardio. Teorias do desenvolvimento: Teoria da modernização, CEPAL e teoria da dependência. Consenso de Washington e crítica institucional. IModelo teórico: desenvolvimento e políticas públicas: Variedades de capitalismo. Desenvolvimento social. Conectando Desenvolvimento e Políticas Públicas.</p>	
Bibliografia Básica	
<p>CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Desenvolvimento e dependência na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 8ª edição revista.</p> <p>EVANS, Peter. O Estado como problema ou como solução. Lua Nova no.28/29, 1993.</p> <p>ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, v. 24, p. 85-116, 1991.</p> <p>FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Editora Contraponto, 2009.</p> <p>KERSTENETZKY, Celia Lessa. O Estado do Bem-Estar social na idade da razão: a reinvenção do Estado Social no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2012.</p> <p>NAIM, Moises. O consenso de Washington ou a confusão de Washington. Revista Brasileira de Comércio Exterior, 2000.</p> <p>OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa. Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo: Editora Unesp, 2002.</p> <p>SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade, Companhia de bolso, 2010.</p> <p>WILLIAMSON, John. Depois do Consenso de Washington: Uma Agenda para Reforma Econômica na América Latina. Palestra proferida na FAAP em 2003.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>BOSCHI, Renato R. Variedades de Capitalismo, Política e desenvolvimento na América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.</p> <p>CARNOY, Martin. Estado e teoria política. 14ª edição. Campinas: Editora Papyrus, 2008.</p> <p>CHANG, Chutando a Escada. Capítulo 3: Instituições e desenvolvimento econômico: a ‘boa governança’ na perspectiva histórica, 2004.</p> <p>GERSCHENKRON, Alexander. O atraso econômico em perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2015.</p> <p>MOORE Jr., Barrington. Origens sociais da ditadura e da democracia, 2010.</p>	

<p>HALL, Peter A.; Soskice, David (Ed.). Varieties of capitalism: The institutional foundations of comparative advantage. OUP Oxford, 2001.</p> <p>MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro I, Tomos I e II. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.</p> <p>MKWANDAWIRE, Thandika. Social Policy in a development context. New York: Palgrave Macmillan, 2004.</p> <p>MOREL, Nathalie; PALIER, Bruno; PALME, Joakim (eds.). Towards a social investment welfare state? Ideas, policies and challenges. Chicago: University of Chicago Press, 2012.</p> <p>SKOCPOL, Theda. Estados e revoluções sociais. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.</p> <p>THELEN, K. Varieties of Liberalization and the New Politics of Social Solidarity. Cambridge University Press, 2014.</p> <p>WEBER, M. A ética protestante e o espírito capitalista. Martin Claret, 2013.</p>	
Referência aberta	
COMPONENTE CURRICULAR: SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	
CH: 60h	CR: 4
Ementa: Estudo dos processos de aprendizado e suas vicissitudes. A expansão dos sistemas escolares no mundo moderno. As relações entre educação e as demais instâncias da sociedade como o trabalho e estrutura de classes.	
Bibliografia Básica	
<p>BARBOSA, Maria Lígia. Desigualdade e Desempenho: uma introdução à sociologia da escola brasileira. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2011.</p> <p>BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.</p> <p>FORQUIN, Jean-Claude. Sociologia da Educação: dez anos de pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1995.</p> <p>VIEIRA, Evaldo. Sociologia da Educação: Reproduzir e Transformar. São Paulo, FTD, 1994.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>AZEVEDO, Fernando. A Cultura Brasileira. Brasília: Editora UNB; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.</p> <p>BOUDON, Raymond. Efeitos Perversos e Ordem Social. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.</p> <p>BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco (orgs.). Pesquisa em eficácia escolar: origens e trajetórias. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2008.</p> <p>CECCON, Claudius et alli. A Vida na Escola e a Escola da Vida. Petrópolis: Vozes, 1998.</p> <p>DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos. 1965.</p> <p>ELACQUA, Gregory, CHRISTOPHE, Micheline MARTINEZ, Matias, OLIVEIRA, João Batista Araújo. Educação Baseada em Evidências: como saber o que funciona em educação. Brasília: Instituto Alfa e Beto, PDF, 2015.</p> <p>STAL, Isabelle, THOM, Françoise. A Escola dos Bárbaros. São Paulo, T. A. Queiroz. 1987.</p> <p>TAFNER, Paulo. Educação básica no Brasil: evolução recente, fragilidades, impasses e desafios. In NEGRI, J., ARAÚJO, B., BACELLETE, R. Desafios da Nação: artigos de apoio. IPEA, vol. 2, cap 24, 2018. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros acessado em 02/11/2022.</p>	
Referência aberta	
COMPONENTE CURRICULAR: POLÍTICAS EDUCACIONAIS	

CH: 75	CR: 5
Ementa: Estudo das políticas educacionais no Brasil. Análise da estrutura de funcionamento da educação básica e do ensino superior segundo a LDB. Planos, políticas educacionais e legislação de ensino: histórico, normatização, possibilidades e perspectivas. Teorias sobre administração e gestão escolar.	
Bibliografia Básica	
DEMO, P. A nova LDB: ranços e avanços. São Paulo: Papyrus, 1997.	
FERREIRA, N. S. C. (org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2013.	
LIBÂNEO, J. C. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 5. Ed São Paulo: Cortez, 2007.	
Bibliografia Complementar	
AGUIAR, M. S.; FERREIRA, N. S. C. (org.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.	
ARANHA, M. L. A. Filosofia da educação. São Paulo: Moderna, 1993.	
ARROYO, M. Política educacional e desigualdades: à procura de novos significados. Edu. Soc. , Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-416, out./dez. 2010.	
AZANHA, J. M. P. et. al. Educação básica: políticas, legislação e gestão: leituras. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2004.	
BOURDIEU, Pierre. Escritos da Educação. Petrópolis, RJ, Vozes, 2012.	
CARNEIRO, Moaci A. LDB fácil. Petrópolis, RJ, Vozes, 2012.	
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC).	
CASTRO, M. L. O. de. A educação na Constituição de 1988 e a LDB. Brasília, DF: André Quicé, 1998.	
DUBET, F. O que é uma escola justa? São Paulo: Cortez, 2008.	
HABERMAS, J. Lutas pelo reconhecimento no estado democrático constitucional. In: LIBNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.	
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB. 4ª edição.	
MENESES, J. G. C. Estrutura e funcionamento da educação básica: leituras. São Paulo: Pioneira, 1999.	
SAVIANI, D. Educação brasileira: estrutura e sistema. 8. ed. Campinas: Editores Associados, 2000.	
Referência aberta	
COMPONENTE CURRICULAR: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	
CH: 75h	CR: 5
Ementa: Contribuições das perspectivas teóricas comportamental, psicanalítica, cognitiva e histórico cultural para o estudo do processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento e suas aplicações no processo educativo.	
Bibliografia Básica	
BIAGGIO, A. M. B. Psicologia do desenvolvimento. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.	
COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. (org.). Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1.	
PIAGET, J.; INHELDER, B. A psicologia da criança. Rio de Janeiro: Difel, 2009.	

VIGOTSKI, L. S. O desenvolvimento psicológico na infância . São Paulo: Martins Fontes, 1998.	
Bibliografia Complementar	
CARRARA, K. (org.). Introdução à psicologia da educação . São Paulo: Evercamp, 2004.	
MACEDO, L. Ensaio construtivistas . São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.	
MIZUKAMI, M. G. N. Ensino : as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.	
OLIVEIRA, M. K. Vygotsky : aprendizado e desenvolvimento. São Paulo: Scipione, 1995.	
PAPALIA, D.; OLDS, S. Desenvolvimento humano . Porto Alegre: ArtesMédicas, 2007.	
PIAGET, J. O nascimento da inteligência da criança . Rio de Janeiro: Zahar, 1976.	
Referência aberta	
COMPONENTE CURRICULAR: INTÉRPRETES DO BRASIL	
CH: 60h	CR: 4
Ementa : Formação histórica do campo intelectual brasileiro. Estudo da produção cultural e intelectual no Brasil e sua relação com a formação do Estado Nação. Elites intelectuais e a questão racial. Críticas à produção intelectual brasileira. Novas leituras e interpretações sobre o Brasil e a formação da sociedade brasileira.	
Bibliografia Básica	
BOTELHO André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs). Um Enigma Chamado Brasil . 29 Intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.	
MOTA, Lourenço Dantas (org.). Um banquete no trópico . Introdução ao Brasil. 5ª ed. São Paulo. Editora Senac. Volume 1, 2008.	
REIS, José Carlos. As identidades do Brasil : de Varnhagen a FHC. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.	
Bibliografia Complementar	
AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda negra medo branco : o negro no imaginário das elites século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.	
BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia (orgs.). Agenda brasileira : temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.	
ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e identidade nacional . São Paulo: Brasiliense, 2003.	
SCHWARCZ, Lillia. O espetáculo das raças : cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.	
SOUZA, Jessé. A tolice da inteligência brasileira, ou, Como o país se deixa manipular pela elite . São Paulo: Leya, 2015. 271 p.	
Referência aberta	
COMPONENTE CURRICULAR: ECONOMIA BRASILEIRA	
CH: 60h	CR: 4
Ementa : Aspectos da formação econômica do Brasil. A modernização econômica e os projetos desenvolvimentistas. As estratégias e os dilemas atuais da economia brasileira.	
Bibliografia Básica	
FURTADO, C. Formação econômica do Brasil . São Paulo: Nacional, 1984.	
MARQUES, Rosa Maria; RÉGO, José Márcio (orgs.). Economia brasileira . 5. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013.	
CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise : a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.	

OLIVEIRA, F. A. **Política econômica, estagnação e crise mundial (1980-2010)**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2012.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Colônia. 15a. ed., São Paulo: Brasiliense, 1977. (1a ed. em 1942).

Bibliografia Complementar

ABREU, Marcelo de Paiva; CARNEIRO, Dionisio Dias. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

ALMEIDA, S. L.; VELLOZO, J. C. O. Crise, racismo e neoliberalismo. In: SOUZA, E. A.; OLIVEIRA e SILVA, M. L. (orgs.). **Trabalho, questão social e serviço social: a autofagia do capital**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Disponível em: <<https://goo.gl/YCZJKQ>>. Acesso em 04 nov 2016.

CANO, W. (Des)industrialização e (Sub)desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 15, jul-dez, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/SrcQx0>>. Acesso em 04 nov 2016.

DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil – 1930/1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FILGUEIRAS, L. **História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo: Boitempo, 2000.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **A economia política do Governo Lula**. São Paulo: Ed. Contraponto, 2007.

FIORI, J. L.; TAVARES, M. C. (orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

MARQUES, R.; FERREIRA, M. J. (orgs.). **O Brasil sob a nova ordem: uma análise dos Governos Collor a Lula**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2010.

PAULA, J. A. (org.). **Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula**. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2005.

PAULANI, L. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, 27 (77), 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/ll0rdX>>. Acesso em 09 nov 2016.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

WILLIAMSON, J. Reformas políticas na América Latina na década de 80. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 12, n. 1 (45) jan-mar 1992. Disponível em: <<https://goo.gl/oPNKKo>>. Acesso em 07 nov 2016.

Referência aberta

COMPONENTE CURRICULAR: TEORIAS DEMOCRÁTICAS

CH: 60h

CR: 4

Ementa: O conceito de Democracia e suas variações. A democracia moderna e suas raízes na antiguidade clássica. Liberalismo, representação e democracia. Os críticos da democracia. Democracia direta, participativa e deliberativa.

Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

<p>PATEMAN, Carole. Participação e Teoria Democrática. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.</p> <p>ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. São Paulo, Abril Cultural, 1973 (Coleção Os Pensadores).</p> <p>TILLY, Charles. Democracia. Petrópolis, Vozes, 2013.</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. Em busca da política. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.</p> <p>DAHL, Robert. A Democracia e seus críticos. São Paulo, Martins Fontes, 2012.</p> <p>DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo, EDUSP, 1999.</p> <p>ESPINDOLA, Arlei (org.). Rousseau. Pontos e Contrapontos. São Paulo: Editora Barcarolla, 2012.</p> <p>EISENBERG, José; PROGREGINSCHI, Thamy. Onde está a democracia? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.</p> <p>HABERMAS, J. A Nova Obscuridade: pequenos escritos políticos. São Paulo: Unesp, 2015.</p> <p>PLATÃO. A República. São Paulo: Martins Fontes, 2006.</p> <p>SCHUMPETER, J. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1961.</p> <p>STUART MILL. A liberdade. Utilitarismo. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>TOCQUEVILLE, A. A democracia na América. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; EDUSP, 1987.</p> <p>WALZER, Michael. Das Obrigações Políticas. Ensaios sobre a desobediência, guerra e cidadania. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.</p> <p>WEBER, Max. Ciência e Política. Duas vocações. São Paulo, Cultrix, 1968.</p>	
<p>Referência aberta</p>	
<p>COMPONENTE CURRICULAR: FEDERALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS</p>	
<p>CH: 60h</p>	<p>CR: 4</p>
<p>Ementa: A disciplina abordará o impacto do federalismo e das relações intergovernamentais sobre as políticas públicas, em particular a experiência intergovernamental brasileira em diversas políticas públicas.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p> <p>ARRETCHE, M. Democracia, federalismo e centralização no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora Fiocruz, 2012. 232 p.</p> <p>ARRETCHE, M. Estado Federativo e Políticas Sociais. Rio de Janeiro, Revan, 2000.</p> <p>FILIPPIM, E. S; ROSSETTO, A. M. (orgs.). Políticas Públicas, Federalismo e Redes de Articulação para o Desenvolvimento. 1 ed. Joaçaba: Unoesc/Fapesc, 2008</p> <p>REZENDE, Fernando; OLIVEIRA, Fabrício A. de. (orgs). Descentralização e federalismo fiscal no Brasil: desafios da reforma tributária. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2003.</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>ABRUCIO, F L. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do Governo Lula. Revista de Sociologia e Política. nº 24/ junho 2005.</p> <p>ALMEIDA Maria Hermínia Tavares de. Federalismo democracia e governo no Brasil: idéias, hipóteses e evidências. BIB, 2001.</p>	

ARRETCHE, M. Financiamento federal e gestão local de políticas sociais: o difícil equilíbrio entre regulação, responsabilidade e autonomia. **Ciência e Saúde Coletiva**. Vol. 8, nº 2, 2002.

MELO, Marcus André. O Sucesso Inesperado das Reformas de Segunda Geração: Federalismo, Reformas Constitucionais e Política Social. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 4, 2005, pp. 845-889.

STEPAN, Alfred. Para uma Nova Análise Comparativa do Federalismo e da Democracia: Federações que Restringem ou Ampliam o Poder do Demos. **Dados**, vol. 42, nº 2, 1999, pp. 197-251.

VARSANO, Ricardo et al. **Uma análise da carga tributária do Brasil**. Texto para discussão n. 583. Rio de Janeiro, IPEA, agosto de 1998.

Referência aberta

COMPONENTE CURRICULAR: SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO

CH: 60h	CR: 4
---------	-------

Ementa: Apresentar a organização do Estado brasileiro. Analisar as diretrizes constitucionais, levando em consideração as mudanças político-institucionais, administrativas e legais. Discussão de conceitos básicos, como o federalismo, o presidencialismo, a separação dos três poderes, sistema partidário, as elites políticas e também as reformas.

Bibliografia Básica

AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima. **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CINTRA, A. O.; AVELAR, L. (orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Curitiba: Fundação. Konrad-Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp, 2015.

VIEIRA, Evaldo. **A República Brasileira**. 1951-2010. De Getúlio a Lula. São Paulo: Cortez, 2015.

Bibliografia Complementar

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BACHA, Edmar et.al. **130 anos: em busca da República**. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2019.

FALCÃO, Joaquim (org.). **Reforma Eleitoral no Brasil**. Legislação, democracia e internet em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

LIJPHART, Arendt. **Modelos de democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NICOLAU, Jairo M. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SOUSA, Pedro (org.). **Brasil, sociedade em movimento**. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, Centro Internacional Celso Furtado de políticas de desenvolvimento, 2015.

VIANNA, Luiz Werneck. **A Democracia e os Três Poderes no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002.

Referência aberta

COMPONENTE CURRICULAR: MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE

CH: 60h	CR: 4
---------	-------

Ementa: A relação do homem com a natureza. A problemática socioambiental, a questão da sustentabilidade e as relações socioeconômicas na era global. A relação entre

desenvolvimento e meio ambiente. Políticas públicas de meio ambiente no Brasil, com ênfase nos diferentes governos desde a Constituição de 1988.

Bibliografia Básica

ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, Rio de Janeiro, 2004.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Cortez: São Paulo, 2001.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.

Bibliografia Complementar

ALIMONDA, Hector (Comp.) **Ecología Política. Naturaleza, Sociedad y Utopía**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. **Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil**, 2001.

CARVALHO, D.; SCHIMIDT, F. Racismo Ambiental: Por que algumas comunidades são mais afetadas por problemas ambientais? Futuro depende do fim da desigualdade. ECOA Uol. <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/racismo-ambiental-comunidades-negras-e-pobres-sao-mais-afetadas-por-crise-climatica/#cover>.

GERHARDT, Cleyton Henrique; ALMEIDA, Jalcione. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. **Ambiente & sociedade**, v. 8, n. 2, p. 53-84, 2005.

HANNIGAN, John. A construção social das questões e problemas ambientais. In: HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental**. Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro, 2009.

HANNIGAN, John. Ciência, cientistas e problemas ambientais. In: HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental**. Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro, 2009.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 1, p. 47-87, 2009.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. **Revista Proposta**, v. 71, p. 5-11, 1997.

LIMA, A. Racismo ambiental e injustiça ambiental: o que são? Politize! <https://www.politize.com.br/racismo-e-injustica-ambiental/> Publicado e atualizado em 04 de novembro de 2021.

LOWY, Michael. Ecosocialismo e planejamento democrático. **Crítica Marxista**, n.28, p.35- 50, 2009.

MEDEIROS, Mara Glacénir Lemes de. Natureza e naturezas na construção humana: construindo saberes das relações naturais e sociais. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 8, n. 1, p. 71-82, 2002.

QUIJANO, Aníbal. “Bien Vivir”: entre el “desarrollo” y la Des/Colonialidad del Poder. In: QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder** / Aníbal Quijano; selección a cargo de Danilo Assis Clímaco; con prólogo de Danilo Assis Clímaco. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014.

QUINTAS, José Silva. Gestão Ambiental como mediação de conflitos. In: QUINTAS, José Silva. **Introdução à gestão ambiental pública**. IBAMA, 2005.

TORRESI, Susana I.; PARDINI, Vera L.; FERREIRA, Vitor F. Diálogos da sociedade sobre a biodiversidade brasileira na Rio+ 20. **Química Nova**, v. 35, n. 6, p. 1073-1074, 2012.

VARGAS, Gloria Maria. Conflitos Sociais e Sócio-Ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. **Sociedade & Natureza**, v. 19, n. 2, p. 191-203, 2007.

VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. As resoluções de conflito ambiental na esfera pública brasileira: uma análise crítica. **Confluências Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 9, n. 2, p. 23-50, 2007.

VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 19, 2009.

VILANI, Rodrigo Machado. Legislação e política ambiental no Brasil: as possibilidades do desenvolvimento sustentável e os riscos do retrocesso ambiental. **Revista Brasileira de Pós- Graduação**, v. 10, n. 21, 2014.

WANDERLEY, L. J. **Indícios de Racismo Ambiental na Tragédia de Mariana**: resultados preliminares e nota técnica. Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS). Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, 2015.

Referência aberta

COMPONENTE CURRICULAR: ESPAÇO E PODER

CH: 60h

CR: 4

Ementa: Abordagens teóricas e metodológicas da Geografia Política. A Geografia Política e a Geopolítica. Espaço, poder e território. O processo colonial e perspectiva descolonial. As colonialidades do saber e do poder. O Estado Nacional Moderno e o Nacionalismo. O Imperialismo. O mundo Pós-45. Direito Internacional e os Organismos Internacionais. Compreender as relações entre espaço geográfico e poder na constituição de territórios e territorialidades. Estudo da regionalização do espaço mundial. Os conflitos mundiais contemporâneos e a conformação dos novos territórios de poder. Os atores hegemônicos no cenário político internacional. A realidade socioespacial da América Latina e sua inserção na sociedade global contemporânea.

Bibliografia Básica

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, M. C. de. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Massangana, 1984.

ARANTES, A. A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000.

AYERBE, L. F. **Estados Unidos e América Latina**: a construção da hegemonia. São Paulo: UNESP, 2002.

AZEVEDO, F. L. de N.; MONTEIRO, J. M. **Raízes da América Latina**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.

BECKER, B. K. A Geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 99-126, 1988.

BECKER, B. K. et al. **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1983.

BESSONE, T. M. T.; QUEIROZ, T. A. P. **América Latina**: imagens, imaginação e imaginário. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1997.

CARVALHO, J. R. **Conflitos internacionais num mundo globalizado**: Palestina, Iraque, Venezuela e hegemonia americana. São Paulo: Afla-Ômega, 2003.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, J. de. **Geografia da fome – o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CLAVAL, P. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

CLAVAL, P. **Les espaces de la politique**. Paris: Armand Colin, 2010.

COSTA, W. M. da. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

DEMANT, P. **O mundo muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2004.

DUPAS, G.; VIGEVANI, T. **Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

DURAND, M.-F. et. al. **Atlas da mundialização: compreender o espaço mundial contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2009.

DUSSEL, E. **20 teses de política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ESCOBAR, A. V. **La invención del tercer mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo**. Bogotá: Editorial Norma, 1996.

GEIGER, P. O povo judeu e o espaço. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano III, n. 5, jul./dez. 1998.

HAESBAERT, R. **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. Niterói: EDUFF, 2001.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, R. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010.

HERNANDEZ, L. L. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOLANDA, H. B. de. **Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1999.

HOURANI, A. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LACOSTE, Y. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Paripus, 1988.

LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://www.antropologias.org/rpc/files/downloads/2010/08/Edgardo-Lander-org-AColonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci%C3%AAsncias-sociais-perspectivaslatinoamericanas-LIVRO.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LIMA, M. C. **O lugar da América do Sul na nova ordem mundial**. São Paulo: Cortez, 2001.

LINHARES, M. Y. **O Oriente Médio e o mundo árabe**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAAR, W. L. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MIGNOLO, W. Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. **GEOgraphia**, Niterói, v. 7, n. 13, p. 7-28, 2005. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/177/169>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

MORAES, A. C. R. (org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

PACHECO, Tania. Inequality, environmental injustice, and racism in Brazil: beyond the question of colour. **Development in Practice**, 18(6), 713-725, 2008.

PACHECO, Tania; FAUSTINO, Cristiane. A iniludível e desumana prevalência do racismo ambiental nos conflitos do mapa. In: PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY (orgs.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, pp. 73-114, 2013.

PANIKKAR, K. M. **A dominação ocidental na Ásia**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

PERES, S. **O novo Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Relume-Damará, 1994.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **GEOgraphia**, Niterói, ano VIII, n. 16, p. 41-55, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

READER, J. **África: biografia de um continente**. Lisboa: Europa-América, 2002.

ROMANO, J. O. **Política nas políticas: um olhar sobre a agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009; Seropédica: EDUR, 2009.

SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALEM, H. **O que é a questão palestina**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SÁNCHEZ, J. E. **Geografia política**. Madrid: Editorial Síntesis, 1992.

SANTOS, B. S. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. Conferência... Coimbra: FEUC, 2004. 45 p. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.

SANTOS, B. S. O fim das descobertas imperiais. In: OLIVEIRA, I. B; SGARBI, P. (orgs.). **Redes culturais, diversidade e educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SANTOS, R. E. dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2007.

TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WESSELING, H. I. **Dividir para dominar: a partilha da África - 1880-1914**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

Referência aberta

COMPONENTE CURRICULAR: ÉTICA E JUSTIÇA

CH: 60h

CR: 4

Ementa: Origem da Ética e seu caráter histórico e social. Realização individual e coletiva da Ética. Fundamentação axiológica da Ética. Paradigmas éticos na história da Filosofia (teorias, autores, problemas e obras). Éticas Deontológicas, Éticas Teleológicas e Éticas da

Virtude e da Responsabilidade. Debate contemporâneo sobre o Conceito de Justiça. Implicações éticas da Justiça. Ética, Justiça e Cidadania.

Bibliografia Básica

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômano**. Tradução de Vincenzo Cocco... [et al.], São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)

HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

RAMOSE, Mogobe B. A Filosofia do Ubuntu e Ubuntu como uma Filosofia. In: RAMOSE. **African Philosophy through Ubuntu**. Harare: Mond Books, 1999.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RICHARDS, Dona Marimba. The African Aesthetic and National Consciousness. In: WELSH-ASANTE, Kariamtu (ed.). **The African aesthetic: keeper of the traditions**. London: Praeger, 1994.

MACINTYRE, A. **Depois da Virtude**. Trad. Jussara Simões. Bauru: Edusc, 2001.

Bibliografia Complementar

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros** (Curso no Collège de France: 1982-1983) Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: Entre facticidade e validade**. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Vols. I e II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. Tradução de George Sperber e Paulo Astor Soethe (UFPR). São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HARE, Richard. **Ética: problemas e propostas**. Tradução Mário Mascherpe e Cleide Antonia Rapucci. São Paulo: UNESP, 2003.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Tradução de Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

KANT, Immanuel. **Doutrina do Direito**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Ícone, 1993.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995.

MACINTYRE, Alasdair. **Justiça de quem? Qual racionalidade?** Tradução de Marcelo Marques. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

RAWLS, John. **Justiça e democracia**. Tradução de Irene A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Justiça e direito).

RAWLS, John. **Justiça como equidade: uma reformulação**. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SANDEL, Michael. **Justiça: O que é fazer a coisa certa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

TORRES, João Carlos Brum (org). **Manual de ética: questões de ética teórica e aplicada**. Petrópolis: Vozes, Educs, BNDES, 2014.

VAZ, H. C. de Lima. **Escritos de Filosofia II: Ética e Cultura**, São Paulo: Loyola, 1988.

VAZ, H. C. de Lima. **Escritos de Filosofia IV: Introdução à Ética Filosófica I**, São Paulo: Loyola, 1999.

Referência aberta

COMPONENTE CURRICULAR: GOVERNANÇA PÚBLICA E DEMOCRACIA	
CH: 60h	CR: 4
Ementa: Estado e ação política. Teoria democrática: Weberiana, Mínima, Pluralismo, Neopluralismo, Deliberativa. Democracia no Brasil. Teoria burocrática: paradigmas de Administração Pública: Patrimonial, Burocrático, Gerencial, Governança Pública. Burocracia no Brasil: histórico e teorias explicativas.	
Bibliografia Básica	
HELD, David. Modelos de democracia . Belo Horizonte: Editora Paideia, 1987.	
LOUREIRO, Maria Rita, ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia (orgs.). Burocracia e Política no Brasil: Desafios para o Estado democrático no século XXI . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.	
WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações . São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.	
Bibliografia Complementar	
ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. Revista de Administração Pública . Rio de Janeiro Edição Especial Comemorativa 67-86, 1967-2007, jun. 2007	
BENDIX, Reinhardt. Construção nacional e cidadania: estudos da nossa ordem social em mudança . São Paulo: Edusp, 1996.	
BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (orgs.). Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial . Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.	
EVANS, Peter; RAUNCH, James E.. Burocracia e crescimento: uma análise internacional dos efeitos das estruturas do Estado “weberiano” sobre o crescimento econômico. Revista do Serviço Público , Vol. 65, no. 4, 2014.	
FUKUYAMA, Francis. O que é Governança? Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions , Vol.26, No. 3, pp.347-368, July 2013.	
GOMIDE, Alexandre de Ávila; BOSCHI, Renato Raul (eds.). Capacidades Estatais em Países Emergentes: o Brasil em perspectiva comparada . Rio de Janeiro: IPEA, 2016.	
Referência aberta	
COMPONENTE CURRICULAR: PESQUISA QUALITATIVA EM POLÍTICAS PÚBLICAS	
CH: 60h	CR: 4
Ementa: Pesquisa e métodos qualitativos. A pesquisa qualitativa nas ciências humanas aplicável às políticas públicas. Técnicas de coleta e análise de dados.	
Bibliografia Básica	
CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais . Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.	
DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecilia de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade . Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.	
OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa . 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.	
Bibliografia Complementar	
ECO, Umberto. Como se faz uma tese . São Paulo, SP: Perspectiva, 2010.	
FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa . Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.	
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica . 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.	
MINAYO, Maria Cecilia de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. Caminhos do pensamento: epistemologia e método . Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2002.	

POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.	
Referência aberta	
COMPONENTE CURRICULAR: PESQUISA QUANTITATIVA EM POLÍTICAS PÚBLICAS	
CH: 60h	CR: 4
Ementa: Introdução a estatística. O método estatístico. Tipos de variáveis. Distribuição de frequência. Medidas de posição. Medidas de dispersão. Uso de indicadores. Discussão de artigos da área.	
Bibliografia Básica	
BABBIE, Earl. Métodos de Pesquisas de Survey. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.	
LEVIN, Jack. Estatística aplicada às Ciências Humanas. Harbra, 1987.	
BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. 4ª Ed. Florianópolis: Editora da IFSC, 2001.	
LARSON, Ron; FARBER, Betsy. Estatística aplicada. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.	
Bibliografia Complementar	
BARBOSA, D. R.; MILONE, G. Estatística aplicada ao turismo e hotelaria. Rio de Janeiro: Thomson Learning, 2004.	
GOODE, William; HATT, Paul K. Métodos em Pesquisa Social. São Paulo: Editora Nacional, 1979.	
KMENTA, Jan. Elementos de Econometria. Teoria Estatística Básica. Volume 1. São Paulo: Atlas, 1988.	
JANUZZI, Paulo M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2003.	
STEVENSON, William J. Estatística: aplicada às ciências sociais. São Paulo: Harbra, 2001.	
Referência aberta	
COMPONENTE CURRICULAR: ESTRUTURA DE CLASSES, ESTRATIFICAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIAL	
CH: 60h	CR: 4
Ementa: Estudo das correntes teóricas dedicadas à compreensão dos fenômenos de diferenciação social, da constituição das classes e camadas sociais. Abordagem das diferentes configurações históricas de estratificação em sociedades complexas.	
Bibliografia Básica	
GERTH, Hans; WRIGHT MILLS, Charles. Caráter e Estrutura Social: a psicologia das instituições sociais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1973.	
WRIGHT MILLS, Charles. A Nova Classe Média. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.	
BOUDON, Raymond. A Desigualdade das Oportunidades. Brasília: UNB, 1981.	
BARBOSA, Livia. Igualdade e Meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas. Rio de Janeiro: FGV. 2001.	
PARKIN, Frank. “Estratificação Social”. In: BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. História da Análise Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.	
PRIESTLAND, David. Uma Nova História do Poder: Comerciante, Guerreiro, Sábio. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.	
Bibliografia Complementar	

BOTTOMORE, Tom. **As Classes na Sociedade Moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BLAU, Peter (org.). **Introdução ao Estudo da Estrutura Social**. Zahar, 1977.

GERTH, Hans; WRIGHT MILLS, Charles. **Max Weber: Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

IANNI, Otávio. **Teorias de Estratificação Social: leituras de sociologia**. São Paulo. Editora Nacional, 1972.

MAYER, Kurt. **Classe e Sociedade**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1967.

GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

GIDDENS, Anthony. **A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

VELHO, Otávio G.; PALMEIRA, Moacir; BERTELLI, Antonio. **Estrutura de Classes e Estratificação Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WRIGHT MILLS, Charles. **A Elite do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

Referência aberta

COMPONENTE CURRICULAR: SOCIOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES

CH: 60h

CR: 4

Ementa: Bases teóricas da sociologia das organizações visando à compreensão do fenômeno organizacional na sociedade moderna, abordando temas como racionalidade, tecnologia, poder, grupos de pressão e burocracia.

Bibliografia Básica

ANDERSON, Walfred; PARKER, Frederick. "Organizações: as Estruturas Promotoras de Interesses". In: **Uma Introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

MARCH, James; SIMON, Herbert. **Teoria das Organizações**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975.

ETZIONI, Amitai. **Organizações Modernas**. São Paulo: Pioneira, 1976.

MERTON, Robert. Estrutura Burocrática e Personalidade. In: MERTON, Robert. **Teoria e Estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MERTON, Robert. Papel Intelectual na Burocracia Pública. In: MERTON, Robert. **Teoria e Estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

PEREIRA, Luiz; SPINK, Peter (orgs.). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998

SIMON, Herbert. **Comportamento Administrativo: Estudo dos Processos Decisórios nas Organizações Administrativas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1970.

TURNER, Jonathan. Grupos e Organizações. In: TURNER, Jonathan. **Sociologia: conceitos e aplicações**. São Paulo: Makron Books, 1999.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora da UNB, 1994.

Bibliografia Complementar

CAMPOS, Edmundo. (org.). **Sociologia da Burocracia**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CHINOY, Ely. Burocracia. In: CHINOY, Ely. **Sociedade: uma introdução à Sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1993.

CROZIER, Michel. **O Fenômeno Burocrático**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

GIDDENS, Anthony. **A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MOTTA, Fernando; PEREIRA, Luiz. **Introdução à Organização Burocrática**. São Paulo: Editora Brasiliense.

PERROW, C. **Análise organizacional: Um Enfoque Sociológico**. São Paulo: Ed. Atlas 1972.

PRATES, A. A. P. Burocratização e Controle Organizacional: O Contexto da grande empresa industrial. Notas Preliminares. **Revista de Administração Pública –RAP – FGV**, no. 2, vol 15, 1981.

PRATES, Antônio. Administração Pública e Burocracia. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio (orgs.). **Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução**. São Paulo: Fundação Unesp, 2004, pp. 109-121.

WEBER, Max. Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída. In: WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia e Outros Escritos**. São Paulo: Editora Abril, 1974, pp. 7-92 (Coleção Os Pensadores).

Referência aberta

COMPONENTE CURRICULAR: TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA

CH: 60h

CR: 4

Ementa: Perspectivas teóricas e metodológicas do pensamento social clássico e contemporâneo. Principais correntes do pensamento social que analisaram a emergência da modernidade.

Bibliografia Básica

BERRY, David. **Ideias Centrais em Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976,

BOUDON, Raymond. **O Justo e o Verdadeiro: estudos sobre a Objectividade dos Valores e do Conhecimento**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

COHEN, Percy. **Teoria Social Moderna**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

GIDDENS, Anthony. **Política, Sociologia e Teoria Social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

ELSTER, Jon. **Peças e Engrenagens das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

LEVINE, Donald. **Visões da Tradição Sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

Bibliografia Complementar

ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008.

ARON, Raymond. **Dezoito Lições sobre a Sociedade Industrial**. Martins Fontes/UNB, 1981.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BERGER, Peter L. **Perspectivas Sociológicas: uma Visão Humanística**. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

BOTTOMORE, T. B.; NISBET, Robert A. **História da Análise Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

INKELES, Alex. **O que é Sociologia**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1980.

MERTON, Robert King. Sociologia: Teoria e Estrutura . São Paulo: Mestre Jou, 1970.	
RUNCIMAN, Walter Garry. A Teoria das Seleções Cultural e Social . Petrópolis: Editora Vozes. 2018.	
Referência aberta	
COMPONENTE CURRICULAR: PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS	
CH: 60h	CR: 4
Ementa: Planejamento governamental como instrumento de gestão pública e investimento. Métodos de planejamento: Planejamento participativo, planejamento físico-territorial, planejamento estratégico, planejamento situacional, planejamento comunicativo, outros. Planejamento como processo. Planos, programas e projetos. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental.	
Bibliografia Básica	
FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. Planejamento estratégico na prática . São Paulo: Atlas, 1995.	
GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. (orgs.). Planejamento e Orçamento governamental . Coletânea. Brasília: ENAP, 2006.	
MATUS Carlos. O método PES . São Paulo: Fundap, 1995.	
MATUS Carlos. Adeus senhor presidente: governantes governados . São Paulo: Fundap, 1996.	
OLIVEIRA, Djalma de P. R. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas . São Paulo: Atlas, 1988.	
MINTZBERG, Henry. Ascensão e Queda do Planejamento Estratégico . Porto Alegre: Bookman, 2004.	
Bibliografia Complementar	
ALVES, E. L. G.; LIMA, M. de A. Crise e planejamento estratégico-situacional. São Paulo em Perspectiva . vol. 5, nº 4, outubro/dezembro de 1991. Disponível em: < http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v05n04/v05n04_06.pdf >.	
ARMANI, Domingos. Como Elaborar Projetos? Guia prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo, 2003.	
BROSE, Markus (org.). Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos . Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.	
MATUS, Carlos. Política planejamento e governo . Brasília: IPEA, 1996.	
OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. RAP , Rio de Janeiro, n. 40, v. 1, p. 273-88, mar/abr, 2006.	
DE TONI, Jackson. Planejamento e Elaboração de Projetos: um desafio para a gestão no setor público . Porto Alegre, 2003.	
Referência aberta	
COMPONENTE CURRICULAR: PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	
CH: 60h	CR: 4
Ementa: Planejamento Urbano. O planejamento urbano e as críticas marxistas e neoliberais. O planejamento urbano no Brasil. O Estado e a produção do espaço urbano no Brasil. As práticas recentes de planejamento urbano no Brasil. Políticas urbanas habitacionais, ambientais e de mobilidade. Planejamento urbano e os desafios da governança regional e metropolitana; Planejamento urbano no contexto das mudanças ambientais globais; Plano Diretor, zoneamento municipal e desenvolvimento local; Técnicas e recursos metodológicos no Planejamento; Planejamento urbano e mecanismos de participação popular.	
Bibliografia Básica	

DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2010.

MARICATO, E. **Habitação e cidade**. 7. ed. São Paulo: Atual, 2004.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade** – uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Bibliografia Complementar

MONTE-MÓR, R. L. M. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, C. C.; CROCCO, M. (Ed.). **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 61-85. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT2308201001849.PDF>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVEIRA, M. R.; COCCO, R. G. Transporte público, mobilidade e planejamento urbano: contradições essenciais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 41-53, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v27n79/v27n79a04.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

VIEIRA R. et. al. Participação popular no processo de planejamento urbano: a universidade como “decodificadora” de um sistema de muitos códigos. **URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 115-30, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/urbe/v5n2/a10v5n2.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

VILLAÇA, F. **Perspectivas do planejamento urbano no Brasil de hoje**. Campo Grande: [s.n.], jun. 2000. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/campo_gde.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2016.

Referência aberta

COMPONENTE CURRICULAR: MIGRAÇÃO E DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS

CH: 60h

CR: 4

Ementa: A disciplina propõe tratar questões referentes à migrações internacionais como um campo multidisciplinar e relacionado às políticas públicas. O objetivo é debater o lugar desta questão e suas implicações no cenário da política brasileira atual. Com isso, pretende-se refletir como o Estado brasileiro vem atuando frente aos fluxos migratórios do país, bem como, entre os estados federados e como isso implica economicamente, socialmente e as mudanças de políticas federais e estaduais.

Bibliografia Básica

FAUSTO, Boris. **Negócios e Ócios**. Histórias da Imigração. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FREITAS, P. T. D. **Imigração e Experiência Social** - o circuito de subcontratação transnacional de força-de- trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo. (Mestrado) - Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FUSCO, W. **Capital cordial**: a reciprocidade entre os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos. (Doutorado) - Departamento de Demografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

FUSCO, W. **Redes sociais na migração internacional**: o caso de Governador Valadares. (Mestrado) - Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MOULIN, Carolina. Os direitos humanos dos humanos sem direitos: refugiados e a política do protesto. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. vol. 26, n. 76, pp. 145- 155, 2011. ISSN 0102-6909. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092011000200008>)

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**. [online] vol.19, n.3, pp. 23-33, 2005. (<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392005000300002>)

REIS, Rossana R. A Política do Brasil para as Migrações Internacionais. **Contexto Internacional**, vol. 33, n.1, janeiro/junho 2011. (<http://contextointernacional.iri.pucrio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=545&sid=75>)

SALES, Teresa. **Brasileiros Longe de Casa**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1999.

TRUZZI, Oswaldo. **De Mascates a Doutores: Sírios e Libaneses em São Paulo**. São Paulo: Fapesp/Editora Sumaré, 1992.

Bibliografia Complementar

ASSIS, Gláucia de O. **De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros**. (Doutorado). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

BAENINGER, Rosana. São Paulo e suas migrações no final do século 20. **São Paulo em Perspectiva** [online]. vol.19, n.3, pp. 84-96, 2005. (<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392005000300008>)

DOMINGUES, D. T. **Dos Estados Unidos da América para Governador Valadares: conexões e desconexões**. (Mestrado). Departamento de Sociologia Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

FAUSTO, Boris. **Historiografia da Imigração para São Paulo**. São Paulo: Fapesp/Editora Sumaré, 1991.

FAUSTO, Boris; TRUZZI, Oswaldo; GRÜN, Roberto; SAKURAI, Célia. **Imigração e Política em São Paulo**. São Paulo: Fapesp/Editora Sumaré/Editora da UFSCar, 1995.

FELDMAN-BIANCO, B. Imigração, Confrontos Culturais e (Re)construções de Identidade Feminina: O caso das intermediárias culturais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 65-83, 1997.

FELDMAN-BIANCO, B. Immigration, Cultural Constestations and the Reconfiguration of Identities. **Journal Of Latin American Anthropology**, Estados Unidos, v. 4, n. 2, p. 126-141, 2000.

PARK, Robert. Human Migration and the Marginal Man. **The American Journal of Sociology**, Vol. 33, No. 6, pp. 881-893, 1928.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

REIS, Rossana R. Migrações: casos norte-americano e francês. **Estudos avançados**. [online]. vol.20, n.57, pp. 59-74, 2006. (<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000200006>)

SASAKI, E. M. **O jogo da diferença: a experiência identitária no movimento Dekassegui**. (Mestrado) - Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

TRUZZI, Oswaldo. Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo. **Revista Estudo Históricas**, 28, 2001, CPDOC/FGV.

Referência aberta

COMPONENTE CURRICULAR: PSICOLOGIA E COMPROMISSO SOCIAL

CH: 60h

CR: 4

Ementa: Contribuições da Psicologia Contemporânea para o debate sobre os problemas sociais e as potencialidades de realidades latino americanas, numa ruptura com o olhar

positivista e eurocentrado. Temas atuais sobre o compromisso social da Psicologia, como por exemplo: Brasil como sociedade desigual e as lutas pela transformação social, violência, gênero, racismo, sexismo, religiosidade/religião, educação, mídia e poder, identidade e formação humana, narrativa e memória, escuta e intervenções psicossociais.

Bibliografia Básica

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011. 167 p.

CANIATO, A. M. P.; TOMANIK, E. A. (orgs). **Compromisso social da psicologia**. Porto Alegre: Abrapsosul, 2001.

AMATUZZI, M. M. **Por uma psicologia humana**. Campinas: Alínea, 2001.

GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra; DUVEEN, Gerard. **Textos em representações sociais**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 262 p. (Psicologia social).

Bibliografia Complementar

BOSI, E. **O tempo vivo na memória**: ensaios de psicologia social. 3. ed. São Paulo, SP: Ateliê Editorial, 2013.

CAMPOS, R. H. F. **Psicologia social comunitária**: da solidariedade à autonomia. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SAWAIA, Bader Burihan (org.). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2006. 168 p.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo, SP: M. Fontes, 2007. 182 p. (Psicologia e pedagogia).

MOREIRA, Antonia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de (orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia, GO: AB, 2000. xvii, 307 p.

Referência aberta

COMPONENTE CURRICULAR: ESTADO E PENSAMENTO CRÍTICO

CH: 60h

CR: 4

Ementa: O Estado como estrutura das condições gerais de produção e a divisão social do trabalho. A questão ideológica – relação da dominação de classes, aparato político estatal, economia. A formação hegemônica do Estado: regimes políticos, monopólio militar, forma e metabolismo social a partir da atuação estatal. Relações sociais de produção e exploração e a formação do Direito, da Lei, do Estado. O pensamento estatal e o pensamento social. Pensamento crítico e suas origens. Lutas políticas para o domínio do Estado.

Bibliografia Básica

ARISTÓTELES. **A Política**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Tradução de Bernardo Frey. Porto: Portugal: Edições Afrontamento, 1975. (INVESTIGAÇÕES DE ANTROPOLOGIA POLÍTICA)

FAUSTO, Ruy. **Marx: Lógica e política**: investigações para uma reconstituição do sentido da dialética. Tomo II, Capítulo IV. São Paulo Editora Brasiliense, 1987.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. Tradução Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Clássicos)

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos)

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria geral do direito e marxismo**. Tradução de Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo Editora, 2017.

PLATÃO. A República. **Introdução**. Tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. 7. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.

Bibliografia Complementar

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor. W. Indústria cultural e sociedade. In **Crítica cultural e sociedade**. Traduzido por Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida, 5ª. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2009.

BERNARDO, João. **Capital, sindicatos e gestores**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HOBBS DE MALMESBURY, Thomas. **Leviatã** ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os Pensadores)

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. Tradução Uchoa Leite, São Paulo: Centauro, 2002.

KURZ, Robert. A luta pela verdade: Notas sobre o mandamento pós-moderno de relativismo na teoria crítica da sociedade - Um fragmento. Tradução de Boaventura Antunes. **EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria**, nº 12 (11/2014), ISBN 978-3-89502-374-3, 192 p., 13, março de 2015, disponível em <http://obeco.no.sapo.pt/rkurz411.htm>, acesso em 15/jun/2015.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**: da derrota do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 6ª. ed.. Tradução de Karen Elsabe Barbosa, São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MACHIAVELLI, Nocoló. **O príncipe**. Escritos políticos. Tradução de Lívio Xavier. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores)

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. 4. ed. Tradução de Giasone Rebuá, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARX, Karl. **A sagrada família**, ou, a crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes. Tradução Marcelo Backes, São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels)

PINSKY, Jaime. **Modos de produção na antiguidade**. 2ª. ed, São Paulo: Global, 1984.

Referência aberta

COMPONENTE CURRICULAR: CONFLITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

CH: 60h

CR: 4

Ementa: Democracia, participação social e movimentos sociais. Teoria dos movimentos sociais. Desenvolvimento de movimentos sociais no Brasil e na América Latina. Democratização e sociedade civil organizada. Movimentos urbanos e rurais. Gênero, meio ambiente, etnia, raça, religião e sexualidade. Controle social e políticas públicas.

Bibliografia Básica

AVRITZER, Leonardo. **Um desenho institucional para o novo associativismo**. Lua Nova, nº 39. 1997.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Bibliografia Complementar

AVRITZER, Leonardo (org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

BERGER, P. L.; HUNTINGTON, S. P. **Muitas Globalizações**. Diversidade Cultural no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

GOHN, Maria G. **Novas teorias dos Movimentos sociais**. São Paulo, Loyola, 2008.

GOHN, Maria G. **Manifestações e protestos no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2017.

FREIRE, Silene (org.). **Direitos Humanos e a Questão Social na América Latina**. Rio de Janeiro: Gramma, 2009.

HABERMAS, Jurgen. **A Inclusão do Outro**. Estudos de Teoria Política. SP, Loyola, 2002.

SORJ, Bernardo (et al.). **Economia e Movimentos Sociais na América latina**. Rio de Janeiro, 2008.

Referência aberta

COMPONENTE CURRICULAR: SOCIALIZAÇÃO E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

CH: 60h

CR: 4

Ementa: Cultura, contextos sociais, relações, formas de poder, e seus impactos na constituição e/ou produção de subjetividades. Temas contemporâneos sobre socialização e processos de subjetivação, como por exemplo: relações autoritárias, patriarcais, marcas societárias da supremacia branca cristã e os desafios sociais de construirmos relações sociais democráticas; processos civilizatórios e culturais; pessoa como ser de relações e sujeito da comunidade e da cultura; intersubjetividade e formação da comunidade.

Bibliografia Básica

JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. (Coleção Psicologia Social).

GONZÁLEZ REY, F. L. **Sujeito e subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MASSIMI, M. (org.). **Psicologia, cultura e história**: perspectivas em diálogo. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2012.

MOREIRA, Antonia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de (org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia, GO: AB, 2000. xvii, 307 p.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo, SP: M. Fontes, 2007. 182 p. (Psicologia e pedagogia).

Bibliografia Complementar

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Univesitária, 2010.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo na memória**: ensaios de psicologia social. 3. ed. São Paulo, SP: Ateliê Editorial, 2013. 219 p.

LEITE, R. V. **Pesquisa fenomenológica de um encontro intercultural**: a experiência de crianças da comunidade tradicional de Morro Vermelho. Curitiba: Appris, 2016.

RESENDE, Anita C. Azevedo. **Para a crítica da subjetividade reificada**. Goiânia, GO: UFG, 2009. 150 p. (Coleção Critérios).

SAWAIA, Bader Burihan (org.). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2006. 168 p.

Referência aberta	
COMPONENTE CURRICULAR: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	
CH: 60h	CR: 4
<p>Ementa: Libras, Língua oficial e natural da comunidade surda brasileira. Organização e estruturação da Língua de Sinais. Estratégias contextualizadas de comunicação visual. História da Educação de Surdos, e principais abordagens educacionais. Legislação brasileira e referências legais no campo da surdez. Aquisição de linguagem, alfabetização, letramento e português como segunda língua para surdos. Estratégias didático-pedagógicas e perfil dos profissionais da área da surdez. Aspectos fisiológicos da surdez. Especificidades socioculturais e identitárias do povo surdo.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p> <p>CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: EDUSP, 2001. v.1, v.2.</p> <p>FELIPE, Tanya A; MONTEIRO, Myrna S. Libras em Contexto: curso básico, livro do Estudante – Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC: SEESP, 2007. Disponível para download na página: www.scribd.com/doc/95562107/Livro-Estudante-2007.</p> <p>GESSER, A. Libras? Que Língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>QUADROS, R. M. de. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa/Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004.</p> <p>ROCHA, Solange Maria da. O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Rio de Janeiro: INES, 2007. 140 p., il.</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>ALBRES, Neiva de Aquino; NEVES, Sylvia Lia Grespan. De Sinal em Sinal: comunicação em LIBRAS para aperfeiçoamento do ensino dos componentes curriculares. 1ª edição – São Paulo SP, 2008.</p> <p>BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.</p> <p>GOLDFELD, Marcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2. ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.</p> <p>SKLIAR, C. (org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.</p> <p>THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (orgs). A Invenção da Surdez: Cultura, alteridade, Identidade e Diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.</p>	
Referência aberta	
COMPONENTE CURRICULAR: COMUNIDADES E ALTERMUNDISMO	
CH: 60h	CR: 4
<p>Ementa: Movimento Contra-hegemônico; Movimento Antissistêmico; Movimento Altermundista; Fórum Social Mundial; Desierarquização Social; Crise Energética e Climática; G8/G20; Apartheid global; Desocidentalização; Comunidades Quilombolas; Comunidades Indígenas; Comunidades de Terreiro; Comunidade de Pescadores Artesanais; Comunidades Geraizeiras; Comunidades Veredeiras; Comunidades Vazanteiras; Comunidades de Apanhadores de Flores Sempre-vivas; Comunidades Ciganas; Comunidades de Faiscadores.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p>	

ALMEIDA, L.S.B.; RODRIGUES, M. I. A.; SILVEIRA, R. M. C.; MELO, C. M. O. (orgs.). **Contribuições do Campo de Públicas: um olhar sobre a democracia no século XXI e os desafios para a gestão pública.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2020.

AMIN, Samir; HOUTART, François. (orgs.). **Mundialização das resistências: o estado das lutas.** São Paulo: Cortez, 2003.

COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS (CIMOS) - MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS (MPMG) (Orgs.) **Direito dos povos e comunidades tradicionais.** S/A.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fórum Social Mundial: manual de uso.** São Paulo: Cortez, 2005.

SAAVEDRA ALVAREZ, Yuria. El sistema africano de derechos humanos y de los pueblos. Prolegómenos. **Anu. Mex. Der. Inter,** Ciudad de México, v. 8, p. 671-712, enero 2008.

Bibliografia Complementar

CASTORIADIS, Cornelius. **O mundo fragmentado.** As encruzilhadas do labirinto, v. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1992.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2016.

MILLÁN, Mária. **Modernidades alternativas.** Cidade do México: Facultad de Ciencias Políticas y Sociales UNAM, Ediciones del Lirio, 2017, p. 377-417.

MILLÁN, Mária; LOHMAN, Huáscar Salazar. Reproducción comunitaria de la vida: pensando la trans-formación social en el presente. **El Apantle: revista de estudios comunitarios.** Puebla, n. 1, p. 15-50, out. 2015.

HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis. El apartheid global. Desarrollo y subdesarrollo tras la globalización. Maracaibo: FACES/LUZ, abr./jun. 2012. **Revista de Ciencias Sociales - RCS** 18, 2, p. 216-226.

Referência aberta

COMPONENTE CURRICULAR: QUESTÕES URBANAS

CH: 60h

CR: 4

Ementa: Conceito de urbano, complexidade do processo de urbanização. Processos de gentrificação e periferização. Política Urbana, Estatuto das Cidades, paradigmas do planejamento urbano.

Bibliografia Básica

JACOBS, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades.** 3º Ed. São Paulo: Editora WMF Martim Fontes, 2011.

MASCARÓ, J. **Custos de infra-estrutura: um ponto de partida para o desenho econômico urbano** Tese de Livre-docência em Urbanismo. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1979.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006. (Texto para discussão ; 281)

Bibliografia Complementar

BRASIL. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto das Cidades).

BEATO, Cláudio. **Crime e Cidades.** Dissertação apresentada ao concurso de Professor Titular do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG. 2010

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros.** Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, 2000.

<p>FURTADO, C. R.. Gentrificação e (re)estuturação urbana no Brasil: o caso de Porto Alegre: 1965-1995. Tese de doutorado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.</p> <p>VELHO, Gilberto; MACHADO, Luiz Antônio. Organização Social do Meio Urbano. Anuário Antropológico, 1976.</p>	
<p>Referência aberta</p>	
<p>COMPONENTE CURRICULAR: OFICINA DE LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO ACADÊMICO</p>	
<p>CH: 60h</p>	<p>CR: 4</p>
<p>Ementa: Organização, análise e interpretação de textos de natureza técnica científica e/ou acadêmico. Uso da linguagem formal/científica na produção de textos. Formas básicas de citação. Regras básicas da ABNT para produção de textos científicos. Gêneros técnicos, científicos e/ou acadêmicos: resumo, resenha, relatório e artigo científico.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002a.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002b.</p> <p>MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção iexiual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.</p> <p>SILVA, L. M.; CRUZ, R. M.; LEAL, L. A. S. Manual de Normalização da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. 2ªed. Diamantina: UFVJM, 2016. Disponível em:<http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/936/10/manual_normalizacao_2016.pdf>. Acesso em 25 abr 2018.</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: informação e documentação: publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6024: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2012. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2012.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6032: informação e documentação: abreviação de títulos de periódicos. Rio de Janeiro, 1989a.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6033: ordem alfabética. Rio de Janeiro, 1989.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6034: informação e documentação: índice: apresentação. Rio de Janeiro, 2004.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12225: informação e documentação: lombada: apresentação. Rio de Janeiro, 2004.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.</p>	

3º ao 7º Período	
COMPONENTE CURRICULAR: TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS - TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	
CH: 60h	CR: 4
Ementa: Discussão teórica sobre as Políticas Públicas concernentes ao Trabalho e ao Empreendedorismo. A bibliografia será composta de acordo com a oferta docente a cada semestre.	
Bibliografia Básica	
BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil . Brasília, DF, Senado, 1998.	
BRASIL. DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm . Acessado em: 22/04/2018.	
BRASIL. LEI N.º 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm#art1 . Acessado em: 22/04/2018.	
Bibliografia Complementar	
BRASIL. LEI Nº 10.208, DE 23 DE MARÇO DE 2001. Acresce dispositivos à Lei no 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao seguro-desemprego. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10208.htm . Acessado em: 22/04/2018.	
BRASIL. LEI Nº 13.636, DE 20 DE MARÇO DE 2018. Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); e revoga dispositivos das Leis nos 11.110, de 25 de abril de 2005, e 10.735, de 11 de setembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13636.htm#art8 . Acessado em: 22/04/2018.	
BRASIL. Plano nacional de Economia Solidária 2015-2019. Brasília 2015. Disponível em: http://trabalho.gov.br/images/Documentos/EconomiaSolidaria/PlanoNacionalEcoSol.pdf .> Acessado em: 22/04/2018.	
WAJNMAN, Simone; MACHADO, Ana Flavia. Mercado de trabalho: uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil . Belo Horizonte: UFMG, 2003.	
POCHMANN, Márcio. O emprego na Globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil Escolheu . Boitempo Editorial. 1º edição. São Paulo, 2001.	
Referência aberta	
COMPONENTE CURRICULAR: TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS – SAÚDE	
CH: 60h	CR: 4
Ementa: Discussão teórica sobre as Políticas Públicas concernentes à saúde. A bibliografia será composta de acordo com a oferta docente a cada semestre.	
Bibliografia Básica	

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080_190990.htm. Acessado em: 22/04/2018.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080_190990.htm. Acessado em: 22/04/2018.

Bibliografia Complementar

BRASIL. LEI Nº 9.836, DE 23 DE SETEMBRO DE 1999. Acrescenta dispositivos à Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19836.htm. Acessado em: 24/04/2018.

BRASIL. LEI Nº 10.424, DE 15 DE ABRIL DE 2002. Acrescenta capítulo e artigo à Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento de serviços correspondentes e dá outras providências, regulamentando a assistência domiciliar no Sistema Único de Saúde. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110424.htm. Acessado em: 24/04/2018.

BRASIL. LEI Nº 12.466, DE 24 DE AGOSTO DE 2011. Acrescenta arts. 14-A e 14-B à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para dispor sobre as comissões intergestores do Sistema Único de Saúde (SUS), o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e suas respectivas composições, e dar outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12466.htm. Acessado em: 22/04/2018.

BRASIL. LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 13 DE JANEIRO DE 2012. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/LCP/Lcp141.htm. Acessado em: 22/04/2018.

BRASIL. DECRETO Nº 7.507, DE 27 DE JUNHO DE 2011. Dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7507.htm. Acessado em: 22/04/2018.

Referência aberta	
COMPONENTE CURRICULAR: TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS – ASSISTÊNCIA SOCIAL	
CH: 60h	CR: 4
Ementa: Discussão teórica sobre as Políticas Públicas concernentes à Assistência Social. A bibliografia será composta de acordo com a oferta docente a cada semestre.	
Bibliografia Básica	
BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil . Brasília, DF, Senado, 1998.	
BRASIL. LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm . Acessado em: 22/04/2018.	
BRASIL. Lei n.º 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm . Acessado em: 22/04/2018.	
Bibliografia Complementar	
BRASIL. Decreto Nº 7.234, de 19 de Julho de 2010. Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm . Acessado em: 22/04/2018.	
IPEA. Políticas sociais: acompanhamento e análise, v. 1 - (jun. 2000 -). – Brasília: Ipea, 2000. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/20170519_bps24.pdf . Acessado em: 22/04/2018.	
YASBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Revista Serviço Social e Sociedade . Ano XXXIII, n. 110, São Paulo: Cortez. Abril de 2012.	
BARTHOLLO, Leticia; MOSTAFA, Joana; OSORIO, Rafael Guerreiro. Integração de registros administrativos para políticas de proteção social: contribuições a partir da experiência brasileira. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro: Ipea, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2376.pdf . Acessado em: 22/04/2018.	
JACCOUD, Luciana; MESQUITA Ana Cleusa; PAIVA, Andrea Barreto de. O benefício de prestação continuada na reforma da previdência: contribuições para o debate. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro: Ipea , 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2301.pdf . Acessado em: 22/04/2018.	
Referência aberta	
COMPONENTE CURRICULAR: TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS – CULTURA	
CH: 60h	CR: 4
Ementa: Discussão teórica sobre as Políticas Públicas concernentes à cultura. A bibliografia será composta de acordo com a oferta docente a cada semestre.	
Bibliografia Básica	
BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil . Brasília, DF, Senado, 1998.	

BRASIL. Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm>.

CARDOSO JR. J. C.; CUNHA, A. S (orgs.). **Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas**. Brasília: Ipea. 2015.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Lei 13.018, de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113018.htm>.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 123/2011, 13 de dezembro de 2011. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 dezembro 2011. Seção 1, p. 12. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=14/12/2011&jornal=1&pagina=12&totalArquivos=192>>.

BRASIL. Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12351.htm>.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012. Acrescenta o art. 216-A à Constituição para instituir o Sistema Nacional de Cultura. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc71.htm>.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Políticas Culturais. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. 3ª ed. Brasília: Ministério da Cultura. 2013.

Referência aberta

COMPONENTE CURRICULAR: TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS – DESENVOLVIMENTO

CH: 60h

CR: 4

Ementa: Discussão teórica sobre as Políticas Públicas concernentes ao Desenvolvimento. A bibliografia será composta de acordo com a oferta docente a cada semestre.

Bibliografia Básica

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Lei 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4320.htm>.

CARDOSO JR. J. C.; CUNHA, A. S (orgs.). **Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas**. Brasília: Ipea. 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170510_desenvolvimento_humano_para_alem_das_medias.pdf>.

Bibliografia Complementar

IPEA. Erradicando a pobreza e promovendo a prosperidade em um mundo em mudança: Subsídios ao acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2018. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180308_ODS_erradicacao_da_pobreza.pdf>.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FONSECA, P. **Desenvolvimentismo**: a construção do Conceito. Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro. Brasília: IPEA. 2014.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. Coleção "os Economistas". Ed. Abril Cultura. São Paulo. 1983.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974.

Referência aberta

COMPONENTE CURRICULAR: TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS – AÇÕES AFIRMATIVAS

CH: 60h

CR: 4

Ementa: Discussão teórica sobre as Políticas Públicas concernentes às Ações Afirmativas. A bibliografia será composta de acordo com a oferta docente a cada semestre.

Bibliografia Básica

BRASIL. LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716 de 05 de janeiro de 1989; 9.029 de 13 de abril de 1995; 7.347 de 24 de julho de 1985 e 10.778 de 24 de novembro de 2003.

BRASIL. LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro- Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL. LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

BRASIL. DECRETO Nº 7.824, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012. Regulamenta a Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Bibliografia Complementar

SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação : UNESCO, 2005.

GASPAR, Lúcia; BARBOSA, Virgínia. **Ações afirmativas e cotas no Brasil**. Recife, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 2003.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade**: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Imprensa: Rio de Janeiro, Renovar, 2001.

PIOVESAN, Flávia. "Ações afirmativas no Brasil: Desafios e perspectivas". **Revista Estudos Feministas** [online]. 2008, v. 16, n. 3 [Acessado 18 Outubro 2022] , pp. 887-896.

SILVA, B. R. "Políticas Afirmativas nos Institutos Federais: um estudo sobre Teses/Dissertações". **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 22, p. e11720, 2022.

Referência aberta

COMPONENTE CURRICULAR: TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS – PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO POPULAR	
CH: 60h	CR: 4
Ementa: Discussão teórica sobre as Políticas Públicas concernentes à Participação e Mobilização Popular. A bibliografia será composta de acordo com a oferta docente a cada semestre.	
Bibliografia Básica	
PUTNAM, Robert. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, FGV, 1996.	
PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.	
LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. Revista Brasileira de Ciências Sociais , São Paulo, V. 29, N. 85, Junho 2014.	
Bibliografia Complementar	
RODRIGUES, Alberto Tosi. Democracia e Mobilização Social: participação autônoma e instituições políticas na transição brasileira. Revista de Sociologia e Política , nº 12, 99-119, junho de 1999.	
SCHERER-WARREN, I. "Das mobilizações às redes de movimentos sociais". Sociedade e Estado , 21 (1): 109-130, 2006.	
MELUCCI, A. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, Vozes, 2001.	
ABERS, R. & BULOW, M. "Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?". Sociologias , 13 (28): 52-84, 2011.	
SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.	
LÜCHMANN, L. H. H; ALMEIDA, C.; GIMENES, E. Gênero e representação política nos Conselhos Gestores no Brasil. Dados , Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p.789-822, 2016.	
Referência aberta	
COMPONENTE CURRICULAR: TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS – TEMAS CONTEMPORÂNEOS 1	
CH: 60h	CR: 4
Ementa: Discussão teórica sobre as Políticas Públicas concernentes a Temas Contemporâneos. O tema será definido de acordo com a oferta docente a cada semestre.	
Bibliografia Básica	
BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.	
ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: < https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos >. Acesso em 10 ago 2024.	
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Documento de programa país para o Brasil 2024 – 2027. Brasília, 2024. Disponível em: < https://www.undp.org/pt/brazil/publications/documento-de-programa-pais-para-o-brasil-2024-2027 >. Acesso em 10 ago 2024	
Bibliografia Complementar	
POPPER, Karl S. A lógica da pesquisa científica. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1975.	

<p>RAMON Y CAJAL, Santiago. Regras e conselhos sobre a investigação científica. 3.ed.</p> <p>DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecilia de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.</p> <p>JANUZZI, Paulo M.. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2003.</p> <p>SILVA, L. M.; CRUZ, R. M.; LEAL, L. A. S. Manual de Normalização da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. 4ªed. Diamantina: UFVJM, 2023. Disponível em:< http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/936>. Acesso em 18 ago 2024</p>	
Referência aberta	
COMPONENTE CURRICULAR: TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS – TEMAS CONTEMPORÂNEOS 2	
CH: 60h	CR: 4
Ementa: Discussão teórica sobre as Políticas Públicas concernentes a Temas Contemporâneos. O tema será definido de acordo com a oferta docente a cada semestre.	
Bibliografia Básica	
<p>BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.</p> <p>Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Estudio Económico de América Latina y el Caribe, 2024 (LC/PUB.2024/10-P), Santiago, 2024. Disponível em: < https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/3c702abf-5733-4f5a-9d45-93636338eb53/content>. Acesso em 18 ago 2024.</p> <p>PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2023/2024. Nova York, 2024. Disponível em: < https://www.undp.org/pt/angola/publications/relatorio-do-desenvolvimento-humano-rdh-2023-2024>. Acesso em 18 de ago 2024.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: < https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 10 ago 2024.</p> <p>PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Documento de programa país para o Brasil 2024 – 2027. Brasília, 2024. Disponível em: < https://www.undp.org/pt/brazil/publications/documento-de-programa-pais-para-o-brasil-2024-2027>. Acesso em 10 ago 2024.</p> <p>POPPER, Karl S. A lógica da pesquisa científica. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1975.</p> <p>DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecilia de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.</p> <p>JANUZZI, Paulo M.. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2003.</p> <p>SILVA, L. M.; CRUZ, R. M.; LEAL, L. A. S. Manual de Normalização da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. 4ªed. Diamantina: UFVJM, 2023. Disponível em:< http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/936>. Acesso em 18 ago 2024.</p>	
Referência aberta	

3º ao 6º Período**COMPONENTE CURRICULAR: SEMANA DE POLÍTICAS PÚBLICAS****CH:** 60h**CR:** 4

Ementa: Organização de um seminário semestral onde serão tratados temas relacionados às políticas públicas em conjunto com o poder público e a sociedade civil organizada.

Bibliografia Básica

BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder legislativo. Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução no 07, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta a meta 12.7 do PNE.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus 2012. Disponível em: file:///Users/davidsonramos/Downloads/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book_2.pdf. Acesso em 04/04/2024.

Bibliografia Complementar

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 127 p.

LIMA, C. W. de; GONÇALVES, N. G.; CORDEIRO, A. B.; SOUZA, B. A. P. de. O projeto de extensão "Histórias e memórias sobre educação" e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v. 21, n. 1, p. 144–156, 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

THIOLLENT, M.; IMPERATORE, S.; SANTOS, Sônia R. M. **Extensão universitária: concepções e reflexões metodológicas**. Curitiba, CRV: 2022.

Referência aberta**COMPONENTE CURRICULAR: COMISSÃO PERMANENTE DE COMUNICAÇÃO E CULTURA****CH:** 60**CR:** 4

Ementa: Ciclo de debates com a população local sobre o papel da Universidade em geral, a ser realizado em espaços e mídias virtuais ou, presencialmente, na Universidade. Paralelamente, será um espaço de exposição de projetos, serviços, manifestações culturais, atividades científicas entre outras.

Bibliografia Básica

BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder legislativo. Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução no 07, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta a meta 12.7 do PNE.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus 2012. Disponível em: file:///Users/davidsonramos/Downloads/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book_2.pdf. Acesso em 04/04/2024.

Bibliografia Complementar

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 127 p.

LIMA, C. W. de; GONÇALVES, N. G.; CORDEIRO, A. B.; SOUZA, B. A. P. de. O projeto de extensão "Histórias e memórias sobre educação" e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v. 21, n. 1, p. 144–156, 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

THIOLLENT, M.; IMPERATORE, S.; SANTOS, Sônia R. M. **Extensão universitária: concepções e reflexões metodológicas**. Curitiba, CRV: 2022.

Referência aberta

COMPONENTE CURRICULAR: DIÁLOGO COM AS COMUNIDADES I

CH: 60h

CR: 4

Ementa: Atividades junto às comunidades de Diamantina e região. Serão realizados ciclos de debates com diversas comunidades de Diamantina e região, no qual os estudantes irão in loco conhecer as diversas realidades e demandas locais.

Bibliografia Básica

BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União. Poder legislativo. Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução no 07, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta a meta 12.7 do PNE.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus 2012. Disponível em: file:///Users/davidsonramos/Downloads/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book_2.pdf. Acesso em 04/04/2024.

Bibliografia Complementar

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 127 p.

LIMA, C. W. de; GONÇALVES, N. G.; CORDEIRO, A. B.; SOUZA, B. A. P. de. O projeto de extensão "Histórias e memórias sobre educação" e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v. 21, n. 1, p. 144–156, 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

THIOLLENT, M.; IMPERATORE, S.; SANTOS, Sônia R. M. Extensão universitária: concepções e reflexões metodológicas. Curitiba, CRV: 2022.	
Referência aberta	
COMPONENTE CURRICULAR: DIÁLOGO COM AS COMUNIDADES II	
CH: 60h	CR: 4
Ementa: Atividades junto às comunidades de Diamantina e região. Serão realizados ciclos de debates com diversas comunidades de Diamantina e região, no qual os estudantes irão in loco conhecer as diversas realidades e demandas locais.	
Bibliografia Básica	
BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União. Poder legislativo. Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm >. Acesso em: 17 ago. 2017.	
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução no 07, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta a meta 12.7 do PNE.	
FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus 2012. Disponível em: file:///Users/davidsonramos/Downloads/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book_2.pdf. Acesso em 04/04/2024.	
Bibliografia Complementar	
FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 127 p.	
LIMA, C. W. de; GONÇALVES, N. G.; CORDEIRO, A. B.; SOUZA, B. A. P. de. O projeto de extensão "Histórias e memórias sobre educação" e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Revista Em Extensão , Uberlândia, v. 21, n. 1, p. 144–156, 2022.	
LISBÔA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.	
SANTOS, B. de S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.	
THIOLLENT, M.; IMPERATORE, S.; SANTOS, Sônia R. M. Extensão universitária: concepções e reflexões metodológicas. Curitiba, CRV: 2022.	
Referência aberta	

12 Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

O sistema de avaliação respeitará a Regulamentação dos Cursos de graduação da UFVJM, bem como desenvolverá ações com os seguintes objetivos:

A) Uma dimensão diagnóstica a fim de verificar se a aprendizagem é alcançada ou não e o porquê. Instrumentos avaliativos que abrangem: Levantamento do desempenho semestral dos discentes; Formulários avaliativos – questionários qualitativos e quantitativos (individuais e em grupo) para aferição dos componentes

curriculares necessários; Atuação e iniciativa discente, contabilizada em forma de ações pontuais – extensão, pesquisa e AACC; levantamento do desempenho dos discentes no SIGA; avaliação dos discentes em relação aos docentes. A avaliação inicial para verificar o conhecimento prévio dos estudantes sobre um dado assunto: sua mais importante característica é o aspecto preventivo, pois ao conhecer as dificuldades dos alunos no início do processo formativo, possibilita prever suas reais necessidades e trabalhar em prol de seu atendimento.

B) Avaliação Prospectiva (início e fim do curso) do desempenho dos discentes com parâmetros mais extensos.

C) Avaliação formativa no processo de acompanhamento do discente em todos os momentos. Tal procedimento deverá ocorrer semestralmente, ao final de cada período letivo. Visa ao acompanhamento do processo de aprendizagem. Além da avaliação formal o professor pode utilizar diversas estratégias e métodos para acompanhar os estudantes, tais como os seguintes instrumentos avaliativos: observação, questionário: oral ou escrito.

Elementos constitutivos dos processos de avaliação devem considerar estratégias diversas como a avaliação das UCs, por parte dos docentes e dos discentes na relação direta do processo de aprendizagem, com instrumentos objetivos, planilhas, formulários e encontros presenciais. É papel também do NDE elaborar instrumentos eficientes para avaliação tanto individual quanto coletiva, isto é, a aprendizagem singular e universal tanto dos atores quanto dos elementos conceituais do curso como um todo. Identificar os problemas mais cruciais, levando em conta as condições de integração e interdisciplinaridade nos processos de aprendizagem das turmas e de cada indivíduo agente e objeto do ensino.

Caberá ao Colegiado de Curso estabelecer os parâmetros de avaliação e institucionalizá-los à medida que as necessidades se tornem prementes; aprofundar as formas de incorporação conceitual da ação docente no vínculo com suas especialidades e com a totalidade das condições gerais do processo de ensino e aprendizagem.

Será importante o intercâmbio com o mundo prático, onde os discentes terão possibilidades de vivenciar atividades extensionistas por via de convênios. Por essa razão, torna-se imprescindível que os instrumentos de avaliação dialoguem com a comunidade ampliada, com as instituições e a coletividade em geral. O NDE e o Colegiado de Curso elaborarão instrumentos de avaliação conjuntamente com as pró-reitorias, notadamente PROGRAD, PROACE, PRPPG e PROEXC, tanto para acompanhamento administrativo quanto para os desdobramentos e desempenho dos discentes nos campos da extensão e pesquisa; também no que tange a projetos de participação na Assistência Estudantil e o desempenho formal dos discentes em sua trajetória curricular e formativa.

A “recuperação de estudos” é prevista na Lei nº 9.394/96, em seu artigo 12, inciso V, para “prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento” (BRASIL, Lei 9394/96, p. 12), bem como na Portaria nº 1383, de 31 de outubro de 2017 que aprova em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - modalidade presencial e a distância, para os Atos Regulatórios.

Serão aprovados os discentes que obtiverem, no final do período letivo, média aritmética das notas igual ou superior a 60 (sessenta) e frequência de 75% (setenta e cinco por cento). O discente reprovado fica obrigado a

cursar novamente as unidades curriculares obrigatórias. A reprovação em UCs de Livre Escolha (do EI) ou Opção Limitada (do ET) implicará a realização de uma UC de livre escolha/opção limitada com as mesmas exigências de frequência e aproveitamento, conforme previsto no regulamento. Ao discente que, por qualquer motivo, não participar do Exame Final, não será oferecida outra oportunidade.

13 Acompanhamento e Avaliação do Curso

Pressupõe-se a análise e estabelecimento de ações, a partir dos resultados obtidos pelo Curso e pela Universidade no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), regulamentado e instituído pela Lei nº 10.681, de 14 de abril de 2004. O sistema de avaliação do curso relaciona-se com a aferição dos estudantes a partir do sistema de progressão curricular estabelecido. Deverão ser estabelecidas as ferramentas e metodologias das quais a coordenação e o NDE se valerão para a avaliação de desempenho do curso em relação aos objetivos e metas estabelecidos no PPC, descrevendo-as. Espera-se também que seja descrito como essa avaliação do Projeto Pedagógico do Curso se articulará às avaliações institucionais realizadas pela Comissão Própria de Avaliação – CPA. Fica sob responsabilidade do colegiado do BPP estabelecer critérios e instrumentos de avaliação que garantam o atendimento do disposto no art. 3º, Inciso VIII, da Lei 10861/2004 (SINAES), tais como:

- Avaliação própria e externa;
- Desenvolvimento de análises e levantamentos de desempenho docente e discente;
- Estudos promovidos pelo NDE e deliberações constitutivas por meio do Colegiado de Curso;
- Ações conjuntas com os órgãos de formação permanente;
- Ações conjuntas com os órgãos administrativos da UFVJM, notadamente PROGRAD e seus constitutivos mecanismos de avaliação institucional e normativos;
- Reflexão contínua para reavaliação do PPC de Curso;
- Liderança institucional do Colegiado de Curso para apropriação de instrumentos pedagógicos e elementos conceituais a fim de manter a contínua construção do curso de modo orgânico;
- Consolidação de mecanismos que possibilitem a permanente avaliação dos objetivos do Curso (levando em consideração exigências acadêmicas da Universidade, o mercado de trabalho, as condições de empregabilidade, a atuação profissional dos formandos, dentre outros aspectos);

e TCC, AACCs, produções intelectuais, pesquisas, publicações etc. deverão ser alvo de permanente avaliação com escopo de construção articulada entre o PPC, docentes e discentes.

A partir da avaliação do curso, o PPC será continuamente reavaliado como consequência dos resultados apresentados, abrindo sempre a possibilidade de revisão do PPC. Isto é possível a partir de análise e estabelecimento de ações dos resultados obtidos pelo Curso e pela Universidade no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), regulamentado e instituído pela Lei nº 10.681, de 14 de abril de 2004; além dos dispositivos institucionais: Resolução CONSEPE 63/2017 e Resolução CONSEPE 05/2011.

Em função dos instrumentos acima mencionados, caberá ao NDE em parceria com o colegiado de curso estabelecer os critérios de avaliação e conseqüente reformulação do PPC, que deverá ocorrer em fluxo contínuo e obedecendo os prazos regimentais concernentes ao funcionamento do curso.

14 Administração Acadêmica do Curso

14.1 Coordenação do Curso

A Coordenação do BPP segue as regras institucionais, estabelecidas tanto pelo Estatuto da UFVJM e o Regimento Geral da UFVJM, bem como a **Resolução nº. 09/2009 - CONSEPE** que estabelece competências dos Coordenadores de Cursos de Graduação da UFVJM.

Art. 2º São competências dos Coordenadores de Cursos de Graduação:

- IV- encaminhar os processos, pareceres e deliberações do Colegiado, aos órgãos competentes;
- VII- apresentar aos docentes e discentes do Curso, o Projeto Pedagógico do Curso, enfatizando a sua importância como instrumento norteador das ações desenvolvidas;
- XIV- apresentar ao Colegiado de Curso, as propostas de revisão e alterações do Projeto Pedagógico do Curso, no que diz respeito a ementas, cargas horárias e pré-requisitos; XV- propor inovações curriculares introduzindo mudanças no Curso, de forma planejada e consensual, visando produzir uma melhora da ação educacional;
- XIX- subsidiar o Programa de Avaliação Institucional da UFVJM, bem como colaborar na execução das ações relativas à avaliação, aprovadas pelos órgãos competentes;
- XX- coordenar o processo de avaliação interna do Curso, e a partir dos resultados efetuar os encaminhamentos cabíveis;
- XXI- coordenar o processo permanente de melhoria do Curso;
- XXVII- estabelecer prazo para a entrega pelos docentes, do Plano de Ensino de UCs, atualizado ou inexistente, conforme o caso.

14.2 Núcleo Docente Estruturante – NDE

Art. 3º O NDE integra a estrutura de gestão acadêmica em cada curso de graduação, sendo co-responsável pela elaboração, implementação, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso, tendo as seguintes atribuições:

- I – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV – zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Cabe destacar que, de imediato, a atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) será fundamentada na reestruturação do curso dentro das diretrizes estabelecidas no presente Projeto Pedagógico, assim como na sua consolidação.

Dentro disso, o NDE será regulamentado por Portaria emitida pela direção da FIH, obedecendo à Resolução N° 22, CONSEPE, mas seguindo também a experiência histórica vivenciada até o presente momento.

14.3. Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso do BCH será composto de docentes que atuam no curso, conforme Regimento Geral **da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM** que estabelece:

Art. 51. São atribuições dos Colegiados de Curso:

II – propor ao Conselho de Graduação a elaboração, acompanhamento e revisão dos projetos pedagógicos.

III – orientar, coordenar e avaliar as atividades pedagógicas, buscando compatibilizar os interesses e as especificidades dos cursos atendidos pelo colegiado;

IV– decidir sobre as questões referentes à matrícula, reopção, dispensa e inclusão de atividades acadêmicas curriculares, transferência, continuidade de estudos, obtenção de novo título e outras formas de ingresso, bem como das representações e recursos contra matéria didática, obedecida à legislação pertinente;

V – propor ao Departamento ou órgão equivalente que ofereça UCs ao curso, modificações de ementas e pré-requisitos das UCs do curso.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), enquanto órgão colegiado e integrante da estrutura de gestão acadêmica do curso, terá um caráter consultivo e propositivo em matérias de natureza acadêmica, assessorando o colegiado no cumprimento de suas funções e na tomada de decisões relativas ao curso, desempenhando as atribuições estabelecidas na Resolução N° 22, do CONSEPE, mas seguindo também a experiência histórica vivenciada até o presente momento.

15 Transição Curricular

Cumprir informar que ao discente do antigo BCH é facultada a migração, nos seguintes termos:

Migração: este seria o caso do discente que opte em mudar do BCH para o novo projeto do BPP. Neste caso, não há limite de vagas. Os discentes não vão mudar de curso, portanto, é importante que se faça uma análise acadêmica detalhada para definir quais discentes devem mudar para o novo currículo, em função do ganho para o discente. Ou seja, como são discentes do curso, se todos migrarem não haverá incongruência no quantitativo de vagas autorizadas para o curso, pois estariam migrando para um mesmo curso, porém, novo PPC. Entretanto, ressaltamos que a migração não deve ser abrupta, mas feita em função do ganho para a formação do discente. Assim, pode haver discentes que se beneficiarão mais em ficar no currículo antigo, tanto em função do tempo para a conclusão do curso, quanto pela possibilidade de migração.

A migração do modelo em vigência do PPC 2019 para o PPC do Bacharelado em Políticas Públicas e Gestão Social ocorrerá sem grandes obstáculos para os discentes que o desejarem, isto porque: 1) este não é

um novo curso, apenas uma reestruturação de um curso que já existe; 2) foram previstas as equivalências na matriz curricular e conforme tabela de UCs deste PPC; 3) será garantida a formação dos alunos já matriculados no modelo a ser superado, caso ele deseje, considerando o prazo máximo a ser estabelecido pelo colegiado de curso.

Tabela de equivalências do Currículo 2019 BCH e Currículo 2024 BPP

Currículo 2019 Curso - BCH			Currículo 2024 – Curso BPP		
Código	Componentes Curriculares	CR/CH	Código	Componentes Curriculares	CR/CH
BCH051	Sociologia da Educação	60		Sociologia da Educação	60
BCH052	Políticas Educacionais	75		Políticas Educacionais	75
BCH053	Psicologia da Educação	75		Psicologia da Educação	75
GEO029	Espaço e Poder	75		Espaço e Poder	60
GEO065	Planejamento Urbano e Regional	75		Planejamento Urbano e Regional	60
BCH071	Migrações e Deslocamentos Populacionais	60		Migração e Deslocamentos Populacionais	60
BCH055	Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	60		Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	60
BCH056	Ciclo Orçamentário Brasileiro e Teoria do Estado	60		Finanças Públicas	60
BCH068	Intérpretes Clássicos e Contemporâneos do Brasil	60		Intérpretes do Brasil	60
BCH063	Estado e Políticas Sociais	60		Estado e Políticas Sociais	60
BCH060	Economia Brasileira	60		Economia Brasileira	60
BCH082	Teoria Democrática	60		Teorias Democráticas	60
BCH065	Federalismo e Políticas Públicas	60		Federalismo e Políticas Públicas	60
BCH080	Sistema Político Brasileiro	60		Sistema Político Brasileiro	60
BCH064	Ética e Justiça	60		Ética e Justiça	60
BCH067	Governança Pública e Democracia	60		Governança Pública e Democracia	60
BCH157	Métodos Qualitativos	60		Pesquisa Qualitativa em Políticas Públicas	60
GEO062	Metodologia Quantitativa	75		Pesquisa Quantitativa em Políticas Públicas	60
BCH081	Sociologia das Organizações	60		Sociologia das Organizações	60
BCH083	Teoria Social Contemporânea	60		Teoria Social Contemporânea	60

BCH075	Planejamento Estratégico e Governamental	60		Planejamento e Políticas Públicas	60
BCH077	Psicologia Social	60		Psicologia e Compromisso Social	60
BCH079	Seminários do Vale	60		Seminários do Vale do Jequitinhonha	60
BCH073	Pensamento Crítico	60		Estado e Pensamento Crítico	60
BCH059	Direitos Humanos e Cidadania	60		Cidadania no Brasil	60
BCH072	Participação e Movimentos Sociais	60		Conflitos e Movimentos Sociais Contemporâneos	60
BCH057	Cultura e Processos de Subjetivação	60		Socialização e Processos de Subjetivação	60
BCH210	Tópicos em Políticas Públicas – Política Urbana	90		Questões Urbanas	60
BCH058	Desenvolvimento e sustentabilidade	60		Desenvolvimento e Políticas Públicas	60
BCH213	Tópicos em Políticas Públicas – Trabalho e Empreendedorismo	90		Tópicos em Políticas Públicas – Trabalho e Empreendedorismo	60
BCH212	Tópicos em Políticas Públicas – Saúde	90		Tópicos em Políticas Públicas – Saúde	60
BCH202	Tópicos em Políticas Públicas – Assistência Social	90		Tópicos em Políticas Públicas – Assistência Social	60
BCH204	Tópicos em Políticas Públicas – Cultura	90		Tópicos em Políticas Públicas – Cultura	60
BCH205	Tópicos em Políticas Públicas – Desenvolvimento	90		Tópicos em Políticas Públicas – Desenvolvimento	60

16 Referências

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Universidade Nova: textos críticos e esperançosos**. Brasília, DF: Editora UNB, Salvador: EDUFBA, 2007.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Filosofia da Educação**. Editora Moderna, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencian.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Superior. **Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e similares**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria SESu/MEC N°. 383, de 12 de abril de 2010. Brasília, DF. Ministério da Educação. Novembro de 2010. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/novo%20-%20bacharelados%20interdisciplinares%20-%20referenciais%20orientadores%20-%20novembro_2010%20brasil.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CETRANS. A Evolução Transdisciplinar na Educação: Contribuindo para o Desenvolvimento Sustentável da Sociedade e do Ser Humano. In: Coordenação executiva do CETRANS (Orgs.). **Educação e transdisciplinaridade II**. São Paulo: TRIOM, 2002. Anexo 5, p. 203-208.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 julho 2015. Seção 1, pp. 08-12. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res_cne_cp_02_03072015.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CORÁ, Elsie José (Org.). **Educação em jornada ampliada: vivências a partir da escola e da universidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

FLICKINGER, Hans-Georg. O Fundamento Hermenêutico da Interdisciplinaridade. In: AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa (Orgs.). **Inovação e interdisciplinaridade na universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p. 123-138. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/inovacaoeinterdisciplinaridade.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (PDVJ):** diagnóstico propositivo. Síntese. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, vol 1, 2016. IBGE. IBGE cidades@. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

LIBANELO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MACHADO, Fernando Luís; COSTA, António Firmino da; MAURITTI, Rosario; MARTINS, Susana da Cruz; CASANOVA, José Luís; e ALMEIDA, João Ferreira de. Classes sociais e estudantes universitários: Origens, oportunidades e orientações. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 66, p. 45-80, 2003. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/66/RCCS66-045-080-ISCTE.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

MARTINS, Marcos Lobato. **Breviários de Diamantina:** uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX). Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MET – Ministério do Trabalho e do Emprego. Portal do Trabalho e do Emprego. **Estatísticas.** RAIS - Relação Anual de Informações Sociais. Características do Emprego Formal segundo a RAIS 2012. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF80808145B26962014615E380E02C8C/ResultadosDefinitivos.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

MILANI, Aloisio. Por que professor não gosta de ler? **Revista Educação**, ano VII, n. 77. 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano de Desenvolvimento da Educação. **Reestruturação e expansão das universidades federais: REUNI.** Documento Elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º §2º do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007, Brasília, agosto de 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Relação Anual de Informações Sociais - RAIS: Bases Estatísticas RAIS e CAGED. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

PAULA, Adna C; MÜGGE, Ernani. Interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e transversalidade: considerações sobre a proposta dos parâmetros curriculares nacionais. In: CORÁ, Elsie José (Org.). **Educação em jornada ampliada:** vivências a partir da escola e da universidade. Porto Alegre: Evangraf, 2014. p. 200-2014.

PIAGET, Jean. L'épistémologie des relations interdisciplinaires. In: **L'interdisciplinarité:** Problèmes d'enseignement et de recherche dans les universités. Proceedings. Paris: OCDE, 1972.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante:** cinco lições sobre a emancipação intelectual. Tradução de Lílian do Vale. 3. ed, Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Coleção Educação: Experiência e Sentido).

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 9a ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** 38 ed. Campinas, SP. Autores Associados, 2006. (Coleção Polemicas do Nosso Tempo; vol.5).

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE nº 23, de 27 de agosto de 2008. Regulamenta o Bacharelado Interdisciplinar da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Diamantina, 27 agosto 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Projeto político pedagógico: Bacharelado em humanidades. Diamantina: UFVJM: FIH: BHU, 2011. Disponível em:

<http://www.ufvjm.edu.br/cursos/bhu/projeto-pedago-menubhu-753/doc_view/72-.html>. Acesso em: 17 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Projeto político pedagógico: Bacharelado em humanidades. Diamantina: UFVJM: BHU, 2008. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/cursos/bhu/projeto-pedago-menubhu-753/doc_view/73-.html>. Acesso em: 17 ago. 2017.

VASCONCELLOS, Celso. **O Professor Coordenador Pedagógico como Mediador do Processo de Construção do Quadro de Saberes Necessários**. Dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.celsovasconcellos.com.br/index_arquivos/Page4256.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

17. Anexos

17.1 – Infraestrutura

Mini-auditório nas instalações do BCH no Centro de Estudos em Humanidades;

Anfiteatro do BCH no Centro de Estudos em Humanidades;

Sala de Estudos e pesquisa nas instalações do BCH no Centro de Estudos em Humanidades;

Espaço Convivência do BCH no Centro de Estudos em Humanidades;

Auditório da FIH no Centro de Estudos em Humanidades;

Pavilhões de Aula: Pavilhão de Auditórios (18 salas); Pavilhão 1 e Pavilhão 2 (36 salas em cada Pavilhão à disposição);

Laboratório de Informática do BCH na FIH;

Laboratórios de utilização conjunta em acordos e parcerias com cursos da FIH;

Biblioteca da UFVJM;

Periódicos e acervo; e

Convênios.

17.2 – Corpo Docente

1. **Adna Candido de Paula** - Doutora em Teoria e História Literária e Doutora em Filosofia da Religião; Dedicção Exclusiva

2. **Adriana Gomes de Paiva** - Doutora em Ciência Política; Dedicção Exclusiva

3. **Aline Faé Stocco** - Doutora em Política Social; Dedicção Exclusiva

4. **André Luis Lopes Borges de Mattos** - Doutor em Ciências Sociais; Dedicção Exclusiva

5. **Atanásio Mykonios** - Doutor em Serviço Social; Dedicção Exclusiva

6. **Beni Trojbciz** - Doutor em Administração Pública; Dedicção Exclusiva

7. **Davidson Afonso de Ramos** - Doutor em Sociologia; Dedicção Exclusiva

8. **Josélia Barroso Queiroz Lima** - Doutora em Psicologia; Dedicção Exclusiva

9. **Lilian Godoy Fonseca** - Doutora em Filosofia; Dedicção Exclusiva

10. **Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale** - Doutora em Ciência Política; Dedicção Exclusiva

11. **Yuri Elias Gaspar** - Doutor em Psicologia; Dedicção Exclusiva

12. **Wellington Brilhante de Albuquerque Filho** - Doutor em Sociologia; Dedicção Exclusiva

17.3 – Corpo Técnico Administrativo

O trabalho do técnico administrativo, hoje, conta com a participação efetiva de Andreia Alecrim, com formação em nível superior em Administração em Gestão. No atendimento ao discente e aos docentes, a técnica administrativa possui uma visão da organização do Curso que a permite não apenas orientar as atividades discentes, mas ainda subsidiar informações no sentido de conduzir um processo formativo que garanta o trânsito no BPP. No atendimento da secretaria e dos registros do Curso, a técnica assume a função de orientar, documentar, organizar documentação que regulamenta o funcionamento do curso. Cabe ressaltar que o corpo técnico também desempenha uma função pedagógica na medida em que faz a mediação entre docentes e discentes. A experiência de troca pedagógica desenvolvida entre técnica e discentes deve ser ampliada no novo curso. Nesse sentido, objetiva-se propor que possa, utilizando o laboratório de informática do BPP/FIH, desenvolver através de mini-cursos, ações que visam dar condições aos discentes e docentes interessados no aprimoramento de conhecimentos necessários ao uso das ferramentas tecnológicas. Outras possibilidades podem ainda ser pensadas e desenvolvidas, desde que não haja sobrecarga nos trabalhos administrativos, já em curso.

17.4 Regulamentos

Normas Complementares para o TCC

1. A Comissão sobre o TCC definiu que seriam descritas aqui as sugestões para os professores escolherem o que melhor se aplica ao curso.
2. O TCC deve respeitar a resolução Resolução No. 22 - CONSEPE, de 16 de março de 2017, bem como o anexo I da mesma resolução que trata das normas para redação e apresentação de trabalhos acadêmicos;
3. O TCC de curso seja qual for à modalidade adotada pelo docente/discente poderá ser elaborado individualmente ou em dupla;
4. A escolha da modalidade do TCC deve ser em comum acordo com o orientador/orientado;
5. Modalidades do TCC:
 - (i) Monografia – O TCC, quando na forma de monografia, deverá ser elaborado obedecendo às diretrizes para a redação de Trabalhos acadêmicos desta instituição (capítulo VI da resolução Nº 15 – CONSEPE, DE 21 DE MAIO DE 2010 e seus Anexo I e II);
 - (ii) Artigo Científico – O TCC, quando na forma de artigo científico, deverá ser elaborado de acordo com as normas de publicação do periódico escolhido,
 - (iii) Livro e Capítulo de Livro – O TCC, quando na forma de livro ou capítulo de livro, defendidos como TCC devem possuir autoria única ou principal, e ter sido previamente aprovado para publicação com registro ISBN;
 - (iv) Relatório Técnico Científico – O Relatório Técnico Científico deverá ser elaborado de acordo com as normas da ABNT (NBR 10719). Esta comissão entende por Relatório Técnico Científico: uma atividade acadêmica referente a um projeto de pesquisa, investigação científica e extensão, sobre um período em particular ou sobre o desenvolvimento, caminhos percorridos e os resultados – parciais ou finais – obtidos. Necessariamente devem-se apresentar conclusões e os resultados até então alcançados. Quando for o caso, devem-se apontar as próximas etapas da pesquisa, discriminando as várias atividades distribuídas nas

várias etapas de prosseguimento;

(v) O TCC, quando na forma de Artigo Completo de trabalhos apresentados em Congressos, Encontros ou outros eventos científicos deverá respeitar as normas propostas pelos mesmos, que deverão ser anexadas ao documento.

6. Fica obrigatório a todas as modalidades o respeito aos elementos pré-textuais e pós-textuais do anexo I da resolução do CONSEPE;

7. Obrigatoriedade de construção do projeto de pesquisa na disciplina Projeto de Pesquisa.

8. Possibilidade de orientação por professor externo ao curso e obrigatoriedade de participação na banca professor da UFVJM;

9. O aluno precisará definir o orientador no 4º período, o termo de compromisso de orientação será assinado no semestre da defesa;

10. O TCC deverá ser elaborado no período do curso e os temas devem ser condizentes com a realidade do curso;

11. Fica definido que a defesa será obrigatória, que poderá ser feita virtualmente, cabendo ao orientador e orientando, a decisão sobre a banca pública.

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade acadêmica obrigatória que consiste na sistematização, registro e apresentação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, produzidos na área do Curso, como resultado do trabalho de pesquisa, investigação científica e extensão. O TCC tem por finalidade estimular a curiosidade e o espírito questionador do acadêmico, fundamentais para o desenvolvimento da ciência.

Art.2º Este Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Bacharelado em Ciências Humanas e Gestão Social da UFVJM, de acordo com a Resolução Nº. 22 CONSEPE, de 16/03/2017.

Art. 3º O TCC é exigência para colação de grau pelo discente do Bacharelado em Políticas Públicas e Gestão Social.

Art. 4º - As modalidades de TCC aceitas pelo curso são:

1. Monografia;

2. Artigo Científico aceito ou publicado em periódico;

3. Livro ou Capítulo de Livro;

4. Relatório Técnico Científico;

5. Artigo Completo de trabalhos apresentados em Congressos, Encontros ou outros eventos científicos reconhecidos pela comunidade acadêmica.

Da orientação do TCC

Art. 5º O acadêmico regularmente matriculado nos Cursos de Graduação da UFVJM terá um professor orientador, que supervisionará seu TCC.

§ 1º O orientador deverá ser um docente vinculado à UFVJM, preferencialmente, do curso.

§ 2º O professor substituto pode orientar desde que o período da substituição contemple o término da defesa do aluno e a troca de orientador pode ocorrer desde que devidamente justificada;

§ 3º O número máximo de orientações de trabalhos de conclusão de curso ficará a critério de cada professor.

Art. 6º Poderá ser indicado um coorientador para o TCC homologado pelo Colegiado de Curso.

Art. 7º Em caso de impedimentos legais e eventuais do orientador caberá ao responsável pela disciplina TCC a indicação de um novo orientador, ouvidas ambas as partes.

Art 8º. O TCC de curso seja qual for à modalidade adotada pelo docente/discente deverá ser elaborado individualmente ou em dupla;

Art 9º. A escolha da modalidade do TCC deve ser em comum acordo com o orientador/orientado;

Parágrafo único. Não havendo acordo entre as partes, o parecer deve ser dado pelo Colegiado de Curso.

Das competências do orientador

Art. 10º Compete ao orientador:

- I. Orientar o acadêmico na elaboração, desenvolvimento e redação do TCC;
- II. Zelar pelo cumprimento de normas e prazos estabelecidos;
- III. Indicar o coorientador, quando for o caso;
- IV. Instituir comissão examinadora do TCC, em comum acordo com o orientado;
- V. Diagnosticar problemas e dificuldades que estejam interferindo no desempenho do acadêmico e orientá-lo na busca de soluções;
- VI. Agir com discrição na orientação do acadêmico, respeitando-lhe a personalidade, as limitações e suas capacidades;
- VII. Manter a Coordenação do Curso informado oficialmente, sobre qualquer eventualidade nas atividades desenvolvidas pelo orientando, bem como solicitar do mesmo, providências que se fizerem necessárias ao atendimento do acadêmico;

VIII. Solicitar a intervenção da Coordenação em caso de incompatibilidade entre orientador e orientando.

Do orientado

Art. 11º Compete ao orientando:

I- Elaborar seu projeto de pesquisa na disciplina Projeto de Pesquisa.

II- Escolher, sob consulta, o seu orientador no 4º período e apresentar o termo de compromisso ao final da disciplina de Projeto de Pesquisa;

III. Escolher, em comum acordo com o orientador, o tema a ser desenvolvido no TCC;

IV. Respeitar e tratar com cordialidade, o orientador e demais pessoas envolvidas com o TCC;

V. Demonstrar iniciativa e sugerir inovações nas atividades desenvolvidas;

VI. Buscar a qualidade e mérito no desenvolvimento do TCC;

VII. Expor ao orientador, em tempo hábil, problemas que dificultem ou impeçam a realização do TCC, para que sejam buscadas as soluções;

VIII. Comunicar ao Coordenador do Curso quaisquer irregularidades ocorridas durante e após a realização do TCC, visando seu aperfeiçoamento, observados os princípios éticos.

Art. 12º São direitos do orientando:

I. Receber orientação para realizar as atividades de TCC;

II. Ser ouvido em suas solicitações e sugestões, quando tiverem por objetivo o aprimoramento do TCC;

III. Solicitar à Coordenação a substituição do orientador, mediante documento devidamente justificado.

Do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 13º O TCC, quando na forma de Monografia, deverá ser elaborado obedecendo às diretrizes do Manual de Normalização da UFVJM.

Art. 14º - O TCC deverá ser elaborado no decorrer do curso e os temas devem ser alinhados às temáticas abordadas no curso;

Art. 15º O TCC, quando na forma de artigo aceito para publicação, deverá vir acompanhado do aceite do periódico.

Art. 16º O TCC, quando na forma de Trabalho Completo de trabalhos apresentados em Congressos, Encontros ou outros eventos científicos deverá respeitar as normas propostas pelos mesmos.

Art. 17º O Relatório Técnico Científico deverá ser elaborado de acordo com as normas da ABNT (NBR 10719).

Art. 18º Os TCCs que envolvam seres humanos e, ou animais como objetos de pesquisa não poderão ser iniciados antes da aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa e, quando necessário, por uma Comissão de Biossegurança.

Da avaliação do TCC

Art. 19º Fica definido que a defesa será obrigatória e poderá ser feita virtualmente.

Art. 20º O TCC deverá ser submetido a uma Comissão Examinadora composta pelo orientador como presidente e no mínimo dois membros titulares.

Parágrafo único: A Comissão Examinadora poderá ser composta por:

- I. Orientador e dois docentes;
- II. Orientador, um docente e um servidor Técnico-Administrativo;
- III. Orientador, um docente e um profissional com titulação igual ou superior a graduação.

Art. 21º Constituída a Comissão Examinadora, em comum acordo entre orientando e orientador, será encaminhado pelo acadêmico a cada membro, um exemplar do TCC, no prazo mínimo de 10 (dez) dias antecedentes à data de avaliação.

Art. 22º Caso o TCC seja reprovado, o acadêmico deverá refazê-lo ou desenvolver novo trabalho, submetendo-o à avaliação dentro do prazo de integralização do curso, mediante renovação semestral da matrícula.

Art. 23° Aprovado o TCC com alterações, o acadêmico deverá promover as correções e entregá-las ao responsável pela disciplina TCC, com a declaração do orientador de que as mesmas foram devidamente efetuadas.

Parágrafo único: O prazo de entrega da versão final do TCC ficará a critério do responsável pela disciplina, respeitado o término do período letivo.

Art. 24° Os casos omissos deverão ser resolvidos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvidos os Colegiados de Cursos e a Pró-Reitoria de Graduação.

Creditação da Extensão

Quadro Descrição da Natureza de Extensão – Aprovado na 79ª Reunião Extraordinária do Conselho de Extensão e Cultura – COEXC:

DESCRIÇÃO DA NATUREZA DE EXTENSÃO	
ASPECTO 1	MODALIDADE DA AÇÃO
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Indicar qual(ais) opção(ões) - Projeto, Programa, Curso, Evento e Prestação de Serviço. (Cf. Art. 3o. da Res. CONSEPE n.2/2021).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	(X) Programa (X) Projeto (X) Curso / Oficina (X) Evento (X) Prestação de Serviço
ASPECTO 2	VÍNCULO DA AÇÃO
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Indicar qual é o vínculo da ação - 1- Institucional/UFVJM; 2-Governamental; 3- Não-Governamental. (Cf. Art. 3o. da Res. CONSEPE n.2/2021)
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	(x) Institucional/UFVJM; (x) Governamental; () Não-Governamental
ASPECTO 3	TIPO DE OPERACIONALIZAÇÃO
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Indicar o(s) Tipo(s) da operacionalização da ação: 1. Unidade Curricular; 2-Atividade Complementar; 3- Prática como componente curricular; 4- Estágio. (Cf. Art. 6o. da Res. CONSEPE n.2/2021).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	(x) Unidade Curricular; () Atividade Complementar; () Prática como componente curricular; () Estágio

ASPECTO 4	CÓDIGO(S) E NOME(S) DA(S) UCS DO PPC VINCULADAS À AÇÃO DE EXTENSÃO
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar o(s) Código(s) e nome(s) da(s) UCS do PPC vinculadas à ação de extensão (Cf. §1o. Art.6o - Res. CONSEPE n.2/2021).
DESCRIÇÃO /OPÇÃO SELECIONADA	Atividades de Extensão 1 – 60 horas Atividades de Extensão 2 – 60 horas Atividades de Extensão 3 – 60 horas Atividades de Extensão 4 – 60 horas Total 240 horas
ASPECTO 5	COMPONENTES CURRICULARES DAS UCS COM BASE NA DCN DO CURSO VINCULADAS À AÇÃO DE EXTENSÃO.
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Art. 14 Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação. (Cf. Art.14 - Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	Para garantir a creditação da extensão, teremos quatro modalidades fixas de ações semestrais no BCH: <ol style="list-style-type: none"> 1. Semana de Políticas Públicas (Atividades de Extensão 1 – 60h); 2. Diálogos com as Comunidades I – atividades junto às comunidades do entorno de Diamantina – (Atividades de Extensão 3 – 60h); 3. Diálogos com as Comunidades II – atividades junto às comunidades do entorno de Diamantina – (Atividades de Extensão 3 – 60h); 4. Comissão Permanente de Comunicação e Cultura do curso (Atividades de Extensão 4 – 60h).
ASPECTO 6	OBJETIVOS
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar os objetivos da ação de extensão vinculado a creditação. Regulamento da PROEXC
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	O objetivo das atividades de extensão propostas pelo BCH é proporcionar aos alunos experiências práticas junto às comunidades locais e sociedade externa em geral, com ênfase nas políticas públicas. Cada uma das atividades curriculares propostas abordará diferentes aspectos da questão conforme descrito a seguir: <ol style="list-style-type: none"> 1. Semana de Políticas Públicas (Atividades de Extensão 1 – 60h). Organizada semestralmente pelos discentes e docentes do curso. Essa atividade visa abordar os mais diversos temas das políticas públicas em conjunto com o poder público e sociedade civil organizada. 2. Diálogos com as Comunidades I e II – atividades junto às comunidades do entorno de Diamantina – (Atividades de Extensão 3 – 120h). Essa atividade constitui-se num ciclo de debates junto às comunidades locais que proporcionará aos discentes o contato direto com os problemas, demandas e potencialidades locais. Com isso, espera-se maior inserção da Universidade e especialmente do curso de Ciências Humanas com seu entorno, especialmente no que se refere às políticas públicas. 3. Comissão Permanente de Comunicação e Cultura do curso (Atividades de Extensão 4 – 60h). A Comissão Permanente de Comunicação e Cultura, que ficará sob a responsabilidade dos discentes e docentes, tem como objetivo criar um espaço de diálogo para divulgação de atividades universitárias, palestras, seminários, projetos de pesquisa e extensão em andamento e

	atividades culturais, entre outras que possibilitem estreitar os laços entre a comunidade universitária e o público em geral.
ASPECTO 7	METODOLOGIA
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar a estratégia e a metodologia a ser adota na realização da ação de extensão vinculado a creditação. Regulamento da PROEXC.
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Semana de Políticas Públicas (Atividades de Extensão 1 – 60h). Organização de um seminário semestral onde serão tratados temas relacionados às políticas públicas em conjunto com o poder público e a sociedade civil organizada. Os discentes atuarão como organizadores/executores das atividades de extensão, sob a coordenação/orientação do docente responsável pela UC, que registrará a ação na Proexc. 2. Diálogos com as Comunidades I e II – atividades junto às comunidades do entorno de Diamantina – (Atividades de Extensão 3 – 120h). Serão realizados ciclos de debates com diversas comunidades no entorno do município de Diamantina, no qual os estudantes irão in loco conhecer as diversas realidades e demandas locais. Os estudantes ficarão encarregados pela preparação e apresentação de materiais alusivos aos diversos temas de políticas públicas com o objetivo de promover o diálogo com as comunidades identificando suas potencialidades, problemas e possíveis soluções, com a orientação do docente responsável pela disciplina. 3. Comissão Permanente de Comunicação e Cultura do curso (Atividades de Extensão 4 – 60h). Também se constitui num ciclo de debates com a população local sobre o papel da Universidade em geral, a ser realizado em espaços e mídias virtuais ou, presencialmente, na Universidade. Paralelamente, será um espaço de exposição de projetos, serviços, manifestações culturais, atividades científicas entre outras. Os alunos irão organizar debates com a comunidade externa a serem transmitidos em Mídias virtuais. Além disso, serão responsáveis pela divulgação do curso (TCCs, encontros, publicações) e trabalhos desenvolvidos por discentes e docentes. As atividades serão orientadas pelo docente responsável pela disciplina 4. O detalhamento das metodologias de cada ação, ocorrerá durante o registro da ação junto à Proexc.
ASPECTO 8	INTERAÇÃO DIALÓGICA DA COMUNIDADE ACADÊMICA COM A SOCIEDADE
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar sobre a proposta da ação na interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social (Cf. I, Art. 5o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO /OPÇÃO SELECIONADA	<p>Todas as atividades descritas no item anterior estão baseadas na interação dialógica com a comunidade:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A Semana de Políticas Públicas consistirá num espaço de debates do poder público, da sociedade civil e da academia sobre temáticas relacionadas às políticas públicas; 2. Nos Diálogos com as Comunidades I e II, o corpo discente irá se deslocar até as comunidades do entorno de Diamantina para conhecer de perto suas necessidades, problemas e potencialidades, de modo a proporcionar uma sinergia entre a Universidade e a sociedade civil. Uma atividade que levará a Universidade para as comunidades

	<p>3. Já a Comissão Permanente de Comunicação e Cultura irá trazer as comunidades para a Universidade, através da organização de eventos e atividades, bem como a exposição e publicização de projetos, serviços, manifestações culturais e atividades científicas. As ações poderão ser presenciais ou virtuais.</p>
ASPECTO 9	INTERDISCIPLINARIDADE E INTERPROFISSIONALIDADE
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar sobre a proposta da ação de extensão da formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular. (Cf. II, Art. 5o. Resolução n.7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	As atividades de extensão propostas pelo BCH estão diretamente relacionadas à formação interdisciplinar executada pelo curso, conforme descrita detalhadamente no PPC. Mais especificamente, irão proporcionar aos estudantes uma inserção no cotidiano das políticas públicas locais e com isso a oportunidade de vivenciar, na prática, os conhecimentos adquiridos na sala de aula. Sendo assim, o conhecimento da realidade de Diamantina e região, aliado à formação teórica, será fundamental para a consolidação do senso de cidadania entre os discentes.
ASPECTO 10	INDISSOCIABILIDADE ENSINO – PESQUISA – EXTENSÃO
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar sobre a proposta da ação de extensão e a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico. (Cf. IV, Art. 5o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	<p>A organização pedagógica do BCH é inovadora e busca colocar em prática um anseio pedagógico de formação generalista, com uma base forte em áreas significativas das Ciências Humanas, capacitando o egresso a articular, para além da técnica, a reflexão crítica em relação às Políticas Públicas.</p> <p>Como se pode observar a partir da matriz curricular, a interdisciplinaridade não é só um anseio de formação, mas, sim, uma prática de ensino que se estrutura na base dos três pilares de uma instituição de ensino superior: ensino, pesquisa e extensão. Seguindo a mesma linha de capacitação ampla e generalista que o Tratado de Boulogne e os Colleges norte-americanos priorizam, a interdisciplinaridade é o foco central do curso.</p> <p>Sendo assim, as atividades extensionistas propostas seguem a mesma orientação generalista, interdisciplinar, reflexiva e crítica somadas ao objetivo de uma universidade socialmente referenciada. Todas as quatro atividades propostas visam ampliar a interação entre a Universidade, a sociedade civil e o Estado na busca de uma ampla ecologia de saberes.</p>
ASPECTO 11	IMPACTO NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE: CARACTERIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS GRADUANDOS NA AÇÃO PARA SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	<p>Descrever a contribuição da ação de extensão para o impacto na formação do discente, conforme estabelece a legislação vigente:</p> <p>“Art. 6º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:</p> <p>I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;</p>

	<p>II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;</p> <p>III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;</p> <p>IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;</p> <p>V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;</p> <p>VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;</p> <p>VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira". (Cf. I-VII, Art. 6o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).</p>
<p>DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA</p>	<p>Os discentes participarão ativamente de todas as atividades de extensão propostas pelo BCH. As atividades são diversificadas e compreenderão organização de evento (Semana de Políticas Públicas); prestação de serviços eventuais para entidades e organizações diretamente ligadas à execução das políticas públicas (Conselhos Municipais); organização de espaços de diálogos e interação com as comunidades locais (Atividades junto às comunidades); organização de eventos e espaços de diálogo com a sociedade em geral (Comissão de Comunicação e Cultura). Em todas elas, conforme descrito anteriormente, os discentes terão a oportunidade de vivenciar na prática o conhecimento teórico adquirido ao longo do curso. Entende-se, assim, que em conjunto, a proposta atenderá plenamente aos itens descritos no Art. 6o. Resolução n. 7, CNE, de 18 de dezembro de 2018, que trata da contribuição da extensão para a formação do discente.</p>
<p>ASPECTO 12</p>	<p>IMPACTO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL</p>
<p>SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES</p>	<p>Informar sobre a proposta da ação de extensão e produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais; (Cf. III, Art. 5o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).</p>
<p>DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. A Semana de Políticas Públicas será uma troca de conhecimentos e experiências entre gestores públicos, Organizações do Terceiro Setor, sociedade civil organizada e Universidade com o objetivo de avaliar e propor modificações nas mais diversas políticas públicas. O principal impacto esperado é o aperfeiçoamento das políticas e da formação dos estudantes; 2. A participação nos Conselhos Municipais de Políticas Públicas terá como principal impacto a ampliação da interação comunicativa entre os diversos atores que atuam nas políticas públicas do município de Diamantina, aprofundando a democratização do espaço público deliberativo das políticas sociais. 3. Ao levar os estudantes para perto do povo, os Diálogos com as Comunidades terão como impacto esperado a ampliação da sinergia entre a Universidade e a sociedade civil. 4. Já a Comissão Permanente de Comunicação e Cultura irá familiarizar a comunidade externa com a Universidade, fazendo com que o público alvo compreenda a Universidade como uma política pública inclusiva que é propriedade do povo brasileiro e por ele deve ser usufruído.
<p>ASPECTO 13</p>	<p>DESCRIÇÃO DO PÚBLICO-ALVO</p>

SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar sobre o perfil e participação do público-alvo na ação de extensão e, principalmente, a interação com a comunidade externa. Pois são consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias. (Cf. Art. 7º. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	A diversificação das atividades de extensão propostas pelo BCH foi elaborada com o objetivo de contemplar diferentes públicos externos à UFVJM, ligados direta ou indiretamente ao campo das políticas públicas, da seguinte forma: Semana de Políticas Públicas: gestores e agentes estatais em geral, organizações de terceiro setor, movimentos sociais e pesquisadores. Conselhos Municipais: agentes estatais, instituições e representantes de usuários diretamente ligados à execução das políticas públicas municipais Visita às Comunidades: comunidades locais, urbanas e rurais. Comissão de Comunicação e Cultura: público em geral, interessado em discutir a participação e o papel da UFVJM em Diamantina e região.

17.5 Referendo NDE

O NDE referendou o PPC no dia 16/08/2004 por unanimidade.

17.6 Acordos de Cooperação



Diamantina, 20 de novembro de 2017.

Pró-Reitoria de Graduação da UFVJM
Sra. Leida Calegário

Assunto: Informa acordo para troca de disciplinas entre os Cursos de Graduação em Geografia e Bacharelado em Humanidades

Vimos por meio deste informar, aos órgãos colegiados da UFVJM e demais interessados, que os cursos de graduação em Geografia-Licenciatura e do Bacharelado em Humanidades (ainda em processo de reestruturação de seu PPC), após várias reuniões e discussões, formalizaram acordo para troca de unidades curriculares, sendo o assunto discutido e aprovado nos Colegiados de ambos os cursos.

A troca refere-se à oferta semestral de três unidades curriculares, todas com equivalência com similares já ofertadas ou a serem ofertadas conforme a matriz curricular do novo PPC do BHU. A vinculação dos docentes é sugestiva, uma vez que os cursos têm condições de garantir a substituição (em casos de emergência) ou, em casos de afastamento, caberá a contratação de professor substituto.

Ofertadas pela Geografia para o BHU					
Unidades Curriculares	Carga Horária				Docentes envolvidos
	T	P	CR	CHT	
Espaço e Poder	60	15	5	75	Aline W. Sulzbacher
Metodologia Quantitativa	60	15	5	75	Geovane Máximo
Planejamento Urbano e Regional	60	15	5	75	Douglas Sathler ou Glaucio Umbelino ou Pacelli H. M. Teodoro ou Humberto Catuzzo


Ofertadas pelo BHU (em reestruturação) para a Geografia					
Unidades Curriculares	Carga Horária				Docentes envolvidos
	T	P	CR	CHT	
Políticas Educacionais	60	15	5	75	Josélia B. Q. Lima
Psicologia da Educação	60	15	5	75	Rita Vieira
Sociologia da Educação	60	0	4	60	Wellington Albuquerque



Unidades Curriculares	Carga Horária				Equivalência
	T	P	CR	CHT	
Espaço e Poder	60	15	5	75	GEO431 Organização do Espaço Mundial 60T e 30P
Metodologia Quantitativa	60	15	5	75	GEO430 Análise de Banco de dados quantitativos 60T e 30P
Planejamento Urbano e Regional	60	15	5	75	GEO432 Planejamento Urbano e Regional 60T e 30P

Unidades Curriculares	Carga Horária				Equivalência
	T	P	CR	CHT	
Políticas Educacionais	60	15	5	75	BHU316 Políticas Educacionais 60T e 15P
Psicologia da Educação	60	15	5	75	LIC102 Psicologia da Educação 60T e 15P
Sociologia da Educação	60	0	4	60	BHU323 Sociologia da Educação 75T

Por fim, cientes e com anuência dos órgãos colegiados, assinam os Coordenadores:


Prof. Dra. Aline Weber Sutzbacher
Coordenadora do Curso de Graduação em Geografia
Licenciatura


Prof. Dr. Atanásio Mykonios
Coordenador do Curso de Graduação de Bacharelado em Humanidades



17.7 Modelo de REQUERIMENTO DE MIGRAÇÃO CURRICULAR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
DIAMANTINA - MINAS GERAIS



Eu,

_____,
portador do documento de identidade _____, matriculado (a) sob número
_____ no Curso de Graduação em
_____ da Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Campus XXX, solicito migrar para o novo Projeto
Pedagógico do Curso _____, aprovado pela Conselho de Ensino
Pesquisa e Extensão (CONSEPE), a partir do _____ semestre de XXXX.
Declaro que tenho conhecimento do currículo novo de XXXX horas, (descrever as
principais alterações em relação ao currículo anterior).
Declaro, também, que estou ciente que uma vez deferido meu pedido de migração
para o novo currículo, não poderei solicitar retorno ao currículo anterior.
Diamantina, _____ de _____ de 20XX

Assinatura do discente

